

# GABINETE DE TRANSIÇÃO GOVERNAMENTAL

RELATÓRIO FINAL



# GABINETE DE TRANSIÇÃO GOVERNAMENTAL

## RELATÓRIO FINAL

GABINETE DE TRANSIÇÃO GOVERNAMENTAL 2022  
BRASÍLIA, DEZEMBRO DE 2022



# COMISSÃO DE TRANSIÇÃO GOVERNAMENTAL

## **Coordenador-Geral do Gabinete de Transição Governamental**

Geraldo Alckmin

## **Coordenação Executiva**

Floriano Pesaro

## **Coordenação de Articulação Política**

Gleisi Hoffmann

## **Coordenação de Organização da Posse**

Rosângela Lula da Silva

## **Coordenação de Grupos Técnicos**

Aloizio Mercadante

## **Assessoria Jurídica**

Jorge Rodrigo Araújo Messias

Márcio Elias Rosa

## **Equipe de organização e redação do Relatório Final**

Bruno Moretti

Clarice Costa Calixto

Cristian Jesus da Silva

Fernanda Machiaveli

Janira Trípodi Borja

José Celso Pereira Cardoso Jr.

Marco Antonio de Oliveira

Marcos Rogerio de Souza

Pedro Mäder G. Coutinho

Rubens Diniz

Tania Maria de Oliveira

William Nozaki (org.)

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>6</b>
<b>RADIOGRAFIA DO DESMONTE DO ESTADO E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS</b>	<b>11</b>
Desenvolvimento social e garantia de direitos	<b>13</b>
Desenvolvimento social	<b>13</b>
Educação	<b>15</b>
Saúde	<b>16</b>
Trabalho	<b>18</b>
Previdência Social	<b>19</b>
Cidades	<b>21</b>
Cultura	<b>22</b>
Esporte	<b>24</b>
Direitos Humanos	<b>24</b>
Mulheres	<b>25</b>
Igualdade Racial	<b>27</b>
Juventude	<b>28</b>
Povos Indígenas	<b>29</b>
Desenvolvimento Econômico e Sustentabilidade Socioambiental e Climática	<b>31</b>
Economia	<b>31</b>
Indústria, Comércio Exterior e Serviços	<b>32</b>
Infraestrutura	<b>33</b>
Comunicações	<b>34</b>
Ciência, Tecnologia e Inovação	<b>35</b>
Minas e Energia	<b>36</b>
Agricultura, Pecuária e Abastecimento	<b>37</b>
Desenvolvimento Agrário	<b>38</b>
Desenvolvimento Regional	<b>39</b>
Meio Ambiente	<b>40</b>
Pesca	<b>41</b>
Turismo	<b>42</b>
Defesa da Democracia, Reconstrução do Estado e da Soberania	<b>43</b>
Centro de Governo	<b>43</b>
Planejamento, Orçamento e Gestão	<b>45</b>
Justiça	<b>46</b>
Transparência, Integridade e Controle	<b>47</b>
Participação Social	<b>49</b>
Comunicação Social	<b>49</b>
Relações Exteriores	<b>50</b>

<b>MAPEAMENTO DAS EMERGÊNCIAS FISCAIS E ORÇAMENTO PÚBLICO</b>	<b>52</b>
Mapeamento das Principais Emergências Orçamentárias	<b>53</b>
Ações para Reconstrução do Orçamento Público: PEC do Bolsa Família e Ajustes para PLOA 2023	<b>54</b>
<b>SUGESTÕES DE MEDIDAS PARA REVOGAÇÃO E REVISÃO</b>	<b>57</b>
Revogações e Revisões na Área da Política Pública de Armas	<b>57</b>
Revogações e Revisões na Área da Política Pública do Meio Ambiente	<b>58</b>
Revisão de Atos que Impuseram Sigilo Indevido de 100 Anos em Documentos de Acesso Público	<b>59</b>
Revogações de atos que avançam em processos de desestatização	<b>60</b>
Revogações e Revisões de Atos que Prejudicam Direitos Sociais e Econômicos	<b>60</b>
Revogações e Revisões de Atos Contrários aos Direitos de Crianças, Adolescentes e da Juventude	<b>61</b>
Revogações e Revisões na Área das Políticas Públicas de Cultura	<b>62</b>
Revogações e Revisões de Atos Contrários à Igualdade Racial	<b>62</b>
Revogações e Revisões de Atos que Limitam o Direito de Participação Social	<b>63</b>
<b>PROPOSTA DE NOVA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DOS MINISTÉRIOS</b>	<b>65</b>
Nova Dinâmica de Centro de Governo	<b>66</b>
Nova Estrutura de Ministérios	<b>67</b>
<b>CONCLUSÃO</b>	<b>71</b>
<b>GABINETE DE TRANSIÇÃO GOVERNAMENTAL</b>	<b>73</b>

# INTRODUÇÃO

É hora de resgatar a esperança. O desejo popular expresso pelo resultado das urnas elegeu um projeto de reconstrução e transformação nacional. Nosso horizonte é a criação de um país justo, inclusivo, sustentável, criativo, democrático e soberano para todos os brasileiros e brasileiras. Trata-se de um grande desafio e uma obra de muitos, a esperança da nossa gente será o motor das mudanças que iremos realizar nos próximos anos.

O relatório final do Gabinete de Transição da Presidência da República é o ponto de partida para este novo ciclo. Trata-se do registro histórico de um amplo processo de consulta e construção coletiva dos princípios orientadores da agenda do novo governo eleito. O presente texto sintetiza a real situação em que o País se encontra. A ampla radiografia aqui realizada lança luz sobre o desmonte do Estado brasileiro e das políticas públicas durante os quatro anos do governo Bolsonaro.

A produção deste relatório foi orientada pelo compromisso fundamental com a transparência, a participação e o diálogo social, presente desde a campanha eleitoral. O trabalho do Gabinete de Transição deu continuidade à mobilização realizada pela Coligação Brasil da Esperança ao longo de 2022. A construção programática para as saídas da grave crise que o Brasil atravessa foi realizada a partir de um amplo e participativo processo público, no qual foram recebidas mais de 13 mil contribuições, durante a campanha presidencial, por meio de uma plataforma digital especialmente criada para essa finalidade. Outra iniciativa de grande relevância foi a participação de representantes de cerca de 500 organizações em mais de 50 Mesas de Diálogo realizadas no âmbito da construção do programa de governo.

Em consonância com esse compromisso, o Gabinete de Transição inovou ao incorporar a participação social ao processo de transição governamental, com a criação de Grupos Técnicos (setoriais e transversais) para a elaboração deste documento. Ao longo de 34 dias de intenso trabalho, entre 08/11/2022 e 12/12/2022 cerca de mil pessoas estiveram envolvidas nas atividades de 32 Grupos Temáticos, cujo esforço se somou ao do Conselho Político e ao do Conselho de Participação Social do Gabinete de Transição.

Essa intensa mobilização foi marcada pela pluralidade de visões de mundo e pela diversidade regional, de gênero e raça, além de um forte viés técnico. A riqueza de olhares

e percepções contribuiu para a construção de um abrangente mapa situacional do Estado brasileiro e de suas políticas públicas.

O resultado é uma fotografia contundente da situação dos órgãos e entidades que compõem a Administração Pública Federal. Ela mostra a herança socialmente perversa e politicamente antidemocrática deixada pelo governo Bolsonaro, principalmente para os mais pobres. A desconstrução institucional, o desmonte do Estado e a desorganização das políticas públicas são fenômenos profundos e generalizados, com impactos em áreas essenciais para a vida das pessoas e os rumos do País. Isso tem tido consequências graves para a saúde, a educação, a preservação ambiental, a geração de emprego e renda, e o combate à pobreza e à fome, entre outras.

O governo Bolsonaro chega ao fim do mandato em meio a uma ameaça real de colapso dos serviços públicos. Os livros didáticos que deverão ser usados no ano letivo de 2023 ainda não começaram a ser editados; faltam remédios no Farmácia Popular; não há estoques de vacinas para o enfrentamento das novas variantes da COVID-19; faltam recursos para a compra de merenda escolar; as universidades corriam o risco de não concluir o ano letivo; não existem recursos para a Defesa Civil e a prevenção de acidentes e desastres. Quem está pagando a conta deste apagão é o povo brasileiro.

Este relatório, portanto, delinea o caminho para as primeiras medidas que o novo governo deverá adotar, com sugestões de atos normativos a serem revogados ou reformulados, a partir de janeiro de 2023, a exemplo das legislações que flexibilizam o controle e compra de armas, o garimpo em terras indígenas e a lei de acesso à informação, entre outras.

O Conselho Político do Gabinete de Transição contribuiu de modo efetivo na construção da proposta de Emenda Constitucional do Bolsa Família, além de debater e pavimentar o caminho para o início do novo governo eleito.

O presente relatório também apresenta uma nova estrutura ministerial, mais adequada à agenda do novo governo eleito e ao seu compromisso com a reconstrução e transformação do País. Essa nova estrutura contempla, ainda, a necessidade de recuperação e otimização de órgãos da administração pública direta e indireta, de maneira a criar condições mais apropriadas à implementação de políticas públicas e à melhoria dos serviços prestados à população.

Por fim, este relatório oferece à Presidência da República, aos novos Ministros e Ministras e ao governo em geral um ponto de partida para a reconstrução e a transformação do país. O projeto para o qual foram reunidas tantas contribuições é o do respeito à vida, à democracia, à justiça, à inclusão social. É o projeto do emprego digno, do salário decente, da comida no prato de todos os brasileiros e brasileiras, da proteção previdenciária, dos direitos e oportunidades para todas e todos. É o projeto da valorização da saúde, da educação, da preservação ambiental, do respeito às mulheres,

à população negra e à diversidade brasileira. É o projeto da ciência e tecnologia, da inovação, da reindustrialização, do desenvolvimento sustentável e da reintegração soberana do Brasil no mundo.

Ao final do ano em que o País celebra o Bicentenário da Independência, vemos devolvida ao povo brasileiro a oportunidade de voltar a sonhar e de construir uma vida melhor para nossa gente. É a oportunidade de um reencontro histórico com um projeto de Nação alicerçado no compromisso com a paz, o diálogo, a democracia, a inclusão e a justiça social.

### **INOVAÇÃO NO PROCESSO DE TRANSIÇÃO: A EXPERIÊNCIA DOS GRUPOS TÉCNICOS E A PARTICIPAÇÃO SOCIAL COMO MÉTODO**

A alternância de poder é elemento central da democracia. Um processo de transição institucionalizado e orientado por normas e procedimentos claros cria as condições necessárias para que o governo eleito possa ter conhecimento da situação dos serviços públicos e da máquina pública e implementar mais rapidamente as diretrizes e propostas que foram referendadas nas urnas pelo voto popular.

A institucionalização do processo de transição de governo foi inaugurado na passagem de poder de Fernando Henrique Cardoso para Lula, em 2002, com a criação de um arcabouço legal e de um conjunto de regras que permitiram uma passagem de poder ordenada e republicana. Na ocasião, foram estabelecidas regras, prazos e procedimentos para disciplinar o processo democrático de transição governamental. Além de pôr à disposição da equipe de transição do governo eleito recursos, infraestrutura e cargos da Administração Federal, custeados pelo Tesouro Nacional, o governo de FHC viabilizou o acesso a informações indispensáveis para o início da atuação do novo governo. Havia um claro intuito de não apenas disciplinar aquela passagem de poder, mas também de conferir caráter institucional ao processo, de maneira a assegurar futuras transições governamentais.

Agora, o Gabinete de Transição do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva e do vice-presidente Geraldo Alckmin inova ao incorporar e trazer a participação social para o centro do processo de transição de 2022. Foram criados 32 Grupos Técnicos (GTs), de maneira a contemplar a participação de diversos setores sociais e grupos de interesse nas suas respectivas áreas de atuação. Também participaram da Transição profissionais com reconhecida trajetória e conhecimento técnico, além de parlamentares com atuação nas diversas temáticas sob análise. A composição dos GTs teve como diretriz a valorização da diversidade regional, de gênero e de raça, de maneira a estimular olhares diversos e plurais para um diagnóstico mais abrangente possível.

Os Grupos Técnicos foram organizados por temas: 1) Agricultura, Pecuária e Abastecimento; 2) Centro de Governo; 3) Cidades; 4) Ciência, Tecnologia e Inovação; 5) Comunicações; 6) Comunicação Social; 7) Cultura; 8) Desenvolvimento Agrário; 9)



Desenvolvimento Regional; 10) Desenvolvimento Social e Combate à Fome; 11) Direitos Humanos; 12) Economia; 13) Educação; 14) Esportes; 15) Igualdade Racial; 16) Indústria, Comércio e Serviços; 17) Infraestrutura; 18) Inteligência Estratégica; 19) Justiça e Segurança Pública; 20) Juventude; 21) Meio Ambiente; 22) Minas e Energia; 23) Mulheres; 24) Pesca; 25) Planejamento, Orçamento e Gestão; 26) Povos Originários; 27) Previdência Social; 28) Relações Exteriores; 29) Saúde; 30) Trabalho; 31) Transparência, Integridade e Controle; e, 32) Turismo.

Os GTs tiveram a missão de produzir relatórios com informações acerca do funcionamento e da atuação de praticamente todos os órgãos da administração pública federal. Os 32 relatórios setoriais produzidos pelos GTs serão entregues aos respectivos ministros tão logo sejam indicados e empossados, alguns destes documentos contêm informações reservadas pela LAI e LGPD, como no caso de Defesa e Inteligência. Os documentos produzidos, elaborados com base nesse princípio orientador, cumpriram dois objetivos básicos. Em primeiro lugar, formular diagnósticos setoriais em suas respectivas áreas de abrangência, cujos principais resultados estão sintetizados neste Relatório Final da Transição. Em segundo lugar, reunir e sistematizar informações essenciais para o início do trabalho dos próximos Ministros e de suas equipes, incluindo principais emergências orçamentárias, alertas acerca de programas e políticas que demandam ação imediata, atos normativos que devem ser revogados ou reformulados, avaliação de programas e políticas de cada área de atuação governamental, e sugestões de estruturas organizacionais mais adequadas para os desafios do novo governo.

Historicamente, esses diagnósticos eram elaborados por equipes de transição compostas basicamente por servidores públicos requisitados e por profissionais indicados pelo novo governo. O Gabinete de Transição não apenas inovou ao incorporar a participação social nas discussões promovidas pelos GTs, como também estimulou o envolvimento desses atores políticos no processo de construção das análises acerca do Estado brasileiro e de suas políticas públicas. A pluralidade de demandas e de perspectivas que emergiram nas reuniões dos Grupos Técnicos permitiu a produção de diagnósticos mais representativos e socialmente orientados.

Além dos membros designados formalmente para composição dos GTs, cada Grupo contou com participação de servidores e colaboradores voluntários, que contribuíram com seus olhares, experiências e conhecimentos específicos. Adicionalmente, muitos GTs promoveram escutas e rodadas de reuniões com organizações da sociedade civil, representantes de entidades, movimentos sociais, sindicatos e associações de trabalhadores, povos indígenas, comunidades tradicionais, organizações internacionais, entre outros.

Foi o caso, por exemplo, do GT de Igualdade Racial, que realizou webinar nacional para colher sugestões e contribuições para o trabalho do grupo, com participação de 1200 pessoas. O GT de Meio Ambiente também realizou plenária com a sociedade civil,

que contou com a participação de mil pessoas. Além dessas reuniões e escutas, foram recebidos diversos insumos para as discussões dos GTs, em forma de cartas abertas, ofícios, relatórios e listas de alertas que compõem um repositório de diretrizes, orientações e sugestões de ações emanadas da sociedade para o novo governo eleito.

Todo esse trabalho realizado com comprometimento político e competência técnica foi empreendido sem que houvesse reajuste no orçamento disponível para a transição governamental, apesar dos valores defasados os recursos não foram integralmente executados e o custo desta transição será exponencialmente menor do que a anterior. Dos 50 cargos disponíveis foram utilizados apenas 22, a ampla maioria do trabalho foi voluntário, o que evidencia a disposição republicana de centenas de brasileiros e brasileiras para a reconstrução do país.

Além dos Grupos Técnicos, o Gabinete de Transição criou outras duas instâncias de participação, que também contribuíram para a pluralidade do processo: o Conselho Político e o Conselho de Participação Social. O Conselho Político auxiliou na coordenação dos trabalhos do Gabinete, analisando o cenário geral e dando contribuições acerca dos desafios políticos, como no caso da elaboração e tramitação da PEC do Bolsa Família. O Conselho de Participação Social, por sua vez, reuniu mais de 50 entidades e contribuiu com a formulação da futura política nacional de participação social e sua relação com a sociedade civil.

A despeito de toda a mobilização realizada em torno dos Grupos Técnicos, o Gabinete de Transição não utilizou integralmente os recursos públicos à sua disposição. Houve economia de recursos. A maior parte dos servidores, profissionais, representantes da sociedade civil e outros envolvidos nos GTs colaboraram de maneira não-remunerada, sob a forma de prestação de serviço público relevante.

Nesse momento, em que a democracia e a participação estiveram ameaçadas e desafiadas, o fortalecimento institucional do processo de transição de governo, com a participação efetiva de diversos setores sociais, é instrumento indispensável à promoção do diálogo social e à valorização das práticas democráticas, tão essenciais para o desenho e implementação das políticas públicas para a construção de um Brasil mais plural, democrático, justo, inclusivo e solidário.

# RADIOGRAFIA DO DESMORTE DO ESTADO E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Apresenta-se aqui uma caracterização geral do processo de desmorte do Estado brasileiro e das políticas públicas em âmbito federal, considerando as contribuições reunidas nos relatórios setoriais elaborados pelo GTs da Transição de Governo.

A herança do governo Bolsonaro é a desorganização do Estado e o desmorte dos serviços públicos essenciais. Esses processos foram contínuos, abrangentes e sistemáticos, sendo parte do seu projeto político-ideológico de redução e enfraquecimento institucional do Estado. O desmorte respondeu a uma lógica de menos direitos para a maioria, e mais privilégios para uma minoria.

Durante o governo Bolsonaro, sob a égide da EC 95/2016, exacerbou-se um processo de enrijecimento dos gastos reais primários, no que diz respeito ao desfinanciamento das políticas públicas de saúde, previdência e assistência social, dentre outras. No entanto, para atender suas necessidades de sustentação política, em quatro anos o atual governo furou o teto de gastos por cinco vezes, gerando gastos no valor de cerca de R\$ 800 bilhões.

As consequências são bastante perniciosas, não apenas no que diz respeito às estruturas do Estado, mas também no que toca ao comprometimento de direitos e políticas públicas de modo geral. Ao final, é a própria população brasileira, em especial a parcela mais vulnerável, a que mais vem sofrendo com a ausência ou precarização dos serviços públicos.

O legado dos quatro anos do governo Bolsonaro é perverso. Ele deixa para a população o reingresso do Brasil no mapa da fome: hoje são 33,1 milhões de brasileiros que passam fome e 125,2 milhões de pessoas, mais da metade da população do país, vive com algum grau de insegurança alimentar.

Os cortes no orçamento da saúde para 2023 são da casa de R\$ 10,47 bilhões, o que inviabiliza programas e ações estratégicas do SUS, tais como: farmácia popular, saúde indígena, e o programa HIV/AIDS. Isto sem contar a fila dos atendimentos especializados que cresceram de forma vertiginosa após a pandemia.

Na educação, o governo Bolsonaro mostrou seu descompromisso com o futuro. Cortou deliberadamente recursos, não contratou a impressão de livros didáticos, colocando em risco a qualidade do ano letivo em 2023. E contribuindo para ampliar a evasão escolar que cresceu com a pandemia, o governo Bolsonaro congelou durante quatro anos em R\$ 0,36 centavos por aluno a parte da União para a merenda escolar.

Sob o governo Bolsonaro, o Brasil bateu recordes de feminicídios, as políticas de igualdade racial sofreram severos retrocessos, produziu-se um desmonte das políticas de juventude e os direitos indígenas nunca foram tão ultrajados na história recente do país.

Na estrutura ocupacional no setor público federal, o assédio institucionalizado, a precarização laboral, a redução de pessoal, os sete anos sem reajuste para o funcionalismo tornaram mais precário o serviço prestado à população.

A falta de planejamento impediu a modernização da gestão pública, com o esvaziamento completo do PPA e suas estruturas e funções de gestão e burocracias correlatas.

A dimensão da participação social em âmbito governamental sofreu paralisações e retrocessos institucionais. Em praticamente todas as três grandes áreas de políticas públicas para o desenvolvimento nacional – Desenvolvimento Social e Garantia de Direitos, Desenvolvimento Econômico e Sustentabilidade Socioambiental e Climática, e Defesa da Democracia e Reconstrução do Estado e da Soberania –, houve claro retrocesso participativo e o desmonte dos principais instrumentos e mecanismos de relacionamento Estado/Sociedade.

Quanto ao legado do governo Bolsonaro no âmbito das políticas ambientais e climáticas, é notório o rebaixamento organizacional e a falta de compromissos com os acordos internacionais. A destruição ambiental nos dois últimos anos foi a maior em 15 anos. Em quatro anos, o governo Bolsonaro destruiu 45 mil km<sup>2</sup> com desmatamento só na Amazônia.

O programa de desestatização caracterizou-se por decisões erráticas que implicaram em: desnacionalização patrimonial e perda de soberania nacional; desarticulação dos investimentos públicos indutores e multiplicadores dos investimentos privados e do próprio crescimento econômico. Os consumidores de energia elétrica poderão pagar uma conta que pode chegar a R\$ 500 bilhões nos próximos anos, em razão de uma série de ações tomadas pelo governo Bolsonaro no setor elétrico.

No tocante às relações federativas, o governo Bolsonaro foi responsável pela maior crise do sistema federativo desde a redemocratização. A União provocou desunião. Observou-se o enfraquecimento dos elos federativos em torno das principais políticas setoriais da área de Desenvolvimento Social e Garantia de Direitos. O exemplo maior foi o papel desarticulador do Governo Federal no enfrentamento da pandemia da COVID-19.

No que diz respeito à relação entre os três poderes e o respeito aos preceitos constitucionais, a Presidência da República adotou atitude de enfrentamento aos demais Poderes, bem como ação contínua de afronta aos marcos legais do regime democrático.

No tocante à Política Externa Brasileira, o governo isolou o país de seus vizinhos e dos âmbitos multilaterais, e não pagou cotas a organismos internacionais, deixando o país sem voto nestes fóruns. Sob a égide de Bolsonaro, constata-se um profundo rebaixamento e desprestígio internacional do Brasil no concerto das nações.

Na sequência, com base nas contribuições provenientes dos GTs setoriais, será possível compreender a extensão e a complexidade desse processo de desmonte do Estado brasileiro e o quanto ele é nefasto para a população, em particular a mais necessitada.

## DESENVOLVIMENTO SOCIAL E GARANTIA DE DIREITOS

### DESENVOLVIMENTO SOCIAL

A volta do flagelo da fome ao País é o indicador mais relevante do desmonte das políticas de desenvolvimento social ocorrido nos últimos quatro anos. Um futuro com comida na mesa e mais dignidade para as 33 milhões de pessoas em situação de grave insegurança alimentar demandam a imediata retomada do conjunto de políticas públicas que o Brasil implementou com sucesso nos governos do PT.

Para isso, o novo governo eleito terá que reverter o quadro atual, no qual as políticas de transferência de renda, os programas de segurança alimentar e nutricional, e a oferta de serviços sociais estão completamente desorganizadas e contam com previsão orçamentária reduzida ou, por vezes, quase inexistentes.

A implementação improvisada do Auxílio Brasil desarranjou todo o sistema de transferência de renda em funcionamento há quase vinte anos e trouxe caos para o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Em razão de sucessivas mudanças, o programa perdeu o foco, tratou de maneira igual os desiguais e levou milhões de pessoas para filas nas portas dos serviços socioassistenciais. As condicionalidades em saúde e educação foram alteradas e estão fragilizadas. Por exemplo, o total de crianças menores de sete anos com acompanhamento vacinal passou de 68% em 2019 para 45% em 2022.

Apenas 60% dos dados do Cadastro Único para Programas Sociais estão atualizados. O Cadastro também está desfigurado: das cerca de 40 milhões de famílias inscritas, 13,9 milhões compõem arranjos unipessoais. Isso tem impacto não apenas na concessão do Auxílio Brasil, mas também em outros 30 programas que utilizam o Cadastro, inclusive os programas de transferência de renda de Estados e Municípios. O governo Bolsonaro incluiu milhares de pessoas do CadÚnico e ameaçou retirar em função da má gestão e da falta de recursos.

Dados do Ministério da Cidadania informam que R\$ 9,5 bilhões de empréstimos consignados para beneficiários do Auxílio Brasil e do Benefício de Prestação Continuada (BPC) foram concedidos nas vésperas da eleição. A Caixa o fez sem respeitar a lei das estatais, com taxas de juros exorbitantes, nenhum dos grandes bancos do país aderiram ao programa dado seu risco, o que foi viabilizado por medida provisória, convertida na Lei 14.431/2022. Assim, um a cada seis beneficiários do Auxílio Brasil contraiu o empréstimo consignado. Essas pessoas terão até 40% do valor de seu benefício comprometido, mesmo que não permaneçam no programa. A medida, claramente eleitoreira, vai na contramão das políticas de proteção social, colocando em risco benefícios futuros.

O SUAS viu o seu financiamento minguar, com uma redução de 96% em seu orçamento para 2023, comparado ao de 2022, que já era bem menor do que o de 2018. O orçamento previsto para o financiamento do SUAS é de apenas R\$ 50 milhões no PLOA. Este valor não é suficiente sequer para um mês de funcionamento dos equipamentos de proteção básica e especial e das unidades de acolhimento. Há risco real de paralisação do SUAS.

A rede física de equipamentos é praticamente a mesma de 2016 e a oferta de serviços socioassistenciais encolheu justamente no momento em que se observou o empobrecimento do País. O número de pessoas em situação de rua aumentou nas grandes e pequenas cidades, mas os Centros Pop estão concentrados apenas nas cidades de grande porte e tem sido insuficiente a quantidade de equipes do Serviço Especializado em Abordagem Social.

A maior parte das alterações dos programas de transferência de renda e dos serviços socioassistenciais foi feita sem qualquer tipo de pactuação com órgãos colegiados, como o Conselho Nacional de Assistência Social e a Comissão Tripartite, e houve grande fragilização da relação com Estados e Municípios. A rede SUAS está sobrecarregada, com sistemas administrativos defasados, alta rotatividade de profissionais e baixos salários, ao mesmo tempo em que ocorre um aumento da demanda pelos serviços socioassistenciais.

A fila de espera para o BPC conta hoje com mais de 580 mil pessoas e o tempo médio para a concessão do benefício passou de 78 para 311 dias, segundo levantamento do Tribunal de Contas da União (TCU).

Em relação à política de segurança alimentar e nutricional, houve um completo desmantelamento. O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) foi desativado e a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan) não teve nenhum papel relevante durante todo esse período. Quase todos os programas tiveram orçamento reduzido, dependentes cada vez mais de emendas parlamentares para garantir alguma execução.

O Programa Cisternas, que já atendeu mais de 1 milhão de famílias com tecnologias sociais de acesso à água, não chegará em 2022 nem próximo a 1 mil cisternas entregues.

O Programa Fomento Rural teve orçamento reduzido e desvios de função. Foram adotados mecanismos de compra ineficientes para a aquisição de cestas básicas e existe um passivo enorme de prestação de contas, a partir de 2023. Por outro lado, os equipamentos públicos de segurança alimentar, como restaurantes populares, cozinhas comunitárias, bancos de alimentos, centrais de distribuição de alimentos da agricultura familiar, vêm sendo desmontados e os recursos são irrisórios para 2023.

Diante do desmonte verificado, a tarefa de reconstruir toda a rede de proteção social representa um enorme desafio. Será necessário retomar a atuação coordenada entre os ministérios para promover o desenvolvimento social com redução da pobreza e das desigualdades e a erradicação da fome no País.

## EDUCAÇÃO

Desde o início do governo Bolsonaro a política de educação foi negligenciada, tratada como instrumento para a guerra cultural e com aparelhamento ideológico. Trocas de ministros, denúncias de corrupção, crises na oferta dos serviços públicos foram a tônica.

Nos governos Lula I e II, houve um forte investimento em educação, com iniciativas de creche a pós-graduação. Antigos programas foram ampliados e aperfeiçoados, e novos foram criados. As conquistas observadas neste período foram comprometidas a partir de 2016, intensificando-se durante o governo Bolsonaro o processo de desmonte das políticas educacionais, bem como os ataques às universidades, institutos federais, professores e estudantes.

De 2019 a 2022, o Ministério da Educação (MEC) e suas autarquias sofreram retrocessos institucionais, orçamentários e normativos, observando-se falta de planejamento; descontinuidade de políticas relevantes; desarticulação com os sistemas de ensino estaduais e municipais e da rede federal de ensino; incapacidade de execução orçamentária; e omissões perante os desafios educacionais. Além disso, houve indícios graves de corrupção que precisam ser investigados.

O descaso com a educação atingiu diversos programas, como os de alimentação escolar, construção de creches e escolas, organização curricular, ampliação do tempo integral, iniciação à docência, entre outros. As poucas iniciativas adotadas foram tardias, beneficiaram um limitado número de estudantes e estiveram desconectadas das necessidades reais, como no caso da estratégia de formação de professores por meio de plataformas de educação a distância, sem coordenação nacional, incentivo e valorização dos educadores.

Em consonância com a forte tradição de participação social na área de educação, destaca-se a importância da recriação de uma série de comitês e comissões que foram extintos desde 2019, como o Comitê Permanente de Planejamento e Gestão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Também constituem desafios a retomada de comissões paralisadas, a exemplo do CGProuni; o aperfeiçoamento

de conselhos em funcionamento, como o Conselho de Acompanhamento e de Controle Social do Fundeb; e a criação de novos conselhos, como o Conselho Consultivo de Regulação, Avaliação e Supervisão da Educação Superior, com ampla participação de organizações que militam na área educacional.

Outras questões preocupantes dizem respeito ao não cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação (PNE) e a não instituição do Sistema Nacional de Educação (SNE), cuja implementação é urgente. Também merecem atenção a implementação da Base Nacional Comum Curricular; a reforma do ensino médio; a concessão de bolsas de pós-graduação, iniciação à docência, iniciação científica e ensino médio e técnico; as políticas de cotas para estudantes do ensino superior; a educação profissional e tecnológica; a estrutura das autarquias vinculadas ao MEC; e as ações do INEP, como o Censo Escolar e o SAEB.

É importante lembrar que, nos últimos anos, as políticas e os programas educacionais foram afetados por sucessivos e sistemáticos cortes de recursos. O valor previsto no orçamento de 2023, descontadas as transferências obrigatórias aos entes subnacionais para a educação básica, é inferior em R\$ 18,5 bilhões à média do valor comprometido no período 2015-2021, e inferior em R\$ 9,2 bilhões ao de 2021, que já havia sido o pior ano de toda a série. É urgente, portanto, recompor o orçamento do MEC, considerando as prioridades do novo governo e as principais emergências orçamentárias identificadas.

Um ponto que merece destaque é que, nos últimos anos, o MEC implementou diversas ações educacionais alinhadas a uma pauta atrasada e com uma visão divergente das políticas que, comprovadamente, asseguram uma educação pública de qualidade a todas e todos. As normas educacionais mais recentes refletem esse movimento de ideologização, precarização e estrangimento da educação pública.

Além da necessidade de revogação de normas em desconformidade com um projeto de educação pública, gratuita, laica e democrática – sem gerar insegurança jurídica e desorganização das redes de ensino –, é indispensável recuperar a capacidade operacional em áreas críticas para a execução das políticas, seja no FNDE, no MEC ou em outras autarquias, a exemplo das áreas de licitação, empenho, contratos, pagamento e tecnologia da informação, sob risco de comprometer ações de grande relevância, como o ENEM e o SISU, além da dificuldade de recursos para o pagamento de bolsas como evidencia o caso da CAPES.

## SAÚDE

A primeira constatação na área de saúde é que o País ainda convive com uma grave crise sanitária. Além das quase 700 mil mortes pela COVID-19, a pandemia exacerbou o quadro de deterioração da saúde, na contramão de melhorias substantivas que estavam em curso no país, com base na Constituição de 1998, a qual definiu a saúde como direito universal e possibilitou a implementação do Sistema Único de Saúde (SUS) para a sua efetivação.



Desde 2016, observa-se a piora generalizada em indicadores de saúde, tais como: 1) redução da taxa de coberturas vacinais, com alto risco de reintrodução de doenças como a poliomielite; 2) queda acentuada de consultas, cirurgias, procedimentos diagnósticos e terapêuticos realizados pelo SUS, na atenção básica, especializada e hospitalar, atrasando o início do tratamento de doenças crônicas, tais como cânceres e doenças cardiovasculares, entre outras; 3) retorno de internações por desnutrição infantil provocadas pela fome; 4) estagnação na trajetória de queda da mortalidade infantil; e 5) aumento de mortes maternas.

O grave quadro sanitário brasileiro decorre de um conjunto de retrocessos institucionais, orçamentários e normativos que levaram ao desmonte das políticas de saúde e que afetaram o funcionamento de diversas áreas do SUS. A degradação da autoridade sanitária nacional e do papel de coordenação e articulação do Ministério da Saúde (MS) foram fatores chave na desestruturação de políticas e programas até então bem-sucedidos, como o Programa Nacional de Imunizações (PNI), Mais Médicos, Farmácia Popular, IST-Aids e Política Nacional de Saúde Integral da População Negra. Também foram seriamente afetados os serviços que compõem as redes assistenciais do SUS: Atenção Básica, Saúde Mental, Saúde da Mulher, Urgência, Pessoa com deficiência, entre outros.

De 2018 a 2022, estima-se que as perdas do SUS, em decorrência da EC 95/2016, chegaram a quase R\$ 60 bilhões, descontando-se os gastos autorizados por Medida Provisória relacionados à COVID-19. Além disso, para 2023, a saúde sofreu o impacto da desorganização provocada pela proposta de orçamento do governo, com consequências deletérias para programas como o Farmácia Popular, o Mais Médicos/ Médicos pelo Brasil, o Saúde Indígena, entre outros. Também é altíssimo o risco de colapso de serviços essenciais por falta de financiamento federal e por comprometimento da compra de insumos essenciais, incluindo vacinas e medicamentos em geral.

Diante desse quadro crítico, é urgente recuperar o orçamento da área de saúde, bem como estabelecer medidas de resgate da autoridade sanitária e da capacidade técnica do MS para a coordenação nacional, tripartite e participativa da gestão do SUS. Isso é essencial para que as demais prioridades da área possam ser efetivadas, como o resgate das altas coberturas vacinais por meio do Programa Nacional de Imunizações (PNI); o fortalecimento da capacidade de resposta à COVID-19 e outras Emergências de Saúde Pública; e o enfrentamento das filas na atenção especializada.

Nesse sentido, é premente um esforço concentrado nacional para reduzir as filas de espera para diagnósticos e tratamentos de doenças cardiovasculares, cânceres, cirurgias de baixa e média complexidade, todas muito afetadas pela pandemia. Esse esforço deve estar articulado a ações estruturantes para a reorganização da Atenção Básica resolutive e integrada nas diferentes regiões do País. Também é importante conferir prioridade à recuperação das áreas de Saúde Mental, da Mulher, da Criança e do Adolescente, da população indígena, bem como a adoção de uma diretriz antirracista na política nacional de saúde no Brasil.

O mesmo olhar deve recair sobre alguns programas bem-sucedidos, que foram desmantelados nos últimos anos. É o caso da recuperação do Farmácia Popular, como parte da Assistência Farmacêutica do SUS; da retomada do estímulo ao desenvolvimento do Complexo Econômico e Industrial da Saúde; e da transformação digital do SUS. Da mesma maneira, é urgente a verificação das condições de suporte, insumos e contratos em geral, seriamente comprometidas sob o governo Bolsonaro. Estas medidas são fundamentais para a retomada do desenvolvimento do sistema de saúde brasileiro - público, universal, integral e gratuito.

Com relação aos colegiados de participação social, que foram desarticulados e desacreditados, impõe-se o resgate do compromisso com o fortalecimento do Conselho Nacional de Saúde (CNS), indispensável ao controle social e à gestão participativa no SUS; a retomada das conferências nacionais de saúde; e a recriação de diversas instâncias de participação social, como o Grupo Executivo do Complexo Industrial da Saúde (GECIS) e a Comissão Nacional dos Determinantes Sociais da Saúde.

## TRABALHO

A situação atual da área de trabalho e emprego reflete o descaso e a ação deliberada do governo Bolsonaro em subordinar a sua atuação à agenda ultraliberal da área econômica, aprofundar o processo de flexibilização da proteção ao trabalho, desmontar e combater a organização sindical, e coibir as práticas de negociação tripartite e diálogo social.

Mesmo com a recriação, em 2021, do Ministério do Trabalho e Previdência (MTP), não se alterou o caráter secundário e subordinado conferido às questões trabalhistas. Além da estrutura precária do MTP, alguns instrumentos de gestão continuam nas mãos do Ministério da Economia, do qual o MTP depende para contratos administrativos e até mesmo para a gestão de pessoas.

Alterar esse quadro de degradação institucional é indispensável para que as políticas de trabalho voltem a ter centralidade no processo de desenvolvimento do País. Isso passa pela reestruturação da área como unidade institucional autônoma, bem como pelo restabelecimento da parceria com Estados e Municípios e a reorganização de estruturas descentralizadas que compõem o sistema público de trabalho, emprego e renda, sucateadas nos últimos anos.

Da mesma forma, o orçamento destinado às políticas na área do trabalho foi continuamente reduzido na gestão Bolsonaro, chegando a irrisórios R\$ 397 milhões, em 2022. Ao mesmo tempo, o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), que tem registrado seguidos superávits, deixou de cumprir a sua finalidade constitucional no financiamento das políticas de trabalho. Outra importante fonte de recursos, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviços (FGTS), foi também enfraquecida e descapitalizada.

Todas as políticas ativas de emprego estão fragilizadas em decorrência do contínuo subfinanciamento a que foram submetidas, nos últimos quatro anos. O sistema público

de intermediação de mão de obra está sucateado, com limitada capacidade de apoiar a recolocação de trabalhadores, e a mudança no sistema de repasse de recursos para os estados, por meio do modelo fundo a fundo, ainda não se completou.

Na área de qualificação social e profissional, o quadro é de ausência completa de política. O Pronatec foi abandonado e o Programa Novos Caminhos não saiu do papel, ou se limitou a ações pontuais e discutíveis, como o Caminho Digital. Registrou-se ainda a paralisia da política de aprendizagem profissional, fundamental para a prevenção e erradicação do trabalho infantil e para a inserção profissional de jovens, praticamente zerando as oportunidades nesse âmbito.

O governo Bolsonaro também não poupou a inspeção do trabalho. Houve perda de autonomia normativa, técnica, financeira e de gestão nos últimos quatro anos. Quase metade do quadro de auditores fiscais do trabalho autorizados em lei estão vagos. E o orçamento destinado às funções de fiscalização é insuficiente para a manutenção das unidades regionais, responsáveis pelas ações de fiscalização.

A reversão deste quadro é necessária para assegurar o enfrentamento aos descumprimentos da legislação trabalhista, a garantia de direitos de saúde e segurança no trabalho, o cumprimento das cotas de aprendizes e de pessoas com deficiência, o combate às fraudes e a todas as formas de discriminação no emprego e na ocupação, bem como o fortalecimento das políticas de prevenção e erradicação do trabalho infantil e do trabalho escravo que eram, até recentemente, referência mundial.

Entusiasta da reforma trabalhista de 2017, o governo Bolsonaro avançou ainda mais na desmonte da legislação do trabalho, utilizando todos os instrumentos normativos à sua disposição para flexibilizar a regulação laboral e enfraquecer as entidades sindicais. Frente ao aumento do trabalho por meio de plataformas digitais, não houve qualquer iniciativa para proporcionar um mínimo de proteção trabalhista e previdenciária. Também foi abandonada a política de valorização do salário mínimo, instrumento fundamental para a elevação da renda do trabalho, a redução das desigualdades e a dinamização da economia.

Outros problemas recorrentes foram a perseguição a lideranças sindicais e a asfixia financeira de suas entidades, prevalecendo uma política antissindical, o esvaziamento de fóruns tripartites e a recusa ao diálogo social. Além disso, o Brasil assumiu posições regressivas em matéria trabalhista na área internacional, abandonou o diálogo sobre trabalho no âmbito da cooperação Sul-Sul e se juntou a países que buscam enfraquecer a OIT e seus mecanismos de regulação.

## **PREVIDÊNCIA SOCIAL**

A Previdência Social e a Seguridade Social são um dos mais importantes mecanismos de proteção e desenvolvimento social do País. Os benefícios monetários do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) sustentam, direta ou indiretamente, mais de 90 mi-

Lhões de brasileiros e a Seguridade é fonte de renda para cerca de 140 milhões de cidadãos. Atualmente, 78% dos idosos têm nos benefícios previdenciários e no Benefício de Prestação Continuada (BPC) uma de suas principais fontes de rendimento familiar.

Os avanços sociais expressos na Constituição de 1988 proporcionaram a inclusão dos idosos rurais e urbanos, o combate ao êxodo rural, o apoio à agricultura familiar, a promoção da economia regional, especialmente por seu papel redistributivo nos municípios mais pobres. Reduziram também a desigualdade de renda e a situação de pobreza dos mais velhos. As medidas adotadas pelo Governo Federal, a partir de 2016, ameaçam essas conquistas e colocam o novo governo diante do desafio de reconstruir a Seguridade Social e a Previdência Social.

Um dos principais desafios neste âmbito consiste no enfrentamento da dramática exclusão do RGPS, que se ampliou nos últimos anos. Isso requer crescimento econômico e geração de emprego com carteira assinada. Também é necessária a revisão dos marcos regressivos das reformas trabalhista e previdenciária, que criaram regras de acesso ao Regime Geral equivalentes ou mesmo superiores às praticadas por países desenvolvidos e que desconsideram a dramática realidade do mercado de trabalho brasileiro.

Nesse sentido, merecem especial atenção as questões relativas à inclusão previdenciária dos cerca de 50% dos trabalhadores que não participaram do mercado formal de trabalho durante a maior parte ou de toda a sua vida laboral; que não conseguem integralizar as carências contributivas mínimas para a aposentadoria; e que não se enquadram nas exigências para o acesso ao BPC. Outro ponto importante diz respeito à atenção às vítimas da COVID-19 e suas famílias, que sofreram perda de renda em decorrência da pandemia.

O enfrentamento adequado destes desafios remete a outro problema: a desestruturação institucional do setor, iniciada em 2016, que sob o governo Bolsonaro culminou na extinção do Ministério da Previdência e a transferência de suas atribuições para a Secretaria de Previdência do Ministério da Economia. O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) foi transferido para o extinto Ministério do Desenvolvimento Social, e, depois, para o Ministério da Economia e o Ministério do Trabalho e Previdência. A Dataprev e a perícia médica continuaram vinculadas ao Ministério da Economia.

Assistiu-se também a uma política que se traduziu no represamento de direitos para a redução forçada de gastos, com graves consequências administrativas e sociais. Os casos mais paradigmáticos foram: a redução do quadro de servidores do INSS; o fechamento de agências físicas; a desatualização cadastral que limita a concessão automática de direitos; a precariedade do serviço de teleatendimento; a migração do atendimento presencial para canais remotos; as dificuldades com o uso dos canais online; as limitações técnicas do canal digital; e o uso de automatização na concessão de benefícios com base em protocolos imprecisos, levando a indeferimentos desnecessários.

Os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) também sofreram mudanças em decorrência da última reforma previdenciária, a qual trouxe o risco de financeirização dos planos de benefícios e menor proteção previdenciária, com prejuízos aos servidores públicos. O novo governo terá que reorganizar as regras de funcionamento desse segmento, em sintonia com as melhorias introduzidas nos regimes próprios no período de 2003 a 2015. Também é necessária a melhoria na gestão do RPPS, com a implantação de um Sistema Integrado de Dados e do eSocial, o tratamento mais adequado da Compensação Previdenciária (COMPREV), além de outras medidas de natureza tributária, sobre normas gerais aplicáveis a todos os entes federados e acerca do Regime de Previdência Complementar do setor público - Funpresp.

Nos últimos anos, houve ainda a tentativa de sucateamento das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, com ataques sistemáticos à imagem e à credibilidade do sistema e de seus dirigentes, e o favorecimento dos bancos e seguradoras. Tiveram lugar diversas resoluções do Conselho Nacional da Previdência Complementar (CNPC), para flexibilizar os direitos dos participantes, facilitar a retirada de patrocínio, alterar benefícios e critérios de reajuste de assistidos por esses planos, instituir planos com baixo nível de contribuição e benefícios reduzidos, dentre outras medidas que punem os participantes e assistidos em vez de proteger seus direitos, como é dever do Estado.

Em suma, é extensa a lista de questões e demandas que deverão exigir máxima atenção do ponto de vista legislativo, orçamentário e de garantia de direitos aos cidadãos, tanto no âmbito do Regime Geral da Previdência Social (RGPS), como também dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) e do Regime de Previdência Complementar (RPC).

## CIDADES

O Ministério das Cidades foi essencial para a formulação da nova Política Nacional de Desenvolvimento Urbano e a implementação do Estatuto das Cidades. De 2003 a 2016, o governo investiu R\$ 715 bilhões nas políticas urbanas (média de R\$ 50 bilhões por ano), com destaque para o programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV), que contratou 4,2 milhões de moradias até 2016, sendo 1,6 milhão para famílias de baixíssima renda.

A partir de 2016, o investimento na área foi drasticamente reduzido, tendência que se aprofundou sob o governo Bolsonaro, quando foram extintos o Ministério das Cidades e o Conselho das Cidades. No PLOA de 2023, registra-se uma redução de recursos para o setor urbano da ordem de 90% em relação a 2022, o que deverá provocar a paralisação de obras em andamento com recursos do Orçamento Geral da União.

O MCMV foi transformado no programa Casa Verde Amarela, que zerou as contratações para a baixa renda, afetando sobretudo a população mais carente e vulnerável em termos habitacionais. O corte de recursos destinados à produção habitacional e às obras de infraestrutura urbana, além dos prejuízos às famílias e às cidades, representa uma perda de oportunidade para a promoção do crescimento econômico. O recurso público aplicado no setor contribui para um ciclo virtuoso, que aumenta a arrecadação

tributária, gera emprego e renda e movimentada a cadeia da construção civil e outros setores da economia. Os programas de habitação têm potencial de gerar 1,5 milhão de empregos anuais, considerando a média do MCMV, observada no período 2009-2022, além de responder às necessidades habitacionais da população de baixa renda.

Na habitação, os reflexos do desmonte são percebidos no aumento em mais de 32 mil pessoas em situação de rua, somente nos últimos dois anos, totalizando mais de 178 mil pessoas; nas mais de 1 milhão de pessoas despejadas ou ameaçadas de despejo, durante a pandemia; no déficit habitacional de 5,9 milhões de domicílios; e nos mais de 5,1 milhões de domicílios em aglomerados subnormais (IBGE 2019).

Na área de mobilidade urbana, foi interrompida a expansão dos sistemas de média e alta capacidades de transporte público. Há uma crise de demanda e esgotamento do atual modelo de remuneração dos serviços pela tarifa, com sucessivos aumentos das tarifas e perda da capacidade de pagamento dos usuários. Esse cenário foi agravado pela pandemia: o déficit estimado entre a receita e os custos operacionais dos prestadores, no período de março/20 a junho/21, correspondeu a R\$ 16,7 bilhões, nos sistemas ônibus, e R\$ 12,5 bilhões, nos sistemas sobre trilhos (ANTP). Assim, houve a deterioração das condições de mobilidade urbana nas cidades, com o sucateamento das infraestruturas de transporte urbano.

A gestão de riscos e prevenção a desastres climáticos também foi desarticulada, mesmo diante de um cenário de aumento de eventos climáticos extremos. Houve ainda uma redução de 99,5% na previsão orçamentária para saneamento, em 2023, o que deve afetar obras em andamento, o início de obras aprovadas e/ou licitadas pela CAIXA, e a retomada de obras paralisadas nos últimos anos.

Diante do claro desmonte das políticas públicas até então conduzidas pelo Ministério das Cidades, o novo governo se vê diante da necessidade de redesenhar e retomar os programas considerados necessários à reconstrução da política habitacional do País, tendo como diretriz a redução das desigualdades urbanas e a promoção da transição ecológica nas cidades.

## CULTURA

A área da cultura foi um dos principais alvos do desmonte promovido pelo governo Bolsonaro, com impactos negativos sobre o orçamento destinado à pasta, as estruturas públicas de gestão da cultura, o acesso e o exercício dos direitos culturais, e as atividades artísticas e dos trabalhadores da cultura. O governo Bolsonaro amplificou o discurso de criminalização das artes e da cultura, com impactos agudos sobre artistas, trabalhadoras e trabalhadores do setor cultural.

O governo Bolsonaro promoveu o maior retrocesso dos últimos 20 anos na execução do orçamento destinado à cultura. A partir da extinção do Ministério da Cultura (MinC), em 2019, o governo federal reduziu em quase metade a execução orçamentária da

área cultural, que já era declinante. Desde 2016, houve uma perda de 85% no orçamento da administração direta e de 38% no da administração indireta. O Fundo Nacional de Cultura (FNC), principal mecanismo de financiamento governamental do setor, teve seu orçamento reduzido em 91%. O corte foi tão acentuado que a maior parte do que restou foi canalizada para manutenção, tornando inviável qualquer atividade finalística.

As estruturas públicas de gestão da cultura também foram destruídas ou desmontadas. O MinC deixou de existir em 2019, passando a ser uma Secretaria Especial vinculada, primeiro, ao Ministério da Cidadania e, depois, ao Ministério do Turismo. Ao mesmo tempo, a estrutura de cargos exclusiva da cultura foi absorvida por outras áreas governamentais e se reduziu para pouco mais de um terço da que existia em 2016.

Além da drástica redução de tamanho, a Secretaria virou as costas para a área cultural, cancelando editais, extinguindo políticas, descontinuando projetos, reduzindo sistematicamente o seu orçamento, perseguindo servidoras/es, sucateando instituições e publicando atos normativos autoritários que violam direitos e a diversidade cultural. O Sistema Nacional de Cultura foi negligenciado, tendo sido parcialmente desmantelado.

Como consequência do desmonte das políticas culturais, quadro agravado pela pandemia de COVID-19, a economia criativa e da cultura foi duramente impactada, provocando desemprego, fechamento de empreendimentos, precarização e vulnerabilização de trabalhadores e trabalhadoras do setor. A perda do setor cultural estimada para o biênio 2020-2021 foi de R\$ 69 bilhões.

As estimativas de participação do setor cultural na economia brasileira, em 2019, variavam de 1,2% a 2,7% do PIB, sendo que o conjunto de ocupados no setor cultural representava 5,8% do total (5,5 milhões de pessoas), atuando em mais de 300 mil empresas. Com a pandemia, o faturamento do setor se aproximou de zero, já que as únicas atividades que continuaram faturando foram as relacionadas a serviços digitais, como streaming de vídeo e música.

Enquanto outros governos lançavam pacotes de auxílio aos seus setores culturais, quem assumiu essa tarefa no Brasil foi a oposição, com a Lei Aldir Blanc. Somente ao final de 2022, o setor deverá retomar o patamar de geração de riqueza de 2019. Mesmo assim, o cenário ainda é incerto, dada a omissão e inoperância do governo Bolsonaro na área.

Com relação à participação social, o diagnóstico da área cultural reforça a tendência geral de restrição e redução da participação de setores da sociedade nas políticas públicas. Dos 25 colegiados associados às políticas culturais, 10 foram extintos; 3 estão paralisados ou aguardando composição; 1 está ativo, mas com problemas na formalização e na composição; e apenas 11 (41%) estão em funcionamento.

Enfim, é inegável o papel que a Cultura deverá ter durante o novo governo, seja como área fundamental de apoio e estímulo à diversidade de manifestações culturais do

povo brasileiro; seja como meio para propiciar o mais amplo acesso aos bens e serviços culturais; seja, enfim, como instrumento indispensável ao fomento da produção cultural e à promoção de uma economia da cultura, como parte da estratégia de retomada de desenvolvimento sustentável do País.

## ESPORTE

O governo Bolsonaro interrompeu uma longa trajetória de valorização das políticas públicas para o esporte no País. Desde 2003, o setor vinha experimentando a ampliação de recursos e da capacidade de organização e execução de políticas públicas, além de ter ganhado maior relevância no debate público, principalmente com a realização dos dois maiores eventos esportivos do mundo no País, a Copa do Mundo, em 2014, e as Olimpíadas, em 2016.

A extinção do Ministério do Esporte, que se tornou uma Secretaria Especial e foi absorvida pelo Ministério da Cidadania, levou ao rebaixamento da pauta do esporte, à redução de seu orçamento e à perda de relevância no âmbito do governo federal. O orçamento do esporte caiu de R\$ 3,4 bilhões em 2016 para R\$ 890 milhões em 2022. A PLOA 2023 prevê apenas R\$ 193 milhões para o esporte.

Políticas e programas voltados para a prática desportiva foram descontinuados ou perderam importância. É o caso do Programa Segundo Tempo e do Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro (PROFUT). A carência de infraestrutura esportiva nos municípios é um diagnóstico conhecido, que motivou a inclusão do esporte nos programas de investimento dos governos Lula e Dilma. Essa política de investimento em infraestrutura esportiva também foi paralisada. Da mesma forma, a Secretaria passou ao largo do crescente debate acerca dos atos discriminatórios ocorridos em atividades desportivas.

Sem uma visão estratégica clara para o setor, a Secretaria do Esporte realizou ações fragmentadas e isoladas, sem capacidade de incluir a agenda do esporte nas prioridades do País, em que pese o potencial econômico do setor e o papel que o esporte pode desempenhar na educação, saúde, inclusão social e bem-estar físico e mental das pessoas.

O diagnóstico da área sinaliza para a necessidade de reinserir o fomento ao esporte na agenda nacional, com a recuperação ou redesenho de programas que já demonstraram a sua relevância para o esporte brasileiro, e, especialmente, com a ampliação e democratização da prática esportiva, sobretudo no ambiente escolar, promovendo assim uma cultura de paz.

## DIREITOS HUMANOS

No período de 2019 a 2022, o revisionismo do significado histórico e civilizatório dos direitos humanos, a restrição à participação social e a baixa execução orçamentária foram a tônica da gestão da política de direitos humanos. O Ministério da Mulher, da Família e



dos Direitos Humanos (MMFDH) pautou a sua atuação na negligência de populações vulnerabilizadas, na negação da existência de graves violações a direitos, e no desmonte de políticas públicas arduamente conquistadas, até 2015.

O MMFDH foi instrumentalizado para o cumprimento da tarefa de subverter o significado histórico dos direitos humanos, por meio do uso deturpado de estruturas e recursos públicos; da celebração de parcerias com entidades estranhas a agenda do Ministério; e do comprometimento de áreas já consolidadas de enfrentamento a violações de direitos humanos.

A condução do Disque 100 é exemplo desse desmonte. Além de ter sido fragilizado pela péssima gestão contratual, o Disque 100 foi aparelhado para assediar a educadores e a estabelecimentos comerciais que exigiam certificado vacinal contra COVID-19, atendendo denúncias de sujeitos identificados com a chamada “escola sem partido” e com o negacionismo da crise sanitária recente. Toda a rede de proteção, antes acionada para dar resposta a denúncias de violações, foi desarticulada. Os dados do Disque 100, que são fonte de informações para o desenvolvimento de políticas públicas, deixaram de ser divulgados.

As estruturas de participação social foram o alvo preferencial do desmonte ou desconfiguração de políticas públicas no governo Bolsonaro. Na pasta dos direitos humanos, foram desarticulados ao menos 14 colegiados com participação social efetiva, sendo 12 alterados, com o objetivo de precarizar ou desconfigurar a participação da sociedade, e dois simplesmente extintos por revogação normativa sumária.

O orçamento dedicado às políticas de direitos humanos reforçam o cenário de desprezo pelo setor. A despesa discricionária em 2022 chegou ao valor de R\$ 238 milhões, aproximadamente um terço da LOA 2015. A PLOA 2023 replica o estado de penúria do orçamento, elevando o desmonte das políticas da área a um patamar crítico.

Além dos cortes, houve baixa execução orçamentária. Até o início de dezembro de 2022, apenas 40% do orçamento da área havia sido empenhado e cerca de 21% haviam sido executados. O cenário orçamentário-financeiro da pasta indica a inviabilidade da política de direitos humanos, caso não haja recomposição orçamentária a partir de 2023.

Essas três principais dimensões do desmonte - o revisionismo do significado histórico dos direitos humanos, as restrições à participação social e a precarização orçamentária -, culminaram na descontinuidade de políticas públicas importantes para a promoção e defesa de direitos humanos, como foi o caso do “Plano Viver Sem Limite” e das políticas para a população LGBTQIA+ e para a população em situação de rua.

## MULHERES

A dimensão do desmonte provocado pelo governo Bolsonaro nas políticas para as mulheres é a expressão de um projeto político de invisibilização e sujeição da mulher. Tal

projeto começa na esfera simbólica, mas tem consequências concretas na desorganização e no esvaziamento das políticas públicas, na desidratação do orçamento, na desestruturação institucional e, conseqüentemente, na perda de direitos e até da própria vida das brasileiras.

No primeiro semestre de 2022, o Brasil bateu recorde de feminicídios, registrando cerca de 700 casos no período. Em 2021, mais de 66 mil mulheres foram vítimas de estupro; mais de 230 mil brasileiras sofreram agressões físicas por violência doméstica. Os dados são do mais recente Anuário Brasileiro de Segurança Pública. Embora todas as mulheres estejam expostas a essas violências, fica evidente o racismo: as mulheres negras são 67% das vítimas de feminicídios e 89% das vítimas de violência sexual.

Essas tragédias ocorrem no mesmo compasso do desmonte das políticas de enfrentamento à violência contra a mulher. No caso do programa “Mulher Viver Sem Violência”, os principais eixos que garantiam a capacidade de execução foram retirados da legislação, desobrigando o Estado de cumprí-los. O orçamento do programa foi desidratado em 90% e a construção de Casas da Mulher Brasileira foi paralisada.

O Disque 180 foi desmantelado. Esse serviço foi transferido para a Ouvidoria de Direitos Humanos e, com isso, seu papel de orientação, informação, denúncia e gestão de informação da rede de atendimento no País ficou restrito apenas a denúncias. O orçamento para esse serviço, em 2023, é de apenas R\$ 6 milhões, o que implica a paralisação do Disque-180 já nos primeiros meses do novo governo.

No governo Bolsonaro, o feminicídio foi gravemente intensificado pela flexibilização da posse e do porte do uso de armas. De 2019 a março de 2022, mais de 400 mil novas armas de fogo foram registradas no País, segundo dados da Polícia Federal. Deste total, mais de 96% estão em nome de homens e 4% em nome de mulheres. Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, quando consideramos que mais da metade dos casos de violência contra as mulheres são cometidos por companheiros, ex-companheiros, pais ou padrastos e dentro de casa, podemos dizer que isso eleva tanto o grau de escala de opressão, silenciamento e repressão sobre as mulheres, como o grau de letalidade dos homens sobre elas.

Os recursos direcionados para financiar as políticas públicas da Secretaria de Políticas para as Mulheres, de 2015 a 2022, demonstram a dinâmica orçamentária perversa iniciada em 2016, com fortes cortes no orçamento da pasta. O PLOA 2023 traz uma redução de 90% no orçamento da área quando comparado ao orçamento de 2015.

O cenário trágico de desmantelamento das políticas para as mulheres também foi intensificado pela gestão irresponsável da pandemia de COVID-19. Para as trabalhadoras domésticas, a pandemia representou o aumento do risco à própria saúde, a queda na renda e a perda de direitos. Elas foram as primeiras a serem infectadas e as mais impactadas pela COVID-19.

A formalização dos vínculos laborais dessa categoria começou a declinar após 2016, tendência agravada na pandemia. Mesmo diante do aumento da fome, da perda de renda e direitos, o MMFDH não viabilizou ação alguma para incentivar e implementar a PEC das trabalhadoras domésticas, deixando-as ainda mais desprotegidas e vulneráveis.

A fome e a insegurança alimentar também afetam desproporcionalmente mulheres, negras e negros: um em cada cinco lares chefiados por mulheres não tem o que comer no dia a dia. Nos domicílios em que a responsável é negra ou negro, a fome aumentou de 10,4% para 18%. A fome em famílias com crianças quase dobrou.

Para além do aumento do desemprego generalizado, a taxa de desalento entre as mulheres é mais que o dobro do que entre os homens. A sobrecarga doméstica, as tarefas de cuidado e a falta de oferta de serviços públicos como creche prejudicam o retorno da mulher ao mercado de trabalho.

Ou seja, mesmo diante de um contexto de retomada econômica, se não houver políticas efetivas com recortes de gênero e raça, elas são as últimas a serem incorporadas – principalmente em postos mais precários, desvalorizados e informais.

## IGUALDADE RACIAL

As políticas de promoção da igualdade racial sofreram severos retrocessos durante o governo Bolsonaro: estrangulamento orçamentário; desmonte de estruturas executivas e colegiadas relativas à temática; descumprimento de dispositivos legais; descontinuidade de programas; ausência de monitoramento das ações; e desarticulação de agendas intersetoriais.

Com relação ao orçamento, houve uma drástica redução de 93% desde 2015, o que reflete um processo mais amplo de esvaziamento orçamentário das políticas de promoção da igualdade racial no conjunto das ações relacionadas à temática, em diferentes órgãos e entes da Administração Pública Federal. Entre os principais cortes, destacam-se a redução no programa de regularização fundiária de territórios quilombolas pelo INCRA, o estrangulamento das ações finalísticas da Fundação Cultural Palmares e as previsões irrisórias para a implantação do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial - SINAPIR.

O desmonte orçamentário é também político. A antiga Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial (SEPIR) foi rebaixada para a condição de secretaria nacional dentro do MMFDH, com o consequente enfraquecimento das estruturas institucionais dedicadas à gestão do setor.

Em um balanço geral acerca do percurso dos programas e ações em curso nos últimos anos, avalia-se que dos 18 programas/ações que compunham o repertório prioritário da SEPIR, em 2015, seis foram descontinuados, cinco desmantelados, seis enfraquecidos e um deles não passou por qualquer aprimoramento.

Entre os principais desmontes constatados, destacam-se:

- | ausência de monitoramento da Lei de Cotas do Ensino Superior (12.711/2012) e da Lei de Cotas de Ingresso para o Serviço Público (12.990/2014);
- | ausência de acompanhamento, monitoramento e avaliação da Lei sobre o Ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Indígena (10.639/03 – 11.645/08);
- | desarticulação do esforço intersetorial da Agenda Social Quilombola e enfraquecimento das ações componentes da Agenda, resumindo-se o Programa Brasil Quilombola a ações pontuais e assistencialistas, em descumprimento inclusive das determinações judiciais da ADPF 742 (Quilombolas e pandemia);
- | paralisação dos esforços de regularização fundiária de territórios quilombolas, com falta de recursos, falta de pessoal e paralisia decisória no INCRA;
- | descontinuidade de ações fundamentais para enfrentamento à violência letal contra a juventude negra;
- | enfraquecimento da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra;
- | desmantelamento dos esforços de articulação intersetorial das agendas para Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana e Terreiros e dos Povos Ciganos;
- | tentativa de destruição da Fundação Cultural Palmares por meio de medidas administrativas e manobras discursivas que visavam a ruptura do órgão com sua própria missão institucional.

## JUVENTUDE

Com relação à política nacional para a juventude, o governo Bolsonaro representou o desmonte e o enfraquecimento de sua capacidade de articulação com as demais políticas públicas e de diálogo com a sociedade civil.

O setor perdeu orçamento de maneira crítica e sistemática desde 2016, o que se agravou durante o governo Bolsonaro. O pico de investimentos na área aconteceu no período de 2005 a 2014. Desde então, a área sofreu sucessivos cortes orçamentários. Isso acarretou a desarticulação, a descontinuidade e o desmonte de políticas, programas e iniciativas importantes destinadas à população jovem.

Chama atenção o fato de que o Plano Plurianual (PPA) atual não contém um Programa e Ação Orçamentária específicos para a juventude. A questão fica ainda mais evidente ao se analisar a execução orçamentária, em que se observa um padrão decrescente, tendo havido queda de quase 95% na execução orçamentária ao final dos últimos quatro anos.

A Secretaria Nacional da Juventude (SNJ), atualmente incorporada pelo Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos (MMFDH), conta com uma estrutura organizacional precária, com baixa capacidade de articulação política, de diálogo com setores organi-

zados e de execução de políticas públicas. Ela tem exercido um papel lateral e desvinculado de quaisquer objetivos estratégicos. Comparado ao papel político desempenhado pela SNJ em períodos anteriores, percebe-se uma diminuição drástica em sua relevância na estrutura da Administração Federal.

Muitos programas voltados para a juventude foram esvaziados e desarticulados, a partir de 2016, com especial ênfase no governo Bolsonaro. É o caso do Estação da Juventude, que foi sendo paulatinamente diminuído e desfigurado. Também é o caso do Programa de Fortalecimento da Autonomia Econômica e Social da Juventude Rural, descontinuado em 2017, apesar de seus resultados positivos. Programas de outros setores, voltados para a juventude, também sofreram revezes, como é o caso do Projovem Urbano, atrelado ao Ministério da Educação, que perdeu estrutura e orçamento nos últimos quatro anos.

## POVOS INDÍGENAS

Os direitos indígenas nunca foram tão ultrajados e ignorados na história recente do Brasil como no governo Bolsonaro. Os cortes orçamentários; o desmonte das estruturas administrativas; a completa paralisação dos processos demarcatórios, somados ao aumento das invasões de terras e territórios indígenas; além da ausência de ações de prevenção e enfrentamento durante a crise sanitária da COVID-19, representam um desmonte sem precedentes na política indigenista brasileira.

A invasão das terras e territórios indígenas se acentuou exponencialmente nesse período, em razão de políticas de incentivo à grilagem e à exploração ilícita e indevida de recursos naturais por garimpeiros, madeireiros, pecuaristas, pescadores, caçadores ilegais e narcotraficantes. Isso produziu um aumento expressivo de conflitos e violências contra os povos indígenas. Ameaças e mortes de lideranças e defensores indígenas (e não indígenas) têm sido crescentes em razão da impunidade, como mostrou o caso do assassinato do indigenista Bruno Pereira e do jornalista Dom Phillips, na região do Vale do Javari, que chocou o país e provocou grande e compreensível comoção internacional.

Outra consequência dessa política devastadora é a grave situação de calamidade que vem se perpetuando na Terra Indígena Yanomami, onde vivem, em 371 comunidades, mais de 28,1 mil indígenas, incluindo povos indígenas isolados. Configura-se, ali, uma situação de emergência humanitária, com violências sistemáticas, mortes de crianças e mulheres, destruição ambiental e adoecimento. O garimpo ilegal avançou 46% nessa região, em 2021.

A criminoso omissão do Estado na fiscalização das terras indígenas afetou os povos originários em todas as regiões. Ao paralisar completamente as demarcações, o governo Bolsonaro agravou o contexto de insegurança e as violações de cerca de 40% da população indígena, que vive em pouco mais de 1% do total da superfície demarcada atualmente no Brasil. Além de expor povos indígenas a situações de vio-

lência e racismo, esse cenário contribui para a aceleração da destruição ambiental e a degradação dos biomas.

Durante o governo de Bolsonaro, o Brasil registrou as maiores taxas de desmatamento na Amazônia, desde 2006. Em contrapartida, as terras indígenas continuam apresentando os menores índices de desmatamento na Amazônia Legal, com taxas que representam apenas 1% do total desmatado na região.

Soma-se a isso o fato de que as terras indígenas são áreas protegidas que abrigam a maior parte da biodiversidade do planeta, e que as populações que nelas habitam detêm o conhecimento milenar e ancestral sobre formas de manejo e relacionamento com o universo não-humano. Por isso, a paralisação das demarcações e demais ações de proteção das terras indígenas não só compromete seriamente a vida dos povos indígenas, em especial a dos isolados, mas também coloca em risco a sua própria subsistência na Terra.

Esse cenário devastador foi acompanhado e intensificado pela desorganização e desmonte das estruturas administrativas relacionadas às políticas públicas indigenistas. Nos últimos cinco anos, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) foi desmantelada e sofreu drástica redução orçamentária. Nota-se que apenas 30% do orçamento do órgão financiou atividades finalísticas. No Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) 2023, apresentado ao Congresso Nacional, o orçamento da Funai sofreu corte de R\$ 34 milhões. Para 2023, a Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) conta com a previsão do menor orçamento do órgão desde sua criação, tendo sofrido redução de 59% em relação ao orçamento de 2022.

A nomeação de profissionais sem experiência nos assuntos indígenas para ocupar cargos na FUNAI, bem como o aparelhamento do órgão por representantes de setores contrários aos direitos indígenas, contribuíram para a desestruturação total da política indigenista pública.

Políticas conquistadas ao longo de décadas nas áreas de gestão territorial e ambiental, saúde, educação, agricultura familiar e cultura foram sucateadas. Povos indígenas que vivem fora de seus territórios ou em terras não-regularizadas, retomadas ou mesmo em contexto urbano, foram relegados à invisibilidade e total desassistência.

As instâncias representativas dos povos indígenas foram excluídas dos espaços de participação e controle social de políticas públicas, em razão da extinção ou paralisação do funcionamento de diversos Conselhos Participativos criados e implementados até 2016, incluindo o Conselho Nacional de Política Indigenista (CNPI).

A gestão irresponsável da pandemia de COVID-19 levou à morte de mais de mil indígenas, pertencentes a 165 povos, pelo coronavírus. Dentre essas, destaca-se a morte de anciães e anciões, detentoras/es do conhecimento tradicional de seus povos, impactando na transmissão e continuidade desses saberes e tradições ancestrais.

## DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL E CLIMÁTICA

### ECONOMIA

No campo econômico, o legado dos últimos anos foi marcado por baixo crescimento, inflação alta, perda de poder de compra do salário e perda de credibilidade do arcabouço fiscal, que culminou em uma proposta irrealista de lei orçamentária para 2023.

O crescimento médio do PIB, no período 2019-2021, foi próximo de 1% ao ano até 2021. Na média, a expectativa é que o governo Bolsonaro termine o seu mandato com um crescimento médio próximo a 1,5%, inferior inclusive à média verificada no governo Temer. Para o próximo ano, a expectativa de crescimento do Brasil é de 0,6%, enquanto no resto do mundo é de 2,7%.

A inflação acumulada no Brasil durante o governo Bolsonaro supera 26%, uma das maiores do mundo, atrás apenas da inflação da Argentina, Rússia e Turquia. Em dois dos quatro anos de governo, o Brasil terá estourado o limite superior da meta de inflação. Mesmo com as custosas desonerações para reduzir o preço dos combustíveis, a inflação acumulada em 12 meses é de 5,9%.

Em parte, o repique inflacionário pode ser explicado pela desvalorização cambial verificada no período. No governo Bolsonaro, a taxa de câmbio do real com o dólar saiu de R\$ 4/ 1 US\$ em 2019 para R\$ 5,6/ 1 US\$ em 2021. Atualmente está próxima de R\$ 5,3/ 1 US\$.

Na esteira do baixo crescimento e da elevada inflação, o salário mínimo praticamente não teve ganho real. O rendimento médio real caiu nos três primeiros anos do governo Bolsonaro, saindo de R\$ 2.471,00 para R\$ 2.265,00, em 2021. O rendimento real per capita de todas as fontes, em 2021, foi de R\$ 1.353,00, também o menor da série histórica. Em 2019, o salário mínimo comprava 2 cestas básicas, agora compra 1,6.

Por fim, o atual governo deixa um legado de perda de credibilidade na política fiscal e orçamentária. Após alterar por cinco vezes o arcabouço fiscal vigente para permitir gastos que totalizam R\$ 800 bilhões acima do originalmente previsto pelo teto de gastos, o governo Bolsonaro apresentou uma proposta de lei orçamentária irrealista para 2023, incapaz de garantir a continuidade das políticas públicas necessárias à garantia da cidadania da população. Ao final de 2022, os sinais de escassez de recursos para a manutenção dos serviços públicos essenciais e para o funcionamento da máquina pública se fazem visíveis, como nos casos do atraso no pagamento de bolsas de estudo, corte de verbas para educação e falta de recursos para emissão de novos passaportes.

## INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS

Ao longo dos últimos anos o País atravessou severo período de desindustrialização e ausência de políticas de desenvolvimento de um modo geral, o que implicou um decréscimo persistente da participação da indústria de transformação no PIB nacional. Além disso, o desmonte da política nacional de exportações no governo atual também impactou fortemente na redução da participação da indústria de transformação no total das exportações brasileiras, caindo de 66% em 2016 para cerca de 50% em 2022. Esse cenário se agravou com os efeitos da pandemia e da nova geopolítica mundial sobre a desindustrialização e foi amplificado pela ausência de políticas industriais e de comércio exterior para virar o jogo e transformar uma ameaça em oportunidades para o setor produtivo do país.

A falsa premissa de que os mercados são autorreguláveis, sem a necessidade de ações coordenadas dos agentes públicos e privados, levou a equívocos de orientação e condução de políticas que foram danosas ao setor produtivo, deixando-o mais frágil e vulnerável à competição. A fragilidade se deu em termos financeiros e tecnológicos, resultando em uma grande estagnação da produtividade, especialmente no amplo universo de empresas da indústria de transformação.

Como o sistema industrial moderno é altamente complexo, envolvendo cadeias de valor de centenas de atividades de comércio e serviços integrados às atividades industriais propriamente ditas, o efeito contágio de fragilidades financeiras e tecnológicas no núcleo da indústria afeta todo sistema produtivo e de inovação. As repercussões foram especialmente graves nos segmentos de bens de capital e serviços altamente especializados de exportação e geração de conhecimento. Foram afetadas as áreas de comércio exterior, de *funding* e financiamento para investimento - especialmente pela descapitalização intencional do BNDES -, de apoio à produção e serviços e de proteção sistemática à população mais vulnerável.

Essas ações (ou falta de outras) dificultaram uma retomada econômica pós-pandemia ambientalmente responsável, que propiciasse empregos formais e mais bem remunerados. Dado o tamanho econômico do Brasil, a criação de oportunidades poderia ser facilitada pela exploração do potencial de investimentos em infraestrutura e inovação tecnológica por meio de uma ação coordenada entre os setores público-privado, principalmente em um cenário internacional que abre novas janelas de oportunidades com a propagada Indústria 4.0 e a sustentabilidade.

Portanto, a recriação do MDIC deve ser a primeira ação concreta do novo governo para reverter o quadro no setor produtivo e na inserção externa brasileira, de maneira a impulsionar a inovação tecnológica, o aumento de produtividade e competitividade, e a promoção de uma economia verde e limpa, não apenas na indústria, mas também no comércio e serviços. A missão precípua de novo MDIC é reindustrializar Brasil e promover uma inserção internacional mais competitiva.



## INFRAESTRUTURA

Na Infraestrutura Logística, os principais retrocessos a serem revertidos pelo novo governo são a brutal queda do investimento público e a falta de mecanismos de governança dos programas de investimentos estratégicos para o País, nos mesmos moldes do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e do Programa de Investimentos em Logísticas (PIL).

A queda brutal do investimento e o dismantelamento dos mecanismos de planejamento - somados à implementação de modelos de concessão voltados apenas para criar oportunidades de negócios privados, sem dar sustentabilidade aos projetos e reais benefícios aos usuários -, fizeram com que a infraestrutura logística perdesse capacidade e se degradasse ao longo dos últimos anos.

Todos os modais tiveram redução de gastos e precisam de um esforço de recomposição de suas médias históricas de investimentos. Sem isso, é impossível implementar um programa de investimento que entregue ao País uma infraestrutura condizente com os desafios do desenvolvimento econômico e com geração de milhões de empregos de qualidade.

O investimento público em transportes atingiu seu pico em 2011, com a autorização de R\$ 35,8 bilhões do orçamento federal. Em 2023, o montante previsto no orçamento é de apenas R\$ 6,8 bilhões, míseros 19% do valor autorizado dez anos antes.

A gestão das rodovias encontra-se em patamar de manutenção, que não repõe o desgaste observado, resultando em péssimas condições de tráfego nas vias públicas. Também têm sido frequentes as notícias de desabamentos de pontes e deslizamentos, revelando a baixa resiliência climática e estrutural das rodovias. Da mesma forma, recursos ínfimos foram aplicados na ampliação da malha rodoviária, com resultados medíocres, como a entrega de pontes de madeira e pequenos trechos de duplicação ou construção de rodovias.

Na área de ferrovias, os retrocessos são ainda mais contundentes. As obras públicas no setor restringem-se a duas pequenas obras de segurança ferroviária em áreas urbanas e apenas alguns segmentos do trecho II da Ferrovia de Integração Oeste-Leste - FIOL, mesmo assim em ritmo muito lento.

Na área de portos, os recursos destinados às intervenções necessárias se restringem às receitas das próprias empresas, por determinação imposta na Lei de Diretrizes Orçamentárias. Com isso, apenas as companhias que dispõem de receitas estão autorizadas a realizar investimentos, deixando os portos de menor competitividade sem capacidade de realizar intervenções.

No setor aeroportuário, a maior parte dos aeroportos de médio e grande porte estão concedidos ao setor privado, processo iniciado em 2011. Nos últimos anos,

porém, o governo perdeu a capacidade de fazer obras de melhoria e ampliação dos aeroportos remanescentes.

O setor aquaviário, por sua vez, não conta com um programa de gestão das hidrovias e de instalações portuárias que seja consistente com a necessidade do País, principalmente quando se considera como objetivo estratégico o estabelecimento de uma matriz de transporte ambientalmente sustentável.

É preciso considerar a possibilidade de reavaliação de modelos de concessão, como o critério de julgamento nas licitações de rodovias, o modelo de privatização das autoridades portuárias com exploração dos portos organizados, e a regulamentação das autorizações ferroviárias.

É necessária, ainda, a adoção de medidas para a retomada de obras paralisadas, bem como a implementação de novos projetos. De igual maneira, se faz necessário adequar as previsões orçamentárias e capacidade de investimento no setor, fator indispensável para a recuperação e melhoria da infraestrutura logística do País, o crescimento econômico sustentável e a geração de emprego e renda..

## COMUNICAÇÕES

A situação atual do Ministério das Comunicações denota a ausência de centralidade conferida ao setor, nos últimos anos, apesar de seu papel estruturante das relações políticas, econômicas e sociais contemporâneas.

No âmbito da radiodifusão, o governo Bolsonaro atuou para reduzir a pluralidade e a diversidade nos meios de comunicação. Como exemplo, houve diminuição considerável de editais para radiodifusão educativa e comunitária, além da não conclusão dos processos de outorga do Canal da Cidadania.

Nos últimos quatro anos, assistiu-se ao desmonte do sistema de comunicação pública, previsto na Constituição Federal. A Empresa Brasil de Comunicação (EBC) foi reduzida ao papel de mera produtora de conteúdos governamentais, com a mobilização de suas rádios, agência e emissora de TV para essa finalidade. Casos de censura também foram denunciados por trabalhadores, evidenciando a instrumentalização política que privou a população brasileira do direito de acesso à informação pelos canais públicos de comunicação.

No campo das telecomunicações, as políticas continuaram focadas na expansão da infraestrutura, sem a existência de iniciativas que busquem reduzir as desigualdades no acesso aos serviços de telecomunicações e garantam o pleno acesso da população de menor renda à Internet, com dispositivos adequados e pacotes de serviços menos limitados em termos de volume de dados e utilização.

Além disso, nos últimos quatro anos, não houve qualquer formulação de ações estratégicas sobre as comunicações, apesar da crescente centralidade dos meios e

ambientes digitais na sociedade e na atual fase de desenvolvimento econômico, ignorando a percepção internacional sobre o tema, cada vez mais associado à geopolítica, à democracia, à redução das desigualdades e à necessidade de medidas para enfrentar a crise climática.

Como resultado dessa visão restrita das telecomunicações, o governo Bolsonaro também incluiu a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), a Empresa Brasil de Comunicação (EBC), o Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) e a Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência (Dataprev) no Programa Nacional de Desestatização.

A atuação governamental na área de comunicações foi, assim, presidida por uma lógica privatista, de instrumentalização dos meios públicos de comunicação, e de ausência completa de políticas públicas de inclusão digital e de promoção do acesso à informação, especialmente para a população de baixa renda.

## CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

O governo Bolsonaro também desmontou o sistema científico e tecnológico nacional. Em meio a um discurso oficial de negação da Ciência, o sistema federal de fomento da área de CT&I entrou em virtual colapso. As instâncias de diálogo entre o governo federal e seus parceiros nas áreas de ciência, tecnologia e inovação foram desvirtuados ou esvaziados, substituídos pela imposição unilateral de prioridades e programas por meio decretos ou portarias, em geral para tentar legitimar um quadro de retração de investimentos ou para atender interesses isolados de ocupantes de cargos na cadeia de comando do Ministério da área. Como resultado, houve grande pulverização de iniciativas e sobreposição de ações, com relevância e impacto limitados.

Dado o grau de desmonte nessa área, impõe-se a necessidade de reorganização do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI). É necessário, em primeiro lugar, recompor e ampliar o financiamento de CT&I, garantindo a liberação integral dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), cuja Secretaria Executiva é exercida pela Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP). A destinação desses recursos deve se voltar para projetos nacionais estruturantes e mobilizadores, em complemento (e não substituição) à recuperação e ampliação do orçamento do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e de suas unidades e agências, especialmente os recursos próprios do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

É necessário combinar e integrar variados atores e instrumentos na estruturação de uma Estratégia Nacional de CT&I, concebida como política de Estado de longo prazo, apoiada em incentivos à Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), crédito e investimento para tecnologias críticas, formação de recursos humanos, subvenções e uso do poder de compra governamental. Para isso, é fundamental remontar a estrutura organizativa do MCTI, tendo por objetivo a promoção do desenvolvimento científico e tecnológico

nacional, além da redução das desigualdades sociais brasileiras. É necessário, igualmente, recompor e revitalizar as instâncias de diálogo e participação da sociedade civil na construção das políticas públicas para a área, como o Conselho de Ciência e Tecnologia (CCT) e o Conselho Diretor do FNDCT, além de realizar nova Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação cuja última edição ocorreu em 2010.

No contexto de expansão acelerada da sociedade do conhecimento, a área de Ciência, Tecnologia e Inovação torna-se um pilar central para a reconstrução, a reindustrialização e o desenvolvimento econômico, social e ambiental do País.

## MINAS E ENERGIA

De forma geral, nos últimos quatro anos, a política de minas e energia sofreu um forte desmonte regulatório, combinado com uma abertura de mercado, que, em última instância, reduziu o espaço de atuação estatal. Essa redução ocorreu de várias formas, seja pela menor regulação dos setores, como caso da mineração e do setor de combustíveis, seja pela transferência patrimonial de ativos públicos para o setor privado, a exemplo da privatização da Eletrobrás e da venda de refinarias da Petrobras.

No setor de minas, foram promulgadas medidas, por meio de portarias e decretos, para desregular o setor e fomentar atividades predatórias, como o Código de Mineração e a Política Pró-Minerais Estratégicos. A reversão desse quadro demanda uma nova organização institucional, concentrada na resolução de questões graves no setor. É necessário incentivar o desenvolvimento do conhecimento geológico e da mineração, tendo claro, porém, o potencial para geração de conflitos na área de mineração, pelos seus impactos ambientais e sobre os valores culturais e modos de vida próprios das populações de regiões onde estão ou devem se instalar grandes empreendimentos.

Na energia elétrica, a principal preocupação diz respeito à mitigação das consequências negativas da privatização da Eletrobrás sobre as tarifas do setor elétrico, em função do processo de “descotização” e da concentração de poder de mercado em uma empresa privada. Causam, igualmente, preocupação e impacto negativo sobre as tarifas as emendas inseridas na lei de privatização da Eletrobrás. Tornou-se obrigatória a contratação de termelétricas caras e desnecessárias, o que criou uma reserva de mercado para as pequenas centrais hidroelétricas e levou à renovação de contratos de usinas antigas, por meio do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA). Também inquieta e deve ser foco de atenção a perda por parte da União da capacidade de influenciar os rumos da Eletrobrás, apesar de continuar a ser o maior acionista da empresa.

Na indústria de petróleo, gás e biocombustíveis, as medidas de abertura e as constantes mudanças de políticas do setor geraram uma série de distorções. De modo geral, tais medidas caminharam no sentido de reduzir a participação da Petrobras no abastecimento e no mercado de gás natural, bem como de reduzir a previsibilidade em relação

às ações de descarbonização. É o caso dos programas Renovabio e do percentual de mistura dos biocombustíveis, que tiveram suas metas e objetivos alterados de maneira frequente.

Para os próximos anos, o cenário tende a se agravar, uma vez que ainda está em curso um conjunto amplo de desinvestimentos da Petrobras, bem como iniciativas de desregulamentação e descoordenação, como o Abastece Brasil. Além disso, o Renovabio continua a reduzir suas metas de descarbonização e há previsão de maior abertura do setor de biocombustíveis, o que pode fragilizar ainda mais a indústria brasileira.

Diante desse cenário, as atenções do novo governo devem se voltar para as leis, decretos e outros atos normativos que representam um risco de perpetuação do desmonte da área de minas e energia, bem como para a necessidade de medidas de reconstrução das políticas públicas do setor, especialmente nas áreas de mineração, energia elétrica, petróleo, gás e biocombustíveis - todas elas de grande importância para a retomada do desenvolvimento sustentável do País.

## **AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO**

Nos últimos quatro anos, houve uma redução de 31% no orçamento discricionário do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). O descaso ambiental do governo Bolsonaro prejudicou a imagem da agropecuária brasileira e seus investimentos em sustentabilidade. Os estoques públicos de alimentos foram reduzidos, no caso do arroz em 95%, havendo um déficit de capacidade de armazenamento de 89 milhões de toneladas no Brasil.

A pesquisa agropecuária foi fragilizada: a Embrapa perdeu 27% de seus recursos. Houve postergação na adoção de maiores percentuais de biocombustíveis. O seguro rural tornou-se insuficiente para as necessidades dos agricultores e a área de plantio de arroz, feijão e mandioca são hoje as menores da série histórica. O desmonte também foi sentido nas ações de defesa agropecuária, com redução real de 31% no orçamento para sanidade e qualidade de insumos. A política agrícola, por sua vez, sofreu as consequências do aumento nas taxas de juros, sendo que o financiamento de tratores que pagava 7,5%, em 2018, hoje está pagando 12%. Na área de comércio internacional, o número de adidos agrícolas é inferior às necessidades de abertura de mercado.

No rol de questões na área de agricultura, pecuária e abastecimento que devem merecer atenção especial, destacam-se: o enfrentamento de emergências em de defesa agropecuária (peste suína clássica, influenza, aftosa, monilíase, mosca da carambola, fusário 4 da banana, médicos veterinários temporários); a implementação do Plano Nacional de Fertilizantes; o financiamento para armazenamento e compra de máquinas; o fortalecimento da área de sustentabilidade da produção, do INCRA e da plataforma de gestão territorial; a continuidade da digitalização dos serviços da área; e o fortalecimento da atuação dos adidos agrícolas.

Além disso, é importante considerar a necessidade de fortalecimento da participação social nos conselhos e estruturas do MAPA, especialmente no que diz respeito às chamadas políticas transversais, como o combate ao desmatamento ilegal, a segurança hídrica e a governança fundiária.

Para enfrentar as emergências postas, impõe-se o enfrentamento das atuais restrições orçamentárias, de maneira a assegurar recursos para: o Plano Safra, nas linhas de custeio e investimento; o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO); a assistência técnica e extensão rural; as aquisições do governo federal; a transferência de tecnologia agropecuária; o cadastro ambiental rural; a manutenção e modernização da Embrapa; o cooperativismo; a agricultura orgânica; e a Conab.

## DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

A irresponsabilidade do governo federal no âmbito das políticas públicas voltadas à agricultura familiar afetou, de forma desigual, os diferentes sujeitos que produzem alimentos, relegando ao esquecimento mulheres, jovens, povos indígenas e comunidades tradicionais envolvidas com a atividade agrícola.

O desmonte das políticas públicas nessa área passou, também, pela reformulação de seus marcos legais, visando à privatização dos territórios de povos indígenas e de comunidades tradicionais, aliada à eliminação da participação e controle social e ao ataque aos direitos socioambientais. Sob esse aspecto, Executivo e Legislativo se uniram no Congresso Nacional em defesa de projetos de lei que visam flexibilizar o registro de agrotóxicos (PL 6.299/2002) e a regularização fundiária por meio de autodeclaração (PL 2633/2020 e PL 510/2021).

A desestruturação teve impacto negativo na produção agrícola, principalmente na produção local e nos circuitos curtos. Isso prejudicou o acesso a alimentos e elevou o seu preço, culminando em alterações de hábitos alimentares, diante do menor poder de compra dos consumidores e da queda na oferta de alimentos saudáveis. Mesmo no caso do crédito e do seguro, que tiveram seus valores aumentados, a concentração e a desigualdade de acesso permitiram que esses benefícios fossem aproveitados pela maior parte das agricultoras e agricultores com menores condições.

À exceção dos recursos orçamentários e não orçamentários relacionados ao crédito e ao seguro produtivo – cada vez mais concentrados em menos agricultores, menos produtos e um número menor de estados –, os demais recursos foram reduzidos em geral a menos de 10% dos valores históricos deflacionados do fim do segundo governo Lula e do primeiro governo Dilma, algumas vezes chegando a menos de 1%. A situação é ainda pior na PLOA 2023.

A Constituição de 1988 define a diretriz acerca do cumprimento da função social da propriedade rural, bem como o regime de destinação de terras públicas compatível com a política agrícola e com o plano nacional de reforma agrária. Apesar disso, o go-

verno Bolsonaro não mediu esforços para esvaziar, descaracterizar e subverter tanto a aplicação do texto constitucional quanto o funcionamento do INCRA no cumprimento de sua missão institucional.

De forma perversa, não houve destinação de novas áreas públicas para a reforma agrária e caminhou-se a passos lentos até mesmo no assentamento de famílias em áreas já obtidas. Além disso, o governo Bolsonaro propagou a ideia de que entregou títulos de domínio de terra, quando na verdade trata-se apenas de documentos provisórios e precários.

Esse ciclo contribuiu para levar o Brasil de volta ao Mapa da Fome da ONU. A pobreza aumentou em 22,7%, de 2020 a 2021 (ou em mais 11,6 milhões de pessoas), e a extrema pobreza em 48,2% (ou em mais 5,8 milhões de pessoas), pelos critérios do Banco Mundial. Ao fim, são 62,5 milhões de pessoas (29,4% da população do Brasil) na pobreza, das quais 17,9 milhões (8,4% da população) vivem em extrema pobreza. Também se observou um aumento estimado de 38% da população de rua, de 2019 para 2022.

Diante desse quadro, é central implementar programas e ações que tanto reconheçam o trabalho do produtor agrícola quanto fortaleçam a autonomia econômica, social, cultural e ambiental destes, além de preservar seus modos de vida nos campos, florestas e águas. É preciso também garantir estrutura, equipe e orçamento para assistência técnica específica, acesso à terra, território e água, fortalecimento da organização produtiva e dos quintais agroecológicos com crédito e fomento produtivo, acesso à cidadania, à cultura, à educação e a seus documentos básicos, bem como o enfrentamento de diferentes formas de violência e discriminação, como a vivida pelas mulheres, pelas juventudes e pelas diversidades sexuais e de gênero.

## DESENVOLVIMENTO REGIONAL

O Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) é produto de uma fusão mal planejada das antigas estruturas do Ministério da Integração e do Ministério das Cidades, ocorrida em 2019.

Principal macropolítica formulada no extinto Ministério da Integração, a Política Nacional de Desenvolvimento Regional encontra-se hoje desprestigiada e, por isso, incapaz de cumprir um papel orientador. Os Fundos de Desenvolvimento Regionais tiveram suas estruturas de governança desmontadas e seus conselhos deliberativos esvaziados. A desarticulação entre as fontes de financiamento (fundos e orçamento fiscal da União) e as políticas e planos nacionais de desenvolvimento regional afetam a capacidade de enfrentamento das desigualdades regionais, o que fica evidenciado pelo fato de 80% do montante destinado a Estados e Municípios ter sido direcionado a municípios com alto nível de desenvolvimento econômico.

O MDR é um dos órgãos mais dependentes de emendas parlamentares para manter-se em funcionamento e realizar investimentos, o que agrava a fragmentação de suas intervenções, já historicamente marcadas pelas dificuldades de coordenação horizontal e vertical.

Desde 2020, quando as emendas de relator se somaram às de bancada, individuais e de comissões, um volume relevante do orçamento passou a ser aplicado em ações locais sem relação com os objetivos das políticas públicas. O MDR tem sido um dos principais destinatários e executores dessas emendas, o que, em contrapartida, tem subtraído recursos das obras e projetos estruturantes para o desenvolvimento regional e comprometido o orçamento discricionário do Ministério.

O orçamento previsto para 2023 é de R\$ 3,5 bilhões, cerca de 45% da dotação atualizada de 2022. Diante da significativa redução do valor do PLOA no próximo ano, é evidente a necessidade de complementação orçamentária para a execução de projetos estruturantes do Ministério, especialmente nas áreas de recursos hídricos, defesa civil e irrigação, sob risco de paralisação de obras e ações prioritárias para o desenvolvimento regional.

## MEIO AMBIENTE

Nos últimos quatro anos, as instituições federais de conservação ambiental e uso sustentável de recursos ecológicos passaram por um processo inédito de intimidação. O objetivo foi claro: geração de riqueza monetária para poucos em prejuízo do direito constitucional de todos ao “meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida”.

O governo Bolsonaro promoveu um desmantelamento deliberado e ilegal das políticas públicas, marcos regulatórios, espaços de controle e participação social, e órgãos e instituições públicas ligadas à preservação das florestas, da biodiversidade, do patrimônio genético e da agenda climática e ambiental.

Como consequência, as taxas de desmatamento na Amazônia e no Cerrado atingiram picos nunca vistos há 15 anos. Houve aumento de 60% do desmatamento na Amazônia durante o governo Bolsonaro, a maior alta percentual que já ocorreu em um mandato presidencial, desde o início das medições por satélite, em 1988.

Houve também graves danos à população e prejuízos de reputação do setor produtivo nacional, ocasionando a imposição de barreiras aos produtos brasileiros no comércio internacional, a restrição de acesso a crédito, a perda de credibilidade do Brasil perante o resto do mundo, além do comprometimento da soberania nacional em relação à Amazônia. As comunidades e povos tradicionais foram perseguidos ou esquecidos, em total desconhecimento acerca de sua importância para a proteção da biodiversidade brasileira e a atração de financiamentos e doações internacionais com foco em sustentabilidade ambiental e social.

O desmonte das políticas ambientais está expresso na escassez de recursos para o setor, na falta de pessoal e de gestão competente da área. Dos R\$ 4,6 trilhões de despesas previstas no orçamento de 2022, menos de R\$ 3 bilhões foram utilizados para políticas públicas do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e de instituições vinculadas à pasta.



Não obstante, o Fundo Amazônia conta hoje com mais de R\$ 3,3 bilhões paralisados, conforme alerta do STF e de relatórios da sociedade civil.

O quadro de servidores do IBAMA, ICMBio, SFB e MMA encontra-se com 2.103 cargos existentes vagos. Enquanto o IBAMA tinha 1.800 servidores atuando na fiscalização ambiental em 2008, agora são apenas cerca de 700, nem todos em campo. Houve efetivo aparelhamento e ocupação de cargos gerenciais e de direção sem capacidade técnica e política de atuação na área de proteção e gestão ambiental. São contundentes os casos de perseguição e assédio aos servidores dos órgãos.

Apenas 0,4% do Cadastro Ambiental Rural foi validado, o que compromete a implementação do Código Florestal. Além disso, o CAR não registra informações essenciais sobre a situação ambiental das propriedades, conforme alertado pelo TCU. Para completar, o sistema de lavratura de autos eletrônicos foi desmontado e os processos tramitando em papel. Vale destacar também as medidas deliberadas para aumentar a impunidade para criminosos ambientais.

O desmonte das políticas ambientais foi reforçado com o esvaziamento da agenda ambiental por meio da transferência de estruturas e órgãos vinculados ao MMA a outros ministérios e pela desestruturação da governança colegiada e aguda restrição à participação social.

A criação de Unidades de Conservação foi paralisada no nível federal. Como se não bastasse, os anúncios do governo de retificação, cancelamento e mudança de categoria das UCs já existentes incentivaram a invasão e a destruição de muitas delas. O desmatamento incentivado pelo Governo se traduz em redução significativa da rica biodiversidade, bem como na queda dos níveis de captura de carbono nas contas do inventário nacional de gases de efeito estufa.

O Brasil perdeu seu protagonismo na agenda internacional sobre clima, florestas, biodiversidade, povos indígenas e populações tradicionais, água, Amazônia, oceano, energia limpa e descarbonização das cadeias produtivas. Precisamos voltar a ocupar assento privilegiado e credibilidade na discussão global sobre as questões socioambientais.

Agora, o grande desafio é reverter o cenário deixado pelo governo Bolsonaro. A transição para a economia de baixo carbono é entendida como uma vantagem competitiva para o País, que tem condições de gerar negócios, produtos e serviços com menores emissões de carbono, além de oferecer soluções para as necessidades de mitigação e adaptação às mudanças climáticas. Nosso desafio é o da reconstrução do desmonte das instituições e o reencontro do País com seu futuro como potência ambiental.

## **PESCA**

A Pesca e Aquicultura é uma atividade com grande relevância socioeconômica, responsável por alimentar mais de 2 milhões de pessoas na pesca artesanal, pelo trabalho

de mais de 300 mil famílias de aquicultores, 10 mil trabalhadores na indústria e uma produção de 1,5 milhões de toneladas de pescado.

O desmonte provocado pelo atual governo atingiu fortemente a atividade, especialmente a pesca artesanal e a aquicultura familiar. O orçamento, que em 2015, último ano do Ministério da Pesca, foi de R\$ 655 milhões, não superou R\$ 19 milhões em 2022. Todos os programas tiveram uma redução acima de 70% em sua dotação, com impactos na prestação de serviços básicos e ampliação das consequências nefastas com a falta de investimentos para segmentos sensíveis como a pesca artesanal e a aquicultura familiar

Com isso, as políticas públicas e as ações de fomento à atividade foram aniquiladas deixando milhares de famílias de pescadores e aquicultores desassistidos, além de comprometer a prestação de serviços básicos ao setor.

Em relação aos programas e ações descontinuados, recomenda-se retomar programas como o de Assistência Técnica e Extensão Pesqueira e Aquícola, de infraestrutura, da compra de pescado através do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA e o Programa de Subsídio ao Óleo Diesel, além de criar melhores condições de acesso às linhas de crédito para pescadores e aquicultores. É preciso revisar e corrigir deficiências graves do Registro Geral da Pesca, do Sistema de Recadastramento de Pescadores (SISRGP), do Programa de Monitoramento de Embarcações por Satélite (PREPS) e de Mapas de Bordo. Além disso, recomenda-se reestruturar o modelo de gestão da pesca, reformulando os Comitês de Gestão - CPGs com objetivo de ampliar a participação dos pescadores artesanais.

É preciso recriar o Ministério da Pesca e Aquicultura, com estrutura enxuta, operacional e permeável à participação, como medida de caráter estratégico para o desenvolvimento do setor. O Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca – CONAPE deve ser reativado e a Rede Nacional Colaborativa para a Gestão Sustentável dos Recursos Pesqueiros (Rede Pesca Brasil) reestruturada, visando ampliar a participação do setor.

Em relação aos pontos de alerta, faz-se necessária atenção especial para o Sistema de Recadastramento de Pescadores (SIS-RGP 4.0), para problemas relacionados ao Seguro Defeso, para a urgência de realização da Estatística Pesqueira e para a Reestruturação do Modelo de Gestão da Pesca, consubstanciada no Programa Rede Pesca Brasil.

## TURISMO

A brutal descontinuidade de políticas públicas pelo governo Bolsonaro no Ministério do Turismo e na Embratur, nos últimos anos, impactou negativamente o turismo brasileiro. O legado que se recebe é de um turismo que perdeu quase todas as conquistas obtidas nas últimas duas décadas, desde a criação do Ministério do Turismo e a transformação da Embratur na instituição responsável pelo marketing, promoção e apoio à comercialização do Brasil no mercado internacional, em 2003.

O Ministério do Turismo dispõe de previsão orçamentária total de R\$ 691,9 milhões para 2023, incluindo Turismo e Cultura. Desses, R\$ 372,9 milhões são recursos destina-

dos às emendas de relator geral. Dos R\$ 319 milhões restantes, estão incluídos gestão, pessoal e os programas de Turismo e de Cultura. Com a possível separação das pastas, há que se fazer uma reestruturação orçamentária e de governança para o bom funcionamento do Ministério do Turismo. O potencial de impacto econômico e social (geração de negócios, empregos, renda e divisas) do Turismo pode ser um diferencial do novo governo.

A Embratur passa a ter um papel fundamental a cumprir na recomposição da imagem e no reposicionamento do Brasil como destino turístico internacional. Alinhada com a política externa brasileira, será estratégica na nova gestão. Entende-se que a mudança no modelo jurídico-institucional da Embratur, ocorrida entre 2019 e 2020, passando de um órgão da administração pública indireta para um serviço social autônomo (MP 907), pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e de interesse coletivo, deveria ter oferecido maior agilidade e eficiência para sua atuação, mas resultou em uma instituição disfuncional e sem fonte financiadora. Recomenda-se a revisão do modelo jurídico e a revisão do contrato com o SEBRAE, hoje a principal fonte de financiamento das ações da instituição.

É fundamental a reconstrução da governança, com a retomada das ações do Conselho Nacional de Turismo (CNT), elaboração de um novo Plano Nacional de Turismo (PNT) e da Política Nacional de Turismo. Igualmente, é necessário reaproximar-se do Fórum Nacional dos Secretários Estaduais de Turismo (Fornatur) e dos dirigentes municipais do setor (ANSEDTUR).

Estabelecer diálogo propositivo com o trade turístico, revendo ações relacionadas ao CADASTUR, isenções concedidas ao setor, fomento às atividades econômicas e de qualificação de mão de obra.

## **DEFESA DA DEMOCRACIA, RECONSTRUÇÃO DO ESTADO E DA SOBERANIA**

### **CENTRO DE GOVERNO**

O Centro de Governo (CdG) reúne o conjunto das unidades da Presidência que atuam na coordenação dos órgãos e entidades do Poder Executivo, direcionando as áreas setoriais para o alcance dos objetivos definidos pelo Presidente. Embora haja muita variação na organização do Centro de Governo entre os países e também ao longo da própria história da Nova República, em geral, algumas funções estão presentes nos diferentes arranjos institucionais e são fundamentais para a coerência da ação governamental.

Por um lado, o Centro de Governo busca garantir a sustentação política e social para a consecução do programa governamental, realizando a coordenação política, a arti-

culação social e a comunicação com a sociedade, além de oferecer mecanismos de transparência e responsividade. Por outro lado, o Centro de Governo precisa garantir os resultados e as entregas de bens e serviços públicos. Nesse sentido, o CdG deve ser capaz de definir prioridades, coordenar o processo de produção de políticas públicas (especialmente as prioritárias e as transversais), mediar e equacionar eventuais conflitos, acompanhar e monitorar as ações e programas de governo e oferecer suporte jurídico e político para as decisões do Presidente.

Durante o governo Bolsonaro, foi comprometido o esforço coletivo e cumulativo de construção de um Centro de Governo capaz de promover uma coordenação em rede, de responder às demandas da sociedade e de prover políticas e serviços públicos de qualidade à população do País. Em primeiro lugar, a exoneração e devolução em massa de servidores anteriormente cedidos para a Presidência resultou na redução de capacidades e na perda de conhecimento acumulado ao longo de anos. Em segundo lugar, a extinção das instâncias colegiadas de participação e de coordenação das ações governamentais dificultou a cooperação intersetorial em torno de políticas e programas de governo. Além disso, inviabilizou-se o processo de escuta e diálogo com a sociedade civil na construção de consensos e soluções para problemas públicos.

O Centro de Governo foi, portanto, seriamente desorganizado, rebaixando a capacidade de comando geral da Presidência sobre as suas próprias prioridades programáticas, bem como a capacidade de coordenação e articulação das diversas áreas de governo. Isso reduziu o grau de coerência - em termos de eficiência, eficácia e efetividade - intergovernamental e afetou negativamente o desempenho institucional agregado do setor público federal, notadamente as entregas efetivas de bens e serviços públicos à população.

A Casa Civil foi enfraquecida e esvaziada como órgão de coordenação de políticas públicas. A Subchefia de Assuntos Jurídicos, responsável pela análise da produção normativa do Poder Executivo, foi transferida da Casa Civil para a Secretaria Geral da Presidência, fragmentando a função de análise e elaboração de atos normativos. A Secretaria de Assuntos Estratégicos se tornou uma unidade de assessoria direta ao Presidente, atuando de forma descoordenada com as instâncias de planejamento preexistentes. A capacidade de proposição de projetos de lei e de articulação no Congresso caiu a patamares nunca antes vistos. Uma das poucas unidades criadas, a Secretaria de Relações Institucionais passou a se dedicar à liberação de emendas orçamentárias.

Ou seja, o modelo de coordenação governamental em rede foi substituído por um modelo disfuncional, com ministérios enormes e com mais níveis hierárquicos, que cooperam pouco e não dialogam com a sociedade civil. Como resultado, a capacidade de resposta do Estado às crises e às demandas sociais foi severamente comprometida, produzindo impactos graves na vida das pessoas. A acefalia do governo federal resultou no desmantelamento de diversas políticas públicas e no aprofundamento de crises, como a pandemia de COVID-19.

Entre os principais retrocessos do período, destacamos: i) a ausência de um conjunto claro de prioridades compartilhadas em todo o governo; ii) a fragmentação institucional de unidades dentro do CdG; iii) a fragilidade das funções de monitoramento e avaliação das prioridades do governo e de programas transversais; iv) o enfraquecimento dos canais de diálogo e dos arranjos de governança do governo federal com estados, distrito federal e municípios; v) o desmonte das instâncias de participação social e interlocução com a sociedade dentro e fora do CdG; vi) a alta rotatividade de dirigentes e baixo grau de capacidades técnicas e políticas do alto escalão do quadro burocrático nas unidades do CdG; vii) o desmonte da Política Nacional de Participação Social e das suas instâncias e mecanismos institucionais.

## PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

Um dos principais retrocessos institucionais do governo Bolsonaro foi a reunião de grandes ministérios em uma única pasta: o Ministério da Economia. Diversas funções essenciais ficaram enfraquecidas, entre elas as do Planejamento, Orçamento e Gestão, fundamentais para estruturar de modo adequado as ações setoriais, transversais e territoriais do governo federal.

No que diz respeito ao Planejamento Governamental, os “sistemas” de planejamento federal e nacional foram completamente sucateados, tanto em termos de pessoal como em termos organizacionais (posição rebaixada e hiper subordinada na estrutura de governo) e institucionais (fragmentação e burocratização dos processos e precariedade das legislações pertinentes).

O esvaziamento do sistema de planejamento levou ao enfraquecimento de instrumentos como o PPA, a estratégia nacional de desenvolvimento, o compromisso com os ODS, os planos de desenvolvimento regional, planos setoriais e demais programas de promoção do desenvolvimento nacional. As empresas estatais passaram a ser vistas apenas como ativos a serem vendidos para gerar receitas, com perda de importância estratégica para o desenvolvimento do País. Na área internacional, prevaleceu a agenda de representação nos fóruns financeiros internacionais em detrimento dos demais fóruns.

No que à governança orçamentária, observou-se as seguintes ocorrências: i) aumento da rigidez e insuficiência orçamentária causada sobretudo pela EC 95/2016 do teto de gastos e demais restrições fiscais autoimpostas; ii) diminuição ou empobrecimento da participação, da transparência e da representatividade social e territorial do gasto; iii) maior empoderamento do poder legislativo a partir da implementação de emendas individuais impositivas e das emendas secretas do relator; iv) piora na relação do orçamento federal com a dimensão macroeconômica, e sobrevalorização das formas financeiras (diga-se, estéreis) de captura dos fluxos orçamentários correntes.

Além disso, foram desarticulados os mecanismos de participação e controle social na formulação e acompanhamento de políticas públicas, bem como na elaboração e exe-

ção do orçamento. Os investimentos públicos caíram brutalmente, seja pela desarticulação do planejamento, pela orientação fiscalista do governo ou pela escassez de recursos orçamentários, visto que desde a instituição do teto de gastos os investimentos discricionários se tornaram a sua principal variável de ajuste.

Por fim, a gestão pública permaneceu à deriva, distante de uma concepção de Estado republicano, democrático e desenvolvimentista. Ao contrário, essa agenda foi fortemente dominada pelas más intenções da PEC 32/2020, que mais atrapalharam que ajudaram a identificar os verdadeiros problemas estruturais do setor público brasileiro, a saber: o autoritarismo, o burocratismo, o privatismo, o fiscalismo e o corporativismo.

Durante o governo Bolsonaro, a gestão pública sofreu com diversas ações de desconstrução e descontinuidade em quase todas as áreas governamentais. Isso se refletiu na desvalorização e escassez generalizada de servidores; em riscos de segurança cibernética e de apagões na agenda de governo digital; na governança precária dos imóveis da União; e no atraso na normatização e preparação dos órgãos públicos para a nova lei de licitações, que entra em vigor em abril de 2023.

As entidades vinculadas – ENAP, IPEA e IBGE – sofreram com o fenômeno do assédio institucional e com cortes orçamentários que chegaram a 50% nos últimos quatro anos, prejudicando as políticas de desenvolvimento dos servidores, bem como a produção de informações fundamentais para a formulação, acompanhamento e avaliação das políticas públicas, com o risco de um apagão generalizado de dados e análises.

## JUSTIÇA

As políticas de justiça e segurança pública sob o governo Bolsonaro foram marcadas por inúmeros retrocessos. Durante esse período, diversas vezes, o Ministério da Justiça e Segurança Pública deixou de lado seu papel institucional para se colocar a serviço dos ataques à democracia e às instituições promovidos pelo Presidente da República.

O desmonte das políticas públicas construídas pelos governos anteriores, a ausência de diálogo com a sociedade civil e de políticas nacionais integradas na área de justiça e segurança pública marcaram o Ministério na atual gestão e levaram a retrocessos como o desmonte da política de controle de armas, área na qual muitas das mudanças promovidas pelo Poder Executivo invadiram a competência do Legislativo.

O atual governo foi marcado por uma baixa implementação do Sistema Único de Segurança Pública (Susp). O Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social apresentou várias fragilidades, que foram reforçadas com a falta de valorização do trabalho dos policiais.

As organizações criminosas tiveram um grande crescimento, particularmente na região Amazônica e nas áreas de fronteira, com a explosão de crimes como a extração ilegal de madeira e o garimpo ilegal. Dados do Sistema de Detecção de Desmatamento em

Tempo Real (Deter), do Inpe, indicaram mais de 10 mil km<sup>2</sup> de floresta derrubada somente em 2022. O mandato de Bolsonaro terminará com um inaceitável aumento de 59,5% da taxa de desmatamento na Amazônia em relação aos 4 anos anteriores.

Já a política prisional foi marcada pelo reconhecimento pelo STF do 'estado de coisas inconstitucional' do sistema penitenciário, caracterizado pela violação generalizada de direitos fundamentais dos presos (ADPF 347). O Tribunal determinou a liberação pela União do saldo acumulado do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen) e recomendou a não realização de novos contingenciamentos de seus recursos.

Em relação às políticas de defesa do consumidor, destaca-se o retrocesso com o estabelecimento do mínimo existencial em 25% do salário mínimo, dificultando a solução do problema do superendividamento.

Para mudar este cenário, e cumprir as metas do Objetivo do Desenvolvimento Sustentável da ONU de nº 16 - "Paz, Justiça e Instituições Eficazes" - é imprescindível que o Ministério da Justiça e Segurança Pública volte a ocupar seu papel na defesa da Constituição e do Estado Democrático de Direito, retomando sua responsabilidade pela promoção do diálogo e da participação, para implementar as políticas de segurança pública e de acesso à justiça que a população espera do Governo eleito em outubro.

## TRANSPARÊNCIA, INTEGRIDADE E CONTROLE

No Brasil, as áreas de transparência, integridade e controle, embora não estejam a cargo de um órgão único de Estado, compõem uma seara que abarca funções da Advocacia Geral da União (AGU), da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), da Controladoria Geral da União (CGU), da Comissão de Ética Pública da Presidência da República (CEP/PR), do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) e perpassa todos os demais órgãos da administração pública federal no Brasil.

A partir desse entendimento, o eixo principal de atuação consiste em estabilizar e rearticular as instituições do poder executivo federal situadas no âmbito da governança jurídica e da promoção da integridade, buscando o resgate dos esforços em prol da transparência como ferramenta indispensável para uma administração eficiente e aberta às contribuições da sociedade civil e da cidadania.

Neste sentido, pode-se afirmar que o governo Bolsonaro, reticente com relação aos preceitos e boas práticas internacionais no campo da transparência, integridade e controle, agiu para fragmentar e constranger a ação de órgãos cruciais ao bom desempenho desse campo. Até mesmo o relacionamento interinstitucional desses órgãos com o Tribunal de Contas da União (TCU) e com o Ministério Público Federal (MPU) padeceram dos mesmos problemas.

No caso da AGU, em que pese a instituição de um Sistema de Governança Corporativa, verifica-se que diversos temas de alta relevância institucional ainda são decididos sem

debate pelas estruturas de governança da instituição. É importante destacar que o Sistema ainda não prevê a participação da PGFN, órgão administrativamente subordinado ao Ministério da Fazenda, mas tecnicamente atrelado ao Advogado Geral da União. Ademais, as atividades administrativas da AGU têm sido desenvolvidas por servidores cedidos e requisitados de outros órgãos e empresas públicas, portanto, sem vínculo efetivo com a instituição e sem as habilidades e competências necessárias ao apoio dos membros da instituição, situação de risco reconhecida, inclusive, pelo Tribunal de Contas da União.

Em relação à CGU, merece destaque a implantação de mecanismos efetivos de transparência e acesso à informação durante os governos Lula e Dilma, os quais enfrentaram a opacidade e a cultura do sigilo que historicamente predominaram na administração pública. Emanam da CGU iniciativas que encontraram grandes resistências políticas e obstáculos institucionais no governo Bolsonaro, tais como: i) o Portal da Transparência; ii) a Lei de Acesso à Informação; iii) o plano de Dados Abertos do governo federal; iv) a Lei de Conflito de Interesses; v) a Lei Anticorrupção etc., que juntos aprimoraram a execução e o controle dos recursos públicos no país.

A lista de retrocessos nessas áreas inclui interferência e desmantelamento dos órgãos de controle e defesa do Estado; extinção dos conselhos e outros mecanismos de participação social; recorrentes e conhecidos ataques à LAI; o “Decreto do Sigilo” (Decreto 9.690/2019), inclusive com a volta do sigilo inibidor da transparência e com o uso indiscriminado e indevido da proteção de dados pessoais. O recurso à imposição de sigilos foi usado como forma de manter ocultas circunstâncias vinculadas à conduta de autoridades e integrantes próximos ao círculo do poder, sob falso pretexto de proteção da segurança nacional e segurança do Presidente da República, seus familiares, apoiadores e auxiliares diretos.

Já no que tange à CEP/PR e ao COAF, instâncias compostas por membros que necessitam de independência político-partidária e autonomia operacional para o bom desempenho de suas funções, sabe-se que durante o governo Bolsonaro houve diversos atritos entre as comissões de ética localizadas nos diversos órgãos e entidades e os novos dirigentes dessas instituições. Com a passar do tempo e com o consequente fim dos mandatos dos conselheiros, as substituições foram realizadas de modo a tornar os seus membros mais alinhados com o governo. No que se refere ao COAF, a Lei nº 13.974/2020, que vinculou o COAF administrativamente ao Banco Central do Brasil (BC), alterou o escopo de suas atribuições e de sua estrutura de governança, após integrantes do governo Bolsonaro não terem tido êxito na tentativa de transferência do órgão do antigo Ministério da Fazenda para o Ministério da Justiça e Segurança Pública. Tais alterações parecem inadequadas e resultam em impactos negativos no funcionamento do COAF.

Por fim, cabe ressaltar que seguiu sem avanços significativos, durante o governo Bolsonaro, as relações institucionais dos órgãos do sistema nacional de transparência, integri-



dade e controle com o terceiro setor, a participação social e o controle público dos atos e processos de governo em âmbito federal.

## PARTICIPAÇÃO SOCIAL

O governo Bolsonaro destruiu o que pôde e neutralizou o alcance de todo o sistema nacional de participação social, legado da Constituição de 1988 levado a sério de forma diligente pelos governos Lula e Dilma. O Decreto 9.759/ 2019, pior expressão dessa política, extinguiu ou mutilou colegiados em todos os órgãos do serviço público.

Nos últimos quatro anos não houve participação social alguma na Presidência da República. Conferências e fóruns interconselhos foram desmobilizados, plataformas digitais foram extintas, consultas e audiências públicas deixaram de ser realizadas, com consequências danosas para as políticas públicas. Casos emblemáticos foram a extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), criado em 1993, ou o esvaziamento do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), criado em 1981. A volta do Brasil ao Mapa da Fome e a uma situação de pária internacional em matéria ambiental são consequências diretas deste desmonte, com graves repercussões para a vida do nosso povo.

O contraponto pode ser verificado, por exemplo, no papel relevante exercido pelo Conselho Nacional de Saúde, ao defender a vida contra o negacionismo que levou a centenas de milhares de mortes por COVID-19, ou pelo Conselho Nacional de Direitos Humanos, ao resistir a um governo autoritário e violento. Participação social é essencial para o Estado Democrático de Direito, a qualidade do serviço público e o exercício da cidadania.

Para reverter esse cenário, é preciso resgatar a Secretaria Geral da Presidência da República como órgão central da política nacional de participação social, espalhada pelos Ministérios, impulsionando processos de caráter federativo e territorial, com inovações no legado virtuoso do ciclo de governos democráticos pós-Constituição de 1988.

## COMUNICAÇÃO SOCIAL

Um dos maiores retrocessos na área foi o esvaziamento administrativo, funcional e de gestão da SECOM. A secretaria perdeu status de ministério, depois foi transferida pelo governo Bolsonaro para o Ministério das Comunicações. Esse sistema reunia as áreas de comunicação dos órgãos da administração direta e indireta, fixando diretrizes e articulando ações integradas do Poder Executivo.

A desarticulação atingiu também a área de publicidade, de modo que as campanhas institucionais e de utilidade pública dos ministérios passaram a ser feitas sem a supervisão da SECOM. A babel instalada no setor gerou denúncias e interpelações do Tribunal de Contas da União – que determinou recentemente à SECOM que não aplicasse mais recursos publicitários em canais e sites que veiculam fake news. Foram grandes

os prejuízos à sociedade, causados pela desinformação e pela falta de campanhas de utilidade pública, como vacinação infantil e combate ao HIV.

Do ponto de vista orçamentário, a secom fez baixos investimentos publicitários nos dois primeiros anos do governo Bolsonaro, verificando-se crescimento significativo nos últimos dois anos. Ainda assim, o PLOA-2023 reduz em 48% o orçamento da SECOM em relação à LOA 2022.

A EBC foi uma das instituições mais impactadas pelo ciclo de retrocessos do atual governo. Bolsonaro, já na campanha eleitoral de 2018, ameaçava extinguir a EBC. Empossado, militarizou a empresa e incluiu-a no Programa de Parceria de Investimentos (PPI) e depois no Plano Nacional de Desestatização (PND). Diante da inviabilidade da privatização, e percebendo a utilidade dos canais para sua guerra cultural e projeto de reeleição, passou à fase do aparelhamento. Nomeou gestores de perfil inadequado ou claramente hostis à democracia para a emissora.

A TV Brasil teve sua programação desfigurada, com a descontinuação de muitos programas. A TV governamental NBR, por sua vez, perdeu a identidade própria, tornando-se um subcanal da TV Pública, com a programação interrompida para as transmissões oficiais, que incluíam atos militares e até religiosos. Casos de censura, assédio e perseguição foram registrados nas TVs e nas Rádios, na Radioagência Nacional e na Agência Brasil. A EBC adotou uma série de práticas antissindiais e chegou a ser condenada judicialmente por assédio moral coletivo. A Ouvidoria Cidadã e a Frente em Defesa da EBC e da Comunicação Pública elaboraram dossiês que apontam, entre os temas mais censurados: direitos da população negra e indígena, demandas das mulheres negras, investigações sobre o assassinato da vereadora Marielle Franco, e matérias sobre reforma agrária, desmatamento, meio ambiente, mudanças climáticas e referências à ditadura militar. A cobertura da pandemia de COVID-19 sofreu interferência e a EBC foi citada no relatório final da CPI da Pandemia por difusão de conteúdo negacionista.

O canal internacional da TV Brasil foi extinto e a produção própria de conteúdos, bem como as coproduções com produtores independentes, foram drasticamente reduzidos.

## RELAÇÕES EXTERIORES

A combinação entre o desmonte de políticas públicas, em nível interno, e o predomínio de visão isolacionista do mundo, no nível externo, afetou a imagem do país e prejudicou a capacidade brasileira de influir sobre temas da agenda global.

Ao assumir posturas negacionistas, o Brasil perdeu protagonismo em temas ambientais, desafiou esforços de combate à pandemia e promoveu visão dos direitos humanos inconsistente com sua ordem jurídica. Na América Latina, tornou-se fator de instabilidade. A política africana foi abandonada e pouca atenção foi dada às comunidades brasileiras no exterior.

O estímulo a processos de integração política, comercial e de infraestrutura com os países vizinhos sempre foi uma marca da diplomacia brasileira, além de um preceito constitucional. No governo Bolsonaro, predominou postura diametralmente oposta, que redundou no desmonte da UNASUL, na saída da CELAC e no crescimento de forças favoráveis ao desmantelamento do MERCOSUL enquanto união aduaneira. Ao apostar no isolamento da Venezuela, o Brasil cometeu erro estratégico de transformar a América do Sul em palco da disputa geopolítica entre EUA, Rússia e China. De catalisador de processos de integração, o país passou a ser fator de instabilidade regional.

O governo Bolsonaro abandonou o protagonismo em agendas internacionais caras aos interesses de desenvolvimento nacional, como direito à saúde, direito à alimentação adequada, igualdade de gênero e racial, e enfrentamento a todas as formas de violência e de discriminação. A mudança no discurso diplomático e a participação desastrosa em alianças ultraconservadoras caminharam de mãos dadas com o desmonte de políticas públicas domésticas, em especial no que se refere a igualdade de gênero, direitos sexuais e reprodutivos e direito de minorias.

A dívida com organizações internacionais representa grave prejuízo à imagem do país e à sua capacidade de atuação e compromete severamente sua política externa. O Brasil deve atualmente cerca de R\$ 5,5 bilhões de reais. Se um valor mínimo dessa dívida não for pago ainda no atual exercício, haverá perda de voto em organizações como a ONU, a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT), entre outras.

# MAPEAMENTO DAS EMERGÊNCIAS FISCAIS E ORÇAMENTO PÚBLICO

O período 2016-2022 foi marcado por uma forte deterioração nas finanças públicas e no orçamento, a irresponsabilidade do atual governo culminou em um apagão fiscal no final de 2022 e em uma proposta orçamentária para 2023 incapaz de garantir a manutenção dos serviços públicos essenciais e o funcionamento da máquina pública. Enfrentar esse cenário adverso foi parte do processo de transição governamental.

Com a instituição do Novo Regime Fiscal – EC 95, o crescimento da despesa primária foi limitado, até 2036, à inflação do período anterior. Na prática, mesmo diante de qualquer nível de crescimento real do PIB, a regra implica numa redução da despesa primária em relação ao tamanho da economia, e também independente do comportamento da arrecadação.

Ademais, o teto de gasto se somou a outras regras existentes, criando uma sobreposição que engessou ainda mais o uso da política fiscal para suavizar os ciclos econômicos e viabilizar despesas essenciais do ponto de vista econômico, social e ambiental.

Como se pôde constatar, o teto de gasto determinou forte redução de investimentos públicos, gastos sociais e em ciência e tecnologia. Desde então, observou-se o esvaziamento do orçamento público como instrumento do planejamento e financiamento de políticas públicas, bem como da capacidade estatal de processar demandas da sociedade por serviços essenciais e induzir o crescimento sustentável da economia.

Além disso, o governo Bolsonaro promoveu um desmonte deliberado de políticas públicas, inclusive por meio de expressivos cortes orçamentários. No contexto do acirramento do conflito distributivo, a base de apoio do governo no Congresso Nacional aprovou frequentes flexibilizações ao regime fiscal, particularmente no período eleitoral, de modo que a austeridade passou a ser administrada seletivamente. Inclusive, por meio da edição de atos para desobrigar o governo a aplicar recursos em áreas estratégicas como C&T, esvaziando decisões anteriores do Congresso Nacional.

A combinação entre rigidez orçamentária em geral e flexibilização seletiva de regras agregou incertezas ao cenário econômico, ao mesmo tempo em que implicou redução de recursos públicos para áreas essenciais, conforme expresso no projeto de orçamento para 2023.

O desafio, portanto, consiste em reconstruir e redemocratizar as instituições e normas fiscais e orçamentárias, de modo que elas sejam um instrumento efetivo para o atendimento pleno das demandas da sociedade dirigidas ao Estado.

É neste contexto que se coloca a PEC do Bolsa Família, que servirá, no curto prazo, como um instrumento para garantir investimentos e gastos essenciais à população, especialmente a mais vulnerável. Além disso, a medida aponta para a necessidade de revisão e reconstrução das instituições e normas fiscais e orçamentárias do país, combinando estabilização econômica, sustentabilidade fiscal e redução das desigualdades.

## MAPEAMENTO DAS PRINCIPAIS EMERGÊNCIAS ORÇAMENTÁRIAS

Um dos eixos centrais da transição de governo foi o orçamento público, com a identificação dos principais gargalos e emergências orçamentárias para 2023. De modo geral, constatou-se volume considerável de dotações insuficientes para manutenção de diversos programas, especialmente políticas sociais e investimentos públicos. Sem os R\$ 145 bilhões viabilizados pela PEC do Bolsa Família, a população sofreria uma precarização adicional dos serviços públicos. O diagnóstico também aponta que vários desses serviços sofreram queda acentuada de recursos desde 2015.

Entre os exemplos mais ilustrativos, convém citar os seguintes, cotejando-se, em termos nominais, a lei orçamentária de 2022 com o projeto de lei orçamentária para 2023:

- 1 - Queda do benefício às famílias em situação de pobreza, de R\$ 600,00 para R\$ 405,00.
- 2 - Os investimentos foram reduzidos de R\$ 44,7 bilhões para R\$ 22,4 bilhões (sem considerar emendas parlamentares em 2023), de modo que o investimento previsto está no patamar mais baixo da série histórica, em torno de 0,2% do PIB.
- 3 - O Fundo de Arrendamento Residencial caiu de R\$ 665 milhões para R\$ 34 milhões.
- 4 - A construção de escolas de educação infantil despencou de R\$ 111 milhões para R\$ 2,5 milhões.
- 5 - O Caminho da Escola (aquisição de transporte escolar para educação básica - reduziu de R\$ 15,2 milhões para R\$ 425 mil.
- 6 - O Programa Nacional de Alimentação Escolar está com o per capita congelado há cinco anos, mesmo diante da elevada inflação de alimentos.

- 7 - O Farmácia Popular (gratuidade e copagamento - caiu de R\$ 2,5 bilhões para R\$ 1,02 bilhão, prejudicando o acesso de mais de 21 milhões de pessoas a medicamentos para hipertensão, diabetes, asma e a insumos como fraldas geriátricas.
- 8 - A provisão de médicos na atenção primária reduziu-se de R\$ 2,69 bilhões para R\$ 1,46 bilhão.
- 9 - A saúde indígena passou de R\$ 1,49 bilhão para R\$ 610 milhões.
- 10 - A educação e formação em saúde caiu de R\$ 1,66 bilhão para R\$ 725 milhões.
- 11 - O Apoio a Obras Emergenciais de Mitigação para Redução de Desastres foi reduzido de R\$ 2,57 milhões para R\$ 25 mil.
- 12 - As ações de proteção social básica e especial do SUAS caíram de R\$ 908,6 milhões para R\$ 48,2 milhões.
- 13 - A implantação de equipamentos e de tecnologia social de acesso à água para consumo humano e produção de alimentos reduziu-se de R\$ 61,2 milhões para R\$ 2,3 milhões.
- 14 - A aquisição e distribuição de alimentos da agricultura familiar despenhou de R\$ 679,5 milhões para R\$ 2,67 milhões.

Em síntese, a proposta orçamentária original para 2023 inviabiliza a manutenção de programas essenciais ao atendimento das demandas da população por serviços públicos. Em particular, mantida a previsão orçamentária inicial, a principal consequência seria a redução da transferência de renda às famílias em situação de pobreza.

## **AÇÕES PARA RECONSTRUÇÃO DO ORÇAMENTO PÚBLICO: PEC DO BOLSA FAMÍLIA E AJUSTES PARA PLOA 2023**

Neste contexto, foi elaborada a PEC 32/2022 – PEC do Bolsa Família, já aprovada no Senado Federal, com o intuito de adequar o orçamento público ao programa aprovado pela população nas urnas, evitando redução de gastos em áreas essenciais e viabilizando a inclusão dos mais pobres no orçamento. Para tanto, a reconstrução do país deve ser iniciada pela garantia de renda aos mais vulneráveis.

A proposta foi debatida pela Coordenação da Transição e membros do Congresso Nacional. Abaixo uma compilação dos principais pontos aprovados no Senado Federal:

- 1 - Amplia o teto em R\$ 145 bilhões.
- 2 - Retira do teto de gasto, no máximo, o equivalente a 6,5% do excesso de arrecadação de receitas correntes de 2021 para a realização de investimentos (até R\$ 23 bilhões).

3 - A PEC induz a captação de recursos por meio de parcerias em áreas estratégicas, com efeito fiscal neutro, viabilizando, por exemplo, projetos federais relacionados à área ambiental e às mudanças climáticas.

4 - Prevê que, até 31 de agosto de 2023, o Poder Executivo encaminhará projeto de lei complementar com novo regime fiscal. A medida é essencial e está em linha com o programa de governo e as sugestões dos Grupos Técnicos, que apontaram a necessidade de modernizar o atual regime fiscal, substituindo-o por regras que equilibrem a estabilidade macroeconômica, a sustentabilidade fiscal, a inclusão social e o financiamento de gastos com efeitos estruturantes.

Com a perspectiva de aprovação da PEC, a Coordenação da Transição enviou para o relator do orçamento as sugestões de ampliação das programações, buscando concentrar as demandas em despesas capazes de induzir a retomada do crescimento econômico com inclusão social, sendo dotadas de elevados efeitos redistributivos e multiplicadores sobre a renda. Como se pode depreender da Tabela 1, as despesas adicionais são fortemente inclinadas a gastos sociais, investimentos e C&T. Ademais, consideram a recomposição de orçamento para permitir o funcionamento do Estado em áreas cruciais.

Tabela 1 – Demandas da Transição para a LOA

Órgão	Valor adicional PLOA 2023 (R\$)
Ministério da Cidadania	75.000.000.000
Ministério da Saúde	22.700.000.000
Ministério da Educação	10.865.811.998
Ministério do Desenvolvimento Regional	9.500.000.000
Salário Mínimo	6.800.000.000
Encargos Financeiros da União	5.600.000.000
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações	4.982.427.220
Ministério do Turismo	3.703.000.000
Ministério da Economia	1.756.756.602
Ministério da Defesa	1.000.000.000
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	933.999.997
Ministério da Justiça e Segurança Pública	799.999.992
Ministério do Meio Ambiente	536.000.000
Ministério do Trabalho e Previdência	400.600.000
Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos	250.000.000

continua

<b>Órgão</b>	<b>Valor adicional PLOA 2023 (R\$)</b>
Ministério das Comunicações	126.400.000
Presidência da República	35.000.000
Banco Central do Brasil	10.000.000
<b>Total Geral</b>	<b>145.000.000.000</b>

Nos termos da PEC, também é importante considerar o valor adicional de até R\$ 23 bilhões para investimentos, que se somaria aos investimentos previstos dentro do teto de gastos. Neste sentido, estima-se que seria possível alcançar cerca de 0,7% do PIB em investimentos em 2023, apoiando a recuperação da economia e suavizando as flutuações econômicas.

Do ponto de vista macroeconômico, a despesa prevista está concentrada em gastos que podem reverter a expectativa de desaceleração da economia. Ademais, a PEC evita uma queda abrupta do gasto como proporção do PIB, apontando para a manutenção dos patamares de despesa para 2022 e impedindo uma contração fiscal significativa, que reforçaria o cenário indesejável de desaceleração da economia.

Em suma, a PEC 32/2022 e os valores adicionais alocados na lei orçamentária anual, nos termos demandados pela Transição, permitem a recomposição de orçamentos para programas essenciais e a previsão de gastos sociais e investimentos estratégicos que induzirão a retomada do crescimento econômico sustentável com redução em simultâneo das desigualdades mais gritantes no momento.



## SUGESTÕES DE MEDIDAS PARA REVOGAÇÃO E REVISÃO

Os Grupos da Transição fizeram um trabalho técnico profundo de estudo das centenas de normas produzidas no período de 2019 a 2022, durante o governo Bolsonaro. Nas diversas áreas de atuação da administração pública federal, foram identificados casos em que a elaboração normativa foi utilizada, por meio da criação ou da revogação de atos, para desmontar políticas públicas, restringir a participação social, enfraquecer os mecanismos de controle social ou obstruir o acesso a direitos individuais, sociais e econômicos. O resultado do estudo dos Grupos Técnicos é extenso e foi detalhado em minutas que subsidiaram a elaboração deste Relatório Final.

Dado o escopo do trabalho da Equipe de Transição, cujo objetivo legal, previsto no art. 2º da Lei nº 10.609, de 2002, trata de diagnosticar as ações de órgãos e entidades que compõem a administração pública federal e oferecer subsídios para os primeiros atos de iniciativa do novo Presidente da República, esta Seção do Relatório Final de Transição apresenta um desafiador esforço de síntese e indicação de destaques.

O rol de revogações e alterações normativas apresentado abaixo reúne situações de especial urgência, com sugestão de providências imediatas de edição de atos pelo Presidente da República, seja já de caráter normativo – promovendo revogações e alterações, ou de caráter orientador – indicando a necessidade de que alguns órgãos e entidades da administração pública federal elaborem estudos e providenciem nova regulamentação para algumas temáticas de grande relevância.

Essas sugestões serão avaliadas com todo o rigor jurídico e técnico pelos novos ministros e ministras e suas equipes e passarão pela avaliação do novo presidente eleito.

### REVOGAÇÕES E REVISÕES NA ÁREA DA POLÍTICA PÚBLICA DE ARMAS

A proposta é de revogação de oito Decretos e uma Portaria Interministerial que incentivavam a multiplicação descontrolada das armas no Brasil, sem fiscalização rigorosa e adequada. O descontrole coloca em risco a segurança das famílias brasileiras e, portanto, deve ser revertido pelo Ministério da Justiça, em diálogo com o Ministério da Defesa.

Sugere-se uma revisão rigorosa do conjunto de atos normativos que desmontou a política pública de controle das armas no país, e a substituição por uma nova regulamentação para a [Lei 10826/2003](#) – Estatuto do Desarmamento, como uma das primeiras medidas do novo governo. Dessa forma, propõe-se a revogação do Decreto nº [9845/2019](#), do Decreto nº [9846/2019](#), do Decreto nº [9847/2019](#), do Decreto nº [10030/2019](#), do Decreto nº [10627/2021](#), do Decreto nº [10628/2021](#), do Decreto nº [10629/2021](#), do Decreto nº [10630/2021](#). Além disso, sugere-se que o Presidente determine a revisão, pelos Ministérios responsáveis, do teor da Portaria Interministerial [MJ/MD 1634/2020](#).

## REVOGAÇÕES E REVISÕES NA ÁREA DA POLÍTICA PÚBLICA DE MEIO AMBIENTE

A proposta é de revogação de atos normativos de extrema gravidade, que geraram uma situação descrita como “estado de coisas inconstitucional” em julgamento do Supremo Tribunal Federal, conforme o voto da Relatora Ministra Cármen Lúcia na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental n. 760 e na Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão nº 54.

O Pacote Verde, analisado pelo STF, é formado por sete processos judiciais em que são analisados atos do governo Bolsonaro que levaram à atuação estatal deficiente, à desestruturação da legislação ambiental brasileira, ao enfraquecimento da fiscalização e do combate a crimes ambientais e crimes relacionados aos povos indígenas, à desproteção do meio ambiente como um todo e, em especial, do bioma da Amazônia. Nas manifestações dos Ministros constantes das decisões já proferidas, a constatação é de que há um quadro estrutural de ofensa massiva, sistemática e generalizada dos direitos fundamentais ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, à saúde e à vida digna.

Nesse contexto, sugere-se uma série de revogações de atos normativos relacionados ao desmonte das políticas públicas ambientais, conforme objetivos destacados a seguir:

### **A) Controlar o desmatamento**

| Proposta de revogação dos Decretos que abriram espaço para um processo acelerado de desmatamento ilegal nos diversos biomas brasileiros, inclusive desmanchando o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAM). O PPCDAM foi historicamente um dos principais instrumentos capazes de controlar desmatamento, contribuindo para redução de emissão de gás. (Decreto nº [10.142/2019](#), Decreto nº [10.239/2019](#) e Decreto nº [10.845/2021](#)).

### **B) Acabar com a impunidade quanto às multas ambientais**

| Proposta de revogação de Decretos que anularam multas ambientais, paralisaram o sistema de fiscalização ambiental e criaram um ambiente de perseguição aos fiscais. A perda é de mais de R\$ 18 bilhões para os cofres públicos, conforme questionamento feito pelo STF na ADPF 775. A proposta

é de revogação integral do Decreto nº [9.760/2019](#) e de parte do Decreto nº [10.086/2022](#).

### **C) Reverter a autorização para o garimpo ilegal na Amazônia**

| Proposta de revogação total do Decreto nº [10.966/2022](#), que liberou o garimpo ilegal na Amazônia a partir de uma regulamentação indevida do que foi chamado de “garimpo artesanal”.

### **D) Retomar o Fundo Amazônia**

| Proposta de revogação parcial dos Decretos nº [10.223/2020](#) e nº [10.144/2019](#), nos pontos em que inviabilizaram a governança do Fundo Amazônia, instrumento de extrema relevância para o controle do desmatamento e o fomento a atividades produtivas sustentáveis no bioma. Com isso, há mais de R\$ 3 bilhões parados no Fundo, que agora poderão ser utilizados. A urgência disso decorre inclusive de decisão recente do STF na Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão nº 59.

Por fim, quanto à estruturação do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), sugere-se que o Presidente da República edite um despacho em que orienta o Ministério do Meio Ambiente a proceder imediatamente à revisão do teor do Decreto nº [11.018/2022](#), para eliminar os retrocessos realizados na estrutura e no funcionamento do Conselho. A medida é essencial para o cumprimento de decisão do STF na ADPF 623, devendo ser elaborada uma nova regulamentação, a partir de amplo diálogo com a sociedade.

## **REVISÃO DE ATOS QUE IMPUSERAM SIGILO INDEVIDO DE 100 ANOS EM DOCUMENTOS DE ACESSO PÚBLICO**

A proposta é de revisão de casos em que houve imposição de sigilo de 100 anos pelo governo Bolsonaro para impedir o conhecimento público de documentos. Os casos revisados serão aqueles contidos em lista apresentada à Equipe de Transição por especialistas e entidades da sociedade civil com expertise na área de transparência.

Sugere-se, a partir do trabalho técnico realizado pelo Grupo da Transição de Transparência, Integridade e Controle, que sejam adotadas as seguintes medidas:

**Medida A** - Despacho do Presidente da República que determina, pelo princípio da autotutela da administração pública, que a Controladoria-Geral da União reavalie as decisões tomadas na lista de casos denunciados como de imposição indevida de sigilo de 100 anos; e

**Medida B** - Despacho do Presidente da República que determina que a Advocacia-Geral da União elabore proposta de Parecer Vinculante que indique o escopo de aplicação possível da atual redação da Lei de Acesso à Informação relativa à proteção de dados pessoais.

## REVOGAÇÕES DE ATOS QUE AVANÇAM EM PROCESSOS DE DESESTATIZAÇÃO

A proposta é de revisão da lista de empresas que se encontram em etapas preparatórias e ainda não concluídas de processos de desestatização.

Sugere-se que o Presidente da República edite despacho orientando os Ministérios responsáveis a revisar os seguintes atos relativos a empresas de grande relevância nacional:

- | **Petrobras:** [Resolução CPPI 240/2022](#) (recomenda inserção no PPI);
- | **Correios:** Decreto nº [10674/2021](#) (PND), [Decreto n. 10.066/2019](#) (PPI), [Resolução CPPI 168/2021](#), [Resolução CPPI 98/2019](#);
- | **EBC:** Empresa Brasil de Comunicação: [Decreto n. 10669/2021](#) (PND), [Decreto n. 10.354/2020](#) (PPI), [Resolução CPPI 169/2021](#), [Resolução CPPI 98/2019](#);
- | **Nuclep:** Nuclebrás Equipamentos Pesados: [Decreto n. 10.322/2020](#) (PPI) e [Resolução CPPI 92/2019](#);
- | **PPSA:** Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural: [Decreto n. 11.085/2022](#) (PPI) e [Resolução CPPI 224/2022](#);
- | **Conab:** Decreto n. [10767/2021](#) (PPI); el).

## REVOGAÇÕES E REVISÕES DE ATOS QUE PREJUDICAM DIREITOS SOCIAIS E ECONÔMICOS

A proposta é de revisão de atos normativos relacionados aos direitos sociais e econômicos dos brasileiros, sendo alguns casos com impactos significativos para a população mais pobre, conforme objetivos elencados a seguir:

### **Acabar com a obrigação de que agricultores rurais de famílias de baixa renda entreguem parte de sua produção para o Governo**

| Proposta de revogação parcial do Decreto nº [10.852/2021](#) (art. 76, § 4 e art.77), que regulamentou a contraprestação do “auxílio inclusão produtiva rural”, ou seja, trouxe a previsão de que o governo “tome pra si” 10% da produção de agricultores de baixa renda, em situação de vulnerabilidade, que receberam o auxílio, ignorando a situação de insegurança alimentar em que vivem tantas dessas famílias no campo. Como essa retirada de alimentos das famílias vulneráveis já está planejada para janeiro de 2023, a revogação é urgente.

### **Recriar o Programa dos Catadores**

| Proposta de revogação da parte do Decreto nº [10.473/2020](#) (art. 1º, CCXXXV) que acabou com o Programa Pró-Catador (antigo Decreto nº [7.405/2010](#)).

O Programa reunia ações de apoio a trabalhadores de baixa renda que se dedicam a coletar materiais reutilizáveis e recicláveis, promovendo inclusão social e econômica dessas pessoas e contribuindo para a sustentabilidade. A ação imediata seria de retomada da redação anterior da norma que tratava dessa política pública.

### **Proteger as famílias brasileiras contra superendividamento**

| Sugestão de que o Presidente da República edite despacho orientando o Ministério da Justiça a revisar o teor do Decreto nº [11.150/2022](#) (Decreto do Superendividamento), para apontar caminhos de reversão do processo de superendividamento vivido pelas famílias brasileiras de baixa renda. A medida aumentará a segurança jurídica no tema, pois a constitucionalidade do ato está questionada no STF na ADPF 1.005 e na ADPF 1.006.

## **REVOGAÇÕES E REVISÕES DE ATOS CONTRÁRIOS AOS DIREITOS DE CRIANÇAS, ADOLESCENTES E DA JUVENTUDE**

### **Derrubar regras ilegais que retiram proteção do adolescente aprendiz**

| Sugestão de que o Presidente da República edite despacho orientando o Ministério do Trabalho a revisar o teor do Decreto nº [11.061/2022](#), que, ao tratar de aprendizagem profissional, derrubou várias regras de proteção do adolescente. A partir dos debates necessários, deve ser proposta nova regulamentação para o tema.

### **Acabar com a política pública de educação especial que promove o isolamento social das crianças com deficiência**

| Proposta de revogação do Decreto nº [10.502/2020](#) – “Decreto da Exclusão”, uma política preconceituosa que exclui as crianças com deficiência do convívio com as demais crianças nos ambientes escolares, promovendo isolamento social inaceitável. O ato normativo é inclusive questionado no STF na ADPF 751 e na ADI 6590.

### **Recriar o Plano Nacional voltado à Juventude do Campo**

| Proposta de revogação da parte do Decreto nº [10.473/2020](#) (art. 1º, CCLXXII) que acabou com o Plano Nacional voltado à Juventude do Campo (antigo Decreto nº [8.736/2016](#)). O Programa reunia ações de efetivação de direitos e inclusão produtiva para jovens nos territórios rurais. A ação imediata seria de retomada da redação anterior.

### **Avaliar o custo-benefício do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares**

| Sugestão de que o Presidente da República edite despacho orientando o Ministro da Educação a avaliar os resultados da política pública prevista no [Decreto 10004/2019](#) sob critérios técnicos relativos ao custo-benefício, para definição sobre a dotação orçamentária respectiva e sobre sua continuidade.

## REVOGAÇÕES E REVISÕES NA ÁREA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE CULTURA

### **Adequar as normas de fomento indireto à realidade da economia da cultura**

| Proposta de revogação do [Decreto n. 10.755/2021](#), que regula o fomento a ações culturais via mecanismo de incentivo fiscal em âmbito federal. Pretende-se criar com agilidade uma nova regulamentação para o mecanismo, como uma das primeiras medidas do novo governo na área da cultura. Além disso, sugere-se que o Presidente da República edite Despacho orientando o Ministro da Cultura a revisar o teor dos seguintes atos: [Instrução Normativa SECULT/MTUR 01/2022](#), [Instrução Normativa SECULT/MTUR 03/2022](#), [Portaria SEFIC/SECULT/MTUR 210/2021](#), [Portaria SEFIC/SECULT/MTUR 604/2021](#), [Portaria SECULT/MTUR 44/2021](#).

## REVOGAÇÕES E REVISÕES DE ATOS CONTRÁRIOS À IGUALDADE RACIAL

O diagnóstico quanto às questões relativas à igualdade racial indica a gravidade dos efeitos do governo Bolsonaro no sentido de desmobilizar a afirmação de direitos e impedir processos de reparação histórica. Nesse sentido, sugere-se a revisão de atos normativos de cunho especialmente grave, com os objetivos listados a seguir:

### **Retomar a defesa dos direitos e dos territórios das comunidades quilombolas**

Sugere-se a edição de despacho do Presidente da República que oriente o INCRA e a Fundação Palmares a revisar os seguintes atos normativos:

| Resolução INCRA nº 29/2020, que paralisou a política pública de demarcação de territórios quilombolas e criou um ambiente de perseguição de servidores públicos que atuam nessa área; e

| [Portaria FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES n. 57/2022](#), que burocratizou o procedimento de reconhecimento de comunidades quilombolas, sem qualquer escuta dos impactados.

### **Valorizar lideranças cujo legado foi negado**

| Sugere-se a edição de despacho do Presidente da República que oriente a Fundação Cultural Palmares a revisar a [Portaria FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES n. 189/2020](#), que excluiu 27 personalidades negras do rol de homenageados, tais como: Gilberto Gil, Benedita da Silva, Marina Silva, Elza Soares, Conceição Evaristo, dentre outras figuras de especial relevo.

## REVOGAÇÕES E REVISÕES DE ATOS QUE LIMITAM O DIREITO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL

### **Retomar participação social para democratizar os espaços de poder e aumentar o controle social da gestão de recursos públicos**

| Proposta de revogação do [Decreto n. 9759/2019](#), cujo teor visava a redução da participação social em todo o governo. Além disso, tendo em vista tal revogação, sugere-se que seja editado pelo Presidente da República um despacho de orientação dos Ministérios para que seja revisito o teor dos seguintes atos, com elaboração de nova proposta de normatização:

[Decreto n. 9883/2019](#) – colegiado sobre discriminação

[Decreto n. 9887/2019](#) – colegiado sobre trabalho escravo

[Decreto n. 9894/2019](#) – colegiado sobre população em situação de rua

[Decreto n. 10.003/2019](#) – colegiado sobre crianças e adolescentes

[Decreto n. 10.144/2020](#) e [Decreto n. 10.224/2020](#) – colegiados de meio ambiente

[Decreto n. 10.177/2019](#) – colegiado sobre pessoas com deficiência

[Decreto n. 10.226/2020](#) – colegiado sobre juventude

[Decreto n. 10.905/2021](#) – colegiados sobre direitos dos trabalhadores

[Portaria n. Min. Saúde 3021/2020](#) – povos indígenas nas instâncias da gestão da saúde

[Portaria n. MEC 577/2017](#) – reduziu a participação de trabalhadores no Fórum Nacional da Educação

### **Derrubar os entraves para que movimentos populares tenham acesso ao INCRA**

| Sugestão de que o Presidente da República edite despacho orientando o INCRA a revisar o teor da Portaria nº INCRA 460/2019. Ao prever regras deliberadamente burocratizadas para o acesso ao prédio do INCRA, os efeitos produzidos pela Portaria são de impedimento de acesso por uma parte significativa dos movimentos populares que não cumprem as exigências indevidas estabelecidas, criando uma barreira para o seu direito constitucional de participação social.

A lista de sugestões de revogações e revisões de atos normativos, elencada nesta seção do Relatório Final da Transição, demonstra o tamanho dos desafios do novo Governo eleito quanto à reconstrução do Estado brasileiro em áreas bastantes sensíveis, cujas políticas públicas são essenciais para a efetivação de direitos da população.

As propostas de providências imediatas contidas na listagem acima podem ser efetivadas por meio de um conjunto de atos do Presidente da República nos primeiros dias após sua posse, em formato de Decretos e Despachos formulados por integrantes da Advocacia-Geral da União, em diálogo com as equipes técnicas dedicadas a cada temática da administração pública federal.



# PROPOSTA DE NOVA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DOS MINISTÉRIOS

O Presidente Lula foi eleito com uma ampla plataforma política, que envolve, entre tantos compromissos, a superação da pobreza e da fome no Brasil, a melhoria da qualidade da educação básica, a redução drástica do desmatamento da Amazônia, o fomento à produção de alimentos, a retomada dos investimentos públicos em infraestrutura e a promoção dos direitos da cidadania. Para alcançar esses grandes objetivos, o primeiro desafio do governo eleito é reorganizar a estrutura administrativa do Poder Executivo Federal, de forma a reverter o processo de desmonte do Estado e criar as bases para a reconstrução das políticas públicas. Esta seção apresenta a proposta de estrutura ministerial para o governo federal, a partir de 1º de janeiro de 2023.

Nos últimos anos, assistimos a uma ação deliberada de desmonte do Estado Brasileiro, que se traduziu na completa desorganização da máquina pública com riscos para a manutenção dos serviços públicos essenciais. Esse processo foi orientado pela ideia de redução do papel do Estado no desenvolvimento econômico, ambiental e social do País. Os efeitos dessa visão foram agravados pela incompetência do governo Bolsonaro no desenho, coordenação e implementação de suas políticas e pela condução desastrosa da gestão pública em praticamente todas as áreas de atuação governamental. A consequência foi o comprometimento de políticas de Estado essenciais para o desenvolvimento econômico, a preservação ambiental, a promoção e garantia de direitos, a inclusão e justiça social, o exercício da democracia, e o diálogo e participação social.

Diante da extensão e gravidade dos problemas identificados pelos grupos técnicos que contribuíram na elaboração deste relatório de transição, o novo governo eleito terá pela frente o desafio de retomar e consolidar o processo de construção democrática do Estado Brasileiro, inaugurado com a Constituição de 1988.

Para assegurar o êxito da plataforma eleitoral consagrada pelo voto popular nas eleições de 2022, é fundamental reconstruir o Estado Brasileiro. Nem grande nem pequeno, ele deve ter a dimensão e a complexidade necessárias ao enfrentamento dos inúmeros desafios que terão lugar nos próximos quatro anos. Longe do debate “Estado

Mínimo x Estado Máximo”, a questão chave é dotar o Estado de recursos, instrumentos, estruturas e arcabouço institucional condizentes com o seu papel estratégico no desenvolvimento do País.

O Estado moderno deve incorporar arranjos institucionais de governança e de implementação de políticas que envolvam tanto o setor público quanto o setor privado, a academia e as organizações da sociedade civil, gerando inovação, ganhos de eficiência e qualidade nas entregas à população. Deve também ser transparente e aberto à participação e ao controle social. Ao mesmo tempo, precisa preservar as funções estatais, inovar na gestão, ganhar agilidade e manter um corpo qualificado de servidores públicos capazes de dar continuidade à ação estatal e de resistir às investidas autoritárias de governos anti-democráticos.

Com base nessa visão, as prioridades estratégicas do novo governo devem demandar um extenso rol de iniciativas, tais como: a) reorganização e fortalecimento dos órgãos centrais de coordenação e acompanhamento das ações de governo; b) reestruturação da Administração Federal, especialmente de seus Ministérios com vistas a aumentar a capacidade de implementação de políticas públicas; c) aperfeiçoamento dos meios e instrumentos de gestão pública; d) inovação e melhoria na qualidade dos serviços públicos; e) retomada e ampliação do diálogo e da participação social.

## NOVA DINÂMICA DE CENTRO DE GOVERNO

É por isso que a nova estrutura do Governo Federal recupera o desenho do Centro de Governo (CdG), estabelecido durante os primeiros mandatos do Presidente Lula. O Centro de Governo precisa ser capaz de coordenar o conjunto das ações governamentais, com clara definição de prioridades, e envolver a sociedade, o Poder Legislativo, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios no processo de formulação da agenda nacional e de construção das políticas públicas.

Ao longo dos últimos anos, o Centro de Governo foi desorganizado, havendo um rebaixamento da capacidade de coordenação da Presidência com relação às suas prioridades programáticas. Isso afetou negativamente a atuação institucional do setor público federal, especialmente as entregas de bens e serviços à população.

O modelo de coordenação governamental em rede foi substituído por um modelo disfuncional, com ministérios enormes e com mais níveis hierárquicos, que cooperam pouco e não dialogam com a sociedade civil. Com isso, a capacidade de resposta do Estado às crises e às demandas sociais foi severamente comprometida, gerando impactos graves na vida das pessoas, a exemplo do que se observou durante a Pandemia de COVID-19.

A extinção das instâncias colegiadas de participação e de coordenação de programas governamentais dificultou ainda mais a cooperação intersetorial em torno de ações de governo e bloqueou qualquer possibilidade de escuta e diálogo social. Um dos prin-

principais retrocessos nesse âmbito foi o desmonte da Política Nacional de Participação Social (PNPS) e de suas instâncias e mecanismos institucionais.

Para reverter esse quadro, o novo Centro de Governo prevê uma Presidência forte, capaz de recuperar e ampliar a capacidade de coordenação das políticas setoriais e transversais. A Casa Civil vai recuperar suas funções originais, incluindo a análise jurídica das proposições, e sua capacidade de coordenação de governo. A Secretaria-Geral volta a ser o órgão de diálogo com a sociedade civil, restabelecendo a participação social como método de governar. A Secretaria de Relações Institucionais assume a coordenação política e a articulação com os entes federados e a representação parlamentar no Congresso Nacional. A Secretaria de Comunicação Social retorna à Presidência da República, fortalecendo a comunicação do Presidente com o conjunto da sociedade.

Além disso, a Presidência voltará a contar com os seus órgãos de assessoramento participativos, como o Conselho Nacional de Segurança Alimentar - Consea e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico Social - CDES, conhecido como Conselho. Da mesma maneira, na Esplanada como um todo, serão reativados os conselhos de participação social e demais mecanismos de interação com organizações, lideranças e movimentos sociais.

## NOVA ESTRUTURA DE MINISTÉRIOS

Para reforçar o compromisso com a diversidade, as antigas Secretarias Especiais dos Governos Lula I e II serão transformadas em ministérios, com estrutura adequada e maior relevância político-institucional. Serão criados os Ministérios das Mulheres, o Ministério dos Direitos Humanos, o Ministério da Igualdade Racial e, pela primeira vez, o Ministério dos Povos Indígenas. Com isso, busca-se dotar as pautas da diversidade de meios que favoreçam a promoção dos direitos e das políticas voltadas a essas populações. Cabe-rão a esses ministérios a coordenação da agenda e das ações transversais e setoriais relativas às suas áreas de atuação, de forma a reverter processos de exclusão muitas vezes reforçados nas próprias políticas públicas.

O Ministério da Economia, hoje com uma estrutura inchada e disfuncional, será decomposto em quatro unidades ministeriais com finalidades específicas. O Ministério do Planejamento e Orçamento recupera a sua função essencial de planejar as ações do Estado, além de apoiar a execução das políticas públicas por meio da destinação de recursos para sua execução e do monitoramento e avaliação contínua das ações de governo. O Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio, Serviços e Inovação é recriado para promover o processo de reindustrialização do País e a dinamização econômica, ao mesmo tempo que promove a transição para uma economia verde e descarbonizada, baseada em inovação e novas tecnologias, com impacto socioambiental positivo.

Para melhorar a qualidade dos serviços públicos e racionalizar o uso de recursos pela máquina pública, será criado o Ministério da Gestão e Inovação nos Serviços Públicos.

Um dos focos do Ministério será a busca por novos meios para inovar na gestão, melhorar o atendimento público e prover bens e serviços de qualidade para a população. Para isso, ele atuará no aumento dos serviços digitais de forma a ampliar o acesso e melhorar a experiência dos usuários desses serviços, com agilidade, simplicidade e maior alcance das políticas públicas. Em outra frente, o Ministério cuidará da gestão e do desenvolvimento de pessoas, promovendo a melhoria de produtividade e o bem-estar dos servidores, com benefícios para toda sociedade. Por fim, a pasta irá atuar na prestação de serviços compartilhados para os demais ministérios, eliminando estruturas redundantes e garantindo maior economia nas contratações de bens e serviços pelo novo governo.

Assim, o Ministério da Economia poderá se concentrar na condução da política econômica, priorizando as agendas macro e microeconômica, tendo como prioridade o controle da inflação, a melhoria do ambiente de negócios, a promoção do investimento, a geração de emprego, o controle da execução financeira e a racionalização tributária. Entre os desafios da pasta, estão o desenho de uma proposta de Reforma Tributária e uma nova regra fiscal que garanta estabilidade e previsibilidade aos agentes econômicos e ao mesmo tempo permita impulsionar o desenvolvimento sustentável do País.

No novo arranjo, o Ministério do Meio Ambiente recupera a sua capacidade de não apenas proteger nossos biomas, biodiversidade e recursos renováveis, mas também de promover o desenvolvimento socioambiental do País, com base na utilização racional desse imenso potencial para uma economia verde e limpa. Entre os avanços nessa área, está a reafirmação do compromisso do novo governo com a redução do desmatamento e com a preservação dos recursos naturais da Amazônia e de outros biomas, bem como com o desenvolvimento de uma matriz energética limpa e com o combate ao aquecimento global.

Além disso, a Cultura, o Desenvolvimento Agrário, o Esporte, a Previdência, o Trabalho, as Cidades e a Pesca voltarão ter suas pastas próprias, refletindo a prioridade conferida a essas áreas pelo novo governo. A Cultura voltará a ser valorizada e promovida com a devida centralidade que deve ter na construção da identidade nacional. Da mesma forma, a produção de alimentos pela agricultura familiar voltará a ser apoiada pelo governo por meio de crédito, fomento e assistência técnica. O Esporte passará a contar com uma estrutura que permita o apoio a atletas profissionais e amadores e ao esporte de base. A Previdência e o Trabalho também voltarão a ter estrutura e meios para a promoção de garantia de direitos dos trabalhadores e trabalhadoras, aposentados, pensionistas e beneficiários dos sistemas previdenciários. O Ministério das Cidades, por sua vez, irá promover políticas para tornar as cidades mais inclusivas, sustentáveis e dinâmicas, por meio de políticas de mobilidade, saneamento e habitação.

Já a área social será reforçada para que os compromissos assumidos pelo Presidente sejam cumpridos: superar a fome, melhorar a qualidade da educação básica e fortalecer o Sistema Único de Saúde. Para isso, serão reforçadas as áreas de assistência e desenvolvi-

mento social e os sistemas de saúde e educação. A pandemia evidenciou ainda mais a importância de um Estado capaz de coordenar a resposta para grandes crises. Quando isso falta, a população sofre. Ficou clara a importância do SUS, da Fiocruz, do Instituto Butantã, dos institutos de pesquisa brasileiros, do Sistema Único da Assistência Social, do INSS, das instituições de ensino e pesquisa, e de tantas outras organizações públicas que se envolveram na resposta à crise decorrente da COVID-19.

No caso da governança pública, será conferida a ela a dimensão estratégica necessária para garantir as condições indispensáveis à atuação governamental em todas as áreas. Além das instâncias ministeriais e de coordenação de governo indispensáveis à implementação de ações transversais, o novo governo contará com ministérios setoriais cujo papel é liderar e viabilizar, em suas respectivas de atuação, as políticas públicas emanadas da Constituição de 1988 e aquelas que fazem parte dos compromissos programáticos do novo governo eleito.

Mesmo no caso dos ministérios que já existiam e que foram mantidos pelo novo governo eleito, houve uma clara orientação no sentido de dotá-los de estruturas adequadas aos desafios programáticos e institucionais concernentes às suas respectivas áreas de atuação, dentro do esforço de reorganização da Administração Pública Federal e de reversão do desmonte do Estado Brasileiro. Alguns desses ministérios tiveram as suas denominações alteradas, de maneira a refletir as diretrizes e prioridades do novo governo eleito.

Enfim, a nova estrutura ministerial ou organizacional do Poder Executivo Federal guarda relação estreita com uma visão do País e com um projeto de desenvolvimento nacional liderado pela coalizão política que, em contexto eleitoral democrático, assume a condução do governo brasileiro. Para concretizar os compromissos chancelados pelo voto popular e para as funções necessárias a um Estado Nacional contemporâneo, chegou-se à seguinte configuração ministerial:

### **Desenvolvimento Social e Garantia de Direitos**

- | Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania
- | Ministério da Igualdade Racial
- | Ministério das Mulheres
- | Ministério dos Povos Indígenas
- | Ministério do Trabalho e Emprego
- | Ministério da Previdência Social
- | Ministério do Desenvolvimento Social, Família e Combate à Fome
- | Ministério da Saúde
- | Ministério da Educação
- | Ministério da Cultura
- | Ministério do Esporte
- | Ministério das Cidades

## **Desenvolvimento Econômico e Sustentabilidade Socioambiental e Climática**

- | Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional
- | Ministério do Meio ambiente
- | Ministério da Economia
- | Ministério dos Transportes
- | Ministério de Portos e Aeroportos
- | Ministério de Minas e Energia
- | Ministério das Comunicações
- | Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
- | Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio, Serviços e Inovação
- | Ministério do Turismo
- | Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar
- | Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
- | Ministério da Pesca e Aquicultura

## **Defesa da Democracia e Reconstrução do Estado e da Soberania**

- | Casa Civil da Presidência da República
- | Secretaria-Geral da Presidência da República
- | Secretaria de Relações Institucionais
- | Secretaria de Comunicação Social
- | Gabinete de Segurança Institucional
- | Advocacia-Geral da União
- | Ministério do Planejamento e Orçamento
- | Ministério da Gestão e Inovação nos Serviços Públicos
- | Controladoria-Geral da União
- | Ministério da Justiça e Segurança Pública
- | Ministério das Relações Exteriores
- | Ministério da Defesa

É importante ressaltar que o esforço para a criação dos ministérios indicados acima foi realizado com base na racionalização de estruturas preexistentes, sem criar cargos ou gerar novos gastos ao erário. Buscou-se também contemplar, na medida do possível, as demandas apresentadas pela sociedade civil durante o processo de transição de governo. E apesar das fortes restrições, essa nova estrutura governamental reflete o trabalho colaborativo realizado pelos diversos grupos técnicos, com os ajustes necessários para que o número total de cargos não fosse alterado e para que, ao mesmo, fossem asseguradas as condições indispensáveis à boa atuação de todas as áreas governamentais.

## CONCLUSÃO

A entrega deste relatório ao Presidente eleito marca uma virada de página de nossa história recente, que não deve ser jamais esquecida. O extremismo e sua violência são incompatíveis com a democracia. Com a abertura de um novo ciclo político, o Brasil do Amanhã começa a ser construído. A bússola que nos orienta são as Diretrizes para o Programa de Reconstrução e Transformação do Brasil e a Carta para o Brasil do Amanhã, apresentadas durante as eleições.

Concluimos assim o maior e mais complexo processo de transição já realizado no País, em todos os tempos, de forma democrática, plural, participativa, com rigor técnico e parcimônia no uso dos recursos públicos. No momento histórico em que a democracia foi posta à prova e os mecanismos de participação social desarticulados e desacreditados, inovamos no processo de transição governamental com a abertura para o amplo diálogo com a sociedade.

A reconstrução e a transformação do País é um grande desafio e uma obra de muitos. Teremos quatro anos de intenso trabalho e dedicação total para recompor o Estado e as políticas públicas, para mudar para melhor a vida da população e para voltar a cultivar a esperança e a alegria de nossa gente.

Realizaremos em 1º de janeiro de 2023, em Brasília, a maior cerimônia de posse presidencial de todos os tempos. E sua excelência, o Povo, irá festejar no Festival do Futuro a vitória mais importante da democracia nos últimos tempos.

Ao longo dos últimos meses, vimos a esperança voltar a brilhar nos olhos do nosso povo. A esperança de uma vida melhor em um País mais justo, inclusivo e solidário. Um País que necessita de um governo que volte a olhar com carinho e cuidado para a nossa gente, especialmente para quem mais necessita. Um País que também precisa de paz, democracia e diálogo. É com a força do nosso legado e os olhos voltados para o futuro que estamos preparados para iniciar um verdadeiro governo de reconstrução e transformação do Brasil.

**Coordenador-Geral do Gabinete de Transição Governamental**  
Geraldo Alckmin

**Coordenação Executiva**  
Floriano Pesaro

**Coordenação de Articulação Política**  
Gleisi Hoffmann

**Coordenação de Organização da Posse**  
Rosângela Lula da Silva

**Coordenação de Grupos Técnicos**  
Aloizio Mercadante



# GABINETE DE TRANSIÇÃO GOVERNAMENTAL

O trabalho do Gabinete de Transição Governamental representa o esforço de milhares de pessoas, que contribuíram com sua inteligência, experiência, vivência e dedicação para que este trabalho fosse desenvolvido.

A seguir, listamos os nomes das pessoas que trabalharam nos Grupos Técnicos, nas Coordenações do Gabinete e na estrutura do Centro Cultural do Banco do Brasil - representantes da sociedade civil, servidores e empregados públicos, parlamentares, policiais federais, seguranças, garçons, copeiras, auxiliares de serviços gerais - aos quais, em meu nome e em nome do Presidente Eleito Luiz Inácio Lula da Silva, agradeço, de coração, pelo enorme esforço de construir, em tão pouco tempo, um relatório tão profundo e extenso do desafio que teremos pela frente nos próximos anos.

## GABINETE DO COORDENADOR-GERAL DO GABINETE DE TRANSIÇÃO GOVERNAMENTAL

### Coordenador de Transição Governamental

Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho

### Assessoria Especial

#### Assessor Especial

Pedro Henrique Giocondo Guerra

Adalnio Senna Ganem

### Assessoria de Assuntos Jurídicos

#### Assessor de Assuntos Jurídicos

Márcio Elias Rosa

### Assessoria de Apoio

#### Assessor

Alessandro Chagas Rosa

Pedro Lamoso

Ana Regina Costa de Araújo

### CTEG - V

Miriam Aparecida Belchior

Paulo Bernardo Silva

João Luiz Silva Ferreira

### CTEG - IV

Fábio Rafael Valente Cabral

Vinicius Carnier Colombini

Daniella Fernandes Cambauva

Cassius Antônio Da Rosa

Maria Helena Guarezi

Wagner Caetano Alves De Oliveira

José Barroso Pimentel

Inês da Silva Magalhães

Luis Carlos Guedes Pinto

Márcia Helena Carvalho Lopes

Margarida Cristina de Quadros

Valéria de Oliveira

José Geraldo Torres da Silva

### CTEG - I

Gilson Alves Duarte

Luiz Roberto Martins de Barros

## EQUIPE DE PRESIDENTE ELEITO

### Assessoria do Presidente Eleito

Cláudia Troiano

Jose Chrispiniano

Marco Aurelio - Marcola

José Rezende Júnior

Cezar Alvarez

Cilene Antonioli

Betiza Coelho de Souza

Mires Costa

Ana Regina C. de Araújo

### Assessoria de Comunicação

#### Coordenação

Ricardo Stuckert

Claudio Kabene

Daniella Fernandes Cambauva

Mariana Zoccoli

Magno Romero

Ruy Coelho

Thiago Silva

George Gregory

Thiago Ming

Mariana Gurgel

### Segurança Institucional

General Gonçalves Dias

Capitão Valmir Moraes

Marco Aurélio De Andrade Lima

Azevedo

Wagner Caetano

Elias Reis

Misael da Silva

Moura

### Equipe de Apoio

Evanyr Bezerra

Joana D'arc

## COORDENAÇÃO EXECUTIVA

### Coordenador Executivo

Florianio Pesaro

### Assessor Especial

Fabio Rafael Valente Cabral

### Assessoria de Administração

#### Chefe de Assessoria de Administração

Reinaldo Chaves Gomes

Wilmar Lacerda

Chica Carvalho

### Equipe do Administrativo

Davino Márcio Souto

Flávia Martins Marques

Gabriel Lopes Gonçalves Dias

Mari Lucas

Maria do Carmo Pereira da Silva

Maria José Brasil

Monica Sacramento Costa

Valda Hilda da Rocha Do Carmo

Maria da Conceição Nogueira de Azevedo

Martins

Adriane Cleide de Souza Gomes

**Chefe do Apoio Administrativo aos Grupos de Trabalho**

Marcelo Pontes  
Maria da Solidade de Oliveira Costa

**Equipe do Apoio Administrativo aos Grupos de Trabalho**

Daniella de Souza Vasconcelos  
Gabriela Olímpia de Assis  
Jéssica Italoema da Silva Moura  
Lucas de Lima Guimarães  
Lucas Leonam de Lima  
Salles Junio Lima Nascimento  
Sara Daniela Barbosa de Souza

**Chefe de Atos Normativos**

Juliana Muniz Fernandes de Queiroz

**Equipe de Atos Normativos**

Ana Cristina de Figueiredo Barros  
Maria Isabel da Silva Sales  
Natália Viana Reis  
Nicole Gondim Porcaro

**Chefe da Gestão da Informação**

Valmir Dantas

**Gestão da Informação**

Alex de Sousa Araújo

**Chefe do Credenciamento**

Leandro de Borja Reis Cerqueira

**Equipe de Credenciamento**

Elisangela Maria Pontes de Souza.  
Nilton Santana Oliveira.  
Tarcizo Ramos da Silva.

**Chefe de Logística**

Benoni Dias Covatti

**Equipe de Logística**

Jose Wilson  
Alcivan A. de Araujo  
Gilson Alves Duarte  
Frank Varela de Moura  
Arilson Cavalcante Pereira  
Carlos Alberto de souza  
Gilberto Tristão Ferreira  
Luis Roberto Martins de Barros

**Assessoria de Orçamento**

**Chefe da Assessoria de Orçamento**

Norberto Temoteo de Queiroz - Coordenador

**Equipe de Orçamento**

Antonio Fucio  
Rossi da Silva Araujo  
Fernando José Carvalho de Oliveira  
Caio Leal de Araújo

**Assessoria de Comunicação Social**

**Chefe da Assessoria de Comunicação Social**

Ricardo Amaral

**Equipe da Assessoria de Comunicação Social**

Ana Luísa Noblat  
Andreia Cordeiro de Souza  
Cristina Charão Marques  
Flávia Filipini  
Raquel Sepúlveda

**Assessoria de Cerimonial**

**Chefe do Cerimonial**

Max Antonio Passos D'Oliveira

**Equipe do Cerimonial**

Gláucia da Silva Limeira  
Maria Eugênia Ribeiro  
Miraci Lopes  
Thaís Veríssimo Pinheiro  
Simone Zerbinato

**Assessoria de Segurança Institucional**

**Chefe da Segurança Institucional**

Andrei Augusto Passos Rodrigues

**Chefe da Segurança de Área**

Pedro Magalhães Roncisvalle

**Equipe de Segurança Institucional**

Alexandre Guimarães Malheiro de Oliveira  
Bernardo Varney Alexe Costa Azeredo Lopes  
Correa  
Camilla Caputo Tejo Borges  
Daniel Esteves Kim  
Elias Pereira Moura  
Renata Scheiner Moares de Lucena  
Sandro Azevedo de Souza

**COORDENAÇÃO DE ARTICULAÇÃO POLÍTICA**

**Coordenadora**

Gleisi Helena Hoffmann

**Assessores**

Amanda Vitoria Lopes Moreira da Silva  
Cristian Jesus da Silva  
Tania Maria de Oliveira

**Apoio**

Aveline Gomes  
Dayane Hirt  
Eduardo de Oliveira Bastos  
Gabriel Santos  
Jean Keiji Uema  
João Paulo  
Luiz Roberto Martins de Barros

## COORDENAÇÃO DE ORGANIZAÇÃO DA POSSE

### Coordenadora

Rosângela Lula da Silva - Janja

### Assessores

André Cortez  
 Caio Flávio de Noronha  
 Cassius Antonio Rosa  
 Célia Maria Alves  
 Claudinei Pimentel Mota (Pirelli)  
 Claudio Rocha  
 Fabrício Araújo Prado  
 Fernando Luis Lemos Igreja  
 Flávio Abraão Paes Leme  
 Gabriela Mendes  
 Gabriella Gualberto Faria  
 Gilberto Carvalho  
 Gustavo de Biase  
 José Laelson de Oliveira  
 Márcio Tavares dos Santos  
 Mário Edson Gonçalves Dias  
 Mauro Furlan  
 Neudicleia Neres De Oliveira  
 Rogério Carvalho  
 Warley Barbosa  
 Yuri Soares

## COORDENAÇÃO DE GRUPOS TÉCNICOS

### Coordenador

Aloizio Mercadante Oliva

### Assessoria especial

Marcos Rogério de Souza  
 William Vella Nozaki

### Assessores

Aline Damasceno Ferreira Schleicher  
 Amanda Vitoria Lopes Moreira da Silva  
 Danilo da Silva Molina  
 Danilo Marasca Bertazzi  
 Elton Bernardo Bandeira de Melo  
 Fernanda Machiaveli Morão de Oliveira  
 Gabriella Vieira Oliveira Gonçalves  
 Janira Trípodi Borja  
 Lucas Ramalho Maciel  
 Marcilândia de Fátima Araújo  
 Maria Paula Amorim de Barros Lima  
 Pedro Mäder Gonçalves Coutinho  
 Roberto Seara Machado Pojo Rego  
 Rubens Diniz Tavares  
 Valmir Dantas  
 Bruno Moretti

Carlos Alberto de Souza  
 Eugênio Vilela  
 Fernando Jose Carvalho  
 Henrique Chaves Faria Carvalho  
 Ioná Malerba Gabrielli  
 José Celso Pereira Cardoso Jr.  
 Marco Antonio de Oliveira

## COORDENAÇÃO JURÍDICA

### Coordenação Geral

Jorge Messias

### Assessoria Jurídica

Adriana Maia Venturini  
 César Dutra Carrijo  
 Clarice Costa Calixto  
 Aline Veloso dos Passos  
 André Augusto Dantas Motta Amaral  
 André Luiz Macagnan Freire  
 Carolina Yumi de Souza  
 Carlos Henrique Naegeli Gondim  
 Fernanda Coimbra Santiago  
 Francisco Alexandre Colares Melo Carlos  
 Guilherme Benages Alcantara  
 Gustavo Caldas Guimarães de Campos  
 Isabela Marques Seixas  
 João Paulo de Faria Santos  
 Júnior Divino Fideles  
 Luciana Hoff  
 Marcilândia de Fátima Araújo  
 Maria Paula Amorim de Barros Lima  
 Mariana Barbosa Cirne  
 Mônica de Oliveira Carsartelli  
 Roberta Lima Barreto Monteiro  
 Rodolfo de Carvalho Cabral  
 Victor Eptácio Cravo Teixeira

### Apoio

Natalia Reis  
 Nicole Goldim Porcaro  
 Maria Isabel da Silva Sales

## ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

### Coordenador

Ricardo Batista Amaral

### Assessoria

Ana Luisa Noblat De Aguiar  
 Andreia Cordeiro De Souza  
 Flavia Filipini  
 Raquel Sepúlveda  
 Cristina Charão Marques  
 Kerison Arnóbio Lopes Santos

## CONSELHO POLÍTICO DE TRANSIÇÃO GOVERNAMENTAL

Antonio Luíz Paranhos Ribeiro Leite de Brito  
 Carlos Siqueira  
 Daniel Sampaio Tourinho  
 Eliziane Pereira Gama Melo  
 Felipe Antonio do Espírito Santo  
 Guilherme Italo Costa Queiroz  
 Jader Fontenelle Barbalho  
 Jefferson Coriteac  
 José Luíz de França Penna  
 José Renan Vasconcelos Calheiros  
 Juliano Medeiros  
 Luciana Barbosa de Oliveira Santos  
 Wesley Ederson Diógenes Nogueira  
 Wolney Queiroz Maciel

## CONSELHO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL

### Coordenação Executiva

Edson Carneiro da Silva  
 Josué Augusto do Amaral Rocha  
 Julia Barbosa de Aguiar Garcia  
 Kelli Cristine de Oliveira Mafort  
 Raimundo Vieira Bonfim  
 Ronald Ferreira dos Santos  
 Simone Ferreira Nascimento  
 Ticiane Studart Albuquerque

### Assessoria Técnica

Tânia Oliveira

### Assessoria Jurídica e Administrativa

Ana Melo Moraes  
 Carla de Paiva Bezerra  
 Diego Carmona Scardone  
 Marcelo Fragozo dos Santos  
 Nara Magalhães Maubrigades  
 Renato Simões

### Assessoria Jurídica

João Paulo de Faria Santos

### Equipe de monitoramento

Fernanda Machiaveli

### Integrantes da Plenária

Aldenora Gomes González - Frente Nacional em Defesa do SUAS - Segmento Usuários  
 Aristides Santos - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG  
 Beatriz Costa Barbosa - Coalizão Direitos na Rede  
 Carlos Alencastro Cavalcanti - Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis - MNCMR  
 Carmen Silvia Maria da Silva - Plataforma pela

Reforma do Sistema Político  
 Cicero Felix dos Santos - Articulação do Semiárido (ASA)  
 Cristiano Schumacher - Movimento Nacional de Luta por Moradia - MNLM  
 Daniel Seidel - Rede Brasileira de Justiça e Paz  
 Darci Frigo - Conselho Nacional de Direitos Humanos  
 Débora Rodrigues - Fórum Brasileiro de Economia Solidária  
 Denildo Rodrigues de Moraes - Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos - CONAQ  
 Eliane de Moura Martins - Movimento de Trabalhadores por Direitos - MTD  
 Francisco Auri Alves Júnior - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura Familiar - CONTRAF  
 Franklin Felix de Lima - Associação Brasileira de Organizações não governamentais - ABONG  
 Geovana Mendonça Lunardi Mendes - Fórum Nacional Popular de Educação  
 Getúlio Vargas Junior - Confederação Nacional das Associações de Moradores - CONAM  
 Gilberto Batista Campos - Convergência Negra  
 Ivanei Farina Dalla Costa - Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB  
 Jade Beatriz - União Brasileira dos Estudantes Secundaristas - UBES  
 Jarbas Vieira da Silva Movimento pela Soberania Popular na Mineração - MAM  
 José Antonio Moroni - Plataforma pela Reforma do Sistema Político  
 Josineide Costa - Movimento de Pequenos Agricultores - MPA  
 Julio Barbosa de Aquino - Conselho Nacional das Populações Extrativistas - CNS  
 Junia Rocha Bessa - Comitê Nacional da Lei Paulo Gustavo  
 Karina Aparecida Figueiredo - Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes  
 Kátia Cacilda Pereira Lima - Rede Brasileira de Orçamento Participativo  
 Kleber Luiz dos Santos - Movimento de Luta das vilas, bairros e favelas - MLB  
 Kleber Luiz Santos dos Santos - Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB)  
 Leandro Artur Anton - Comitê Nacional dos Pontos de Cultura  
 Leonardo Avritzer - Instituto da Democracia e da Democratização da Comunicação  
 Leonardo Koury Martins - Frente Nacional em Defesa do SUAS - Segmento Trabalhadores  
 Luciana Cristina Furquim Pivato - Comitê Brasileiro de Defensores e Defensoras de Direitos Humanos

Marcela Peixoto - Movimento Camponês Popular - MCP  
 Márcio Astrini - Observatório do Clima  
 Maria Emília Pacheco - Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar - FBSSAN  
 Maria Martilene - Movimentos de Pescadoras e Pescadores - MPP  
 Maureen Cristina Martins dos Santos - Carta de Belém  
 Milton dos Santos Rezende - Central Única dos Trabalhadores - CUT Brasil  
 Mônica de Alkmim Moreira Nunes - Movimento Nacional de Direitos Humanos - MNDH  
 Nilza Valéria Zacarias do Nascimento Oliveira - Frente de Evangélicos pelo Estado de Direito  
 Noeli Taborda - Movimentos de Mulheres Camponesas - MMC  
 Ormezita Barbosa de Paulo - Conselho Pastoral de Pescadores - CPP  
 Pedro Pontual - CEAAL Brasil - Conselho de Educação Popular da América Latina e Caribe  
 Raimundo Nonato Pereira da Silva - Rede de Comunidades de Povos Tradicionais do Brasil  
 Renato Sérgio de Lima - Fórum Brasileiro de Segurança Pública  
 Ricardo de Moura - Centro Nacional de Africanidade e Resistência Afro-Brasileiro - CENARAB  
 Rosana Teresa Onocko Campos - Associação Brasileira de Saúde Coletiva - ABRASCO  
 Sidnei Antonio Euzébio Pita - União Nacional por Moradia Popular - UNMP  
 Simmy Larrat - Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos - ABGLT  
 Ubiratan de Souza - GT Democracia e Participação - FPA (NAPP Estado, Democracia e Instituições)  
 Vanja Andréa Santos - União Brasileira de Mulheres - UBM  
 Veronica Chaves Salustiano - Associação Brasileira de Juristas pela Democracia - ABJD  
 Wagner de Melo Romão - Rede Democracia e Participação  
 Zélia Amador - Coalizão Negra por Direitos

## GRUPO TÉCNICO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

### Coordenação

Carlos Fávaro  
 Evandro Gussi  
 Irajá Abreu  
 Joe Valle  
 Kátia Abreu

Luis Carlos Guedes Pinto  
 Neri Geller  
 Silvio Crestana  
 Tatiana Deane de Abreu Sá  
 Carlos Tito Marques Cordeiro

### Integrantes

Antônio Jorge Camardelli  
 Arno Jerke Júnior  
 Carlos Ernesto Augustin  
 Clara Pedrosa Maffia  
 Cósam de Carvalho Coutinho  
 Dalton Gomes Martins  
 Eduardo de Souza Martins  
 Fernando Olinto Meireles  
 Gereissat Rodrigues Almeida  
 Gerson Luiz Mendes Teixeira  
 José Carlos Vaz  
 Manoel Moacir Costa Macêdo  
 Marcelo Medina Osório  
 Marcio Portocarrero  
 Miguel Ivan Lacerda de Oliveira

### Renato Cunha

### Voluntários

Carolina Pereira  
 Jailson Nascimento  
 Rodrigo Zani  
 Wanderley Paulo da Silva

### Relator

Luiz Antonio Gonçalves Rodrigues de Souza

### Assessor Administrativo

Marina Godoi de Lima

### Equipe de monitoramento

Lucas Maciel Ramalho

### Assessor Jurídico

André Dantas

## GRUPO TÉCNICO DE CENTRO DE GOVERNO

### Coordenação

Cristian Jesus da Silva  
 Fernanda Machiaveli M. de Oliveira  
 Jaques Wagner  
 José Guimarães  
 Lindbergh Farias  
 Márcio Macêdo  
 Pedro Helena Pontual Machado  
 Reginaldo Lázaro de Oliveira Lopes  
 Swedenberger do Nascimento Barbosa

### Integrantes

Alexandre de Ávila Gomide  
 Aline Damasceno Ferreira Schleicher  
 Elton Bernardo Bandeira de Melo  
 José Celso Cardoso Junior  
 Marco Antonio de Oliveira  
 Pedro Luiz Costa Cavalcante  
 Vicente Trevas

**Relatora**

Fernanda Machiaveli M. de Oliveira

**Assessora Administrativa**

Aline Damasceno Ferreira Schleicher

**Equipe de monitoramento**

Janira Borja

## GRUPO TÉCNICO DE CIDADES

**Coordenação**

Afonso Bandeira Florence

Carmem Silva Ferreira

Ermínia Terezinha Menon Maricato

Evaniza Lopes Rodrigues

Geraldo Magela Pereira

Guilherme Castro Boulos

Hildo Augusto da Rocha Neto

Inês da Silva Magalhães

Jilmar Augustinho Tatto

João Henrique Campos

José Di Filippi Júnior

José Leônidas de Menezes Cristino

Joseildo Ribeiro Ramos

Luizianne de Oliveira Lins

Márcio Jerry Saraiva Barroso

Márcio Luiz França Gomes

Maria Fernanda Ramos Coelho

Moema Isabel Passos Gramacho

Nabil Georges Bonduki

Natália Bastos Bonavides

Rodrigo Neves Barreto

Waldenor Alves Pereira Filho

**Relator**

Rafael Carlos de Oliveira

**Integrantes**

Adriano Constantino

Aercio Barbosa de Oliveira

Bruno de Freitas Siqueira

Caio César Loureiro Moura

Carina Serra Amancio

Carlos Alberto Valente Viana

Carolina Baima Cavalcanti

Clarice Coppetti

Edmilson Brito Rodrigues

Eleonora Lisboa Mascia

Elton da Silva Gontijo

Ermes Ferreira Costa Neto

Ernani Ciríaco de Miranda

Gilmar Avila

Glédson da Silva Brito

Jailton Zanon da Silveira

Jane Teresinha da Costa Diehl

João Gabriel Cabral Meira e Silva

João Vicente Augusto Neves

José Queiroz de Lima

José Roberto de Oliveira Martins

Julia Lins Bittencourt

Lúcia Maria Mendonça Santos

Luís Gustavo Vieira Martins

Márcia Kumer

Marcos Toscano Siebra Brito

Maria Aparecida Lobato Monteiro

Mário Wilson Pedreira Reali

Paolo Colosso

Paulo Valério Silva Lima

Pedro Freire de Oliveira Rossi

Raphael Sebba Daher Fleury Curado

Renato Nunes Balbim

Renato Barandier Júnior

Renato Boareto

Reynaldo Nunes de Moraes

Ricardo de Gouvêa Corrêa

Roberto Ricomini Piccelli

Ronaldo José Lacerda

Sérgio Antônio Gonçalves

Silmara Vieira da Silva

Silvano Silvério da Costa

Sinoel Batista

Tales Fontana Siqueira Cunha

Wagner dos Santos Carneiro

Wladimir Antonio Ribeiro

**Assessora Administrativa**

Júlia Pera de Almeida

**Assessor Jurídico**

João Paulo de Faria Santos

**Equipe de monitoramento**

Janira Trípodí Borja

Roberto Pojo

## GRUPO TÉCNICO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

**Coordenação**

Alexandre Navarro Garcia

André Leandro Magalhães

Carlos Renato Lisboa Francês

Celso Pansera

Expedito Neto

Glaucius Oliva

Henrique Donin de Freitas Santos

Ildu de Castro Moreira

Ima Célia Guimarães Vieira

Ireneide Soares da Silva

Leo de Britto

Leone Peter Correia da Silva Andrade

Luis Manuel Rebelo Fernandes

Luiz Antônio Rodrigues Elias

Ricardo Campos

Ricardo Magnus Osorio Galvão

Sergio Machado Rezende

**Integrantes**

Amanda Sobreira Lima de Souza  
Anderson Gomes  
Andreia Ingrid Michele do Nascimento  
Gizele Santos Cruz Soares  
Joelmo Jesus de Oliveira  
Larissa Gabrielle Vieira de Souza  
Larissa Beltramim  
Lucia Carvalho Pinto de Melo  
Marcelo Alexandre Andrade de Almeida  
Márcio Portes de Albuquerque  
Mariana Paulino Mazza  
Osorio Coelho Guimarães Neto  
Petrônio Noronha de Souza e  
Samuel Fayad

**Reladoras**

Léa Contier de Freitas  
Leila de Moraes  
Verena Hitner Barros

**Assessora Administrativa**

Elisa Volker

**Assessor Jurídico**

Victor Cravo

**Equipe de monitoramento**

Roberto Pojo

## GRUPO TÉCNICO DE COMUNICAÇÃO

**Coordenação**

Alessandra Orofino  
César Santos Alvarez  
Jorge Bittar  
Helena Martins  
Paulo Bernardo Silva

**Integrantes**

Alan Gularth Camargo  
André Figueiredo  
Andréa Xavier da Silva  
Ariene dos Santos Lima  
Áureo Ribeiro  
Beth Costa  
Bia Barbosa  
Fábio Lúcio Koleski  
José de Sousa Paz Filho  
Manoela Salem Miklos  
Max Monjardim  
Murilo César Oliveira Ramos  
Nelson Akio Fujimoto  
Nina da Hora  
Octavio Penna Pieranti  
Orlando Silva  
Pedro Ribeiro Telles  
Renata Vicentini Mielli  
Rui Falcão

**Relatora**

Helena Martins

**Assessora Administrativa**

Wanessa Queiroz de Souza Oliveira

**Assessor Jurídico**

Victor Epitácio Cravo Teixeira

**Equipe de monitoramento**

Roberto Seara Machado Pojo Rego

## GRUPO TÉCNICO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Coordenação**

André Luís Gaspar Janones  
Antônia Soares Pellegrino  
Flávio Silva Gonçalves  
Florestan Fernandes Junior  
Helena Maria de Freitas Chagas  
Hélio Marcos Prates Doyle  
João Caldeira Brant Monteiro de Castro  
Laurindo Lalo Leal Filho  
Manuela Pinto Vieira d'Ávila  
Octávio Costa  
Tereza Cruvinel  
Viviane Ferreira da Cruz

**Integrantes**

Emir Simão Sader  
Flávia Filipini Ferreira Borges  
Flávio Luiz César  
Juliana César Nunes  
Julimar Gonçalves  
Luiza de Carvalho Sigmaringa Seixas  
Osmar Bria  
Rafael Angeli  
Taís Ladeira de Medeiros

**Coordenador Executivo**

João Caldeira Brant Monteiro de Castro

**Relatora**

Maria Carolina Prado Lage

**Assessora Administrativa**

Thaísa Pires de Faria

**Assessor Jurídico**

Victor Epitácio Cravo Teixeira

**Equipe de monitoramento**

Janira Trípodi Borja

## GRUPO TÉCNICO DE CULTURA

**Coordenação**

Antônio Marinho  
Áurea Carolina  
Juca Ferreira  
Kleber Lucas  
Kleber Mendonça  
Lucélia Santos  
Márcio Tavares  
Margareth Menezes  
Manoel Rangel



**Integrantes**

Alexander Patez Galvão  
 Alexandre Santini  
 Carolina Abreu de Albuquerque  
 Carolina Guimarães Starling de Souza  
 Christiane Montes Ramírez  
 Débora Ivanov  
 Deryk Vieira Santana  
 Desirée Ramos Tozi  
 Eulícia Esteves da Silva Vieira  
 Evelaine Brennand  
 Fabiano Piúba  
 Glênio Cerqueira de França  
 Henilton Menezes  
 Jackson Raymundo  
 Jéferson Assunção  
 João Pontes  
 Joel Santana  
 Juana Nunes  
 Leandro de Abreu Souza Jaccoud  
 Lindivaldo Junior (Junior Afro)  
 Luciana Palmeira da Silva Cardoso  
 Marcela Chierregatti Machado  
 Maria Marighella  
 Oscar Manoel da Costa Gonçalves  
 Paulo Ricardo Zilio  
 Pedro Vasconcellos  
 Rafael Barros Gomes  
 Telma Saraiva dos Santos  
 Thiago Rocha Leandro  
 Tiago Cantalice  
 Tião Soares  
 Úrsula Vidal  
 Xauí Peixoto  
 Yuri Soares Franco

**Relator**  
 Marcos Alves de Souza

**Co-Relator**  
 Leonardo Lessa

**Colaboradores**  
 Adriana Schmidt Dias  
 Alagba Mariwo Balbino Daniel de Paula- Omo  
 Alessandra Ribeiro  
 Altaci Rubim  
 Américo Córdula  
 Ana Lúcia Pardo  
 Anari Braz  
 Andrey Schlee Rosenthal  
 Angela Gutierrez  
 Angelo Córrea  
 Bernardo da Mata Machado  
 Carla Dozzi  
 Carlúcio Baima  
 Carollna Ruas  
 Cecília Londres  
 Célia Corsino  
 Claudia Baeta Leal  
 Cláudia Márcia Ferreira

Danilo Moura  
 Desirée Tozi  
 Deyvesson Gusmão  
 Eliana Bogéa  
 Fábio Henrique Lima De Almeida  
 Fernanda Guedes  
 Fernanda Ferreira Camargo  
 Gabriel Portela  
 Gislaine Valério Lima  
 Guilherme Varella  
 Ile Agboula  
 Inti Queiroz  
 Ivana Cavalcante  
 Iyá Egbe Vanda Machado  
 Joana Carmen do Nascimento Machado  
 Joana Corrêa  
 Joana Munduruku  
 João Roberto Peixe  
 Junia Bessa  
 Jurema Machado  
 Leandro Anton  
 Leonardo Germani  
 Lia Motta  
 Luis Vinicius  
 Luisa Cela  
 Luiz Freire  
 Máira Ribeiro  
 Máira Torres Corrêa  
 Manuela Carneiro  
 Marcelo Bones  
 Marcelo Ricardo Ferreira  
 Márcia Almeida  
 Márcia Arcuri  
 Márcia Sant'Anna  
 Melian Vigano Gaspar  
 Michelle Arroyo  
 Natascha Penna  
 Rejane Nóbrega  
 Roberta Martins  
 Rozane Dalsasso  
 Sandra Magalhães Correia  
 Tainah Jorge  
 Tony Bezerra  
 Vera Zaverucha  
 Viviane Martins

**Assessor Administrativo**  
 Edmilson Pereira

**Assessoria Jurídica**  
 Patrícia Souza  
 Clarice Calixto

**Equipe de monitoramento**  
 Gabriella Oliveira

**Grupo de Acompanhamento Parlamentar**  
 Deputada Benedita da Silva (PT)  
 Deputada Jandira Feghali (PCdoB)  
 Deputado Marcelo Calero (PSD)  
 Deputado Túlio Gadelha (Rede)

## GRUPO TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

### Coordenação Executiva

Pedro Francisco Uczai

### Relatora

Elisângela dos Santos Araújo

### Coordenação

Célia Hissae Watanabe

Elisângela dos Santos Araújo

Givanilson Porfírio da Silva

João Batista dos Santos

José Josivaldo Oliveira

Luiz Henrique Gomes de Moura

Maria Josana de Lima Oliveira

Miguel Soldatelli Rossetto Gomm

Pedro Francisco Uczai

Robervone Severina de Melo Pereira do

Nascimento

Vanderley Ziger

### Parlamentares

Célio Alves de Moura

Elvino José Bohn Gass

Ubirajara do Pindaré Almeida Souza (Bira do

Pindaré)

### Integrantes

Alexandre Henrique Bezerra Pires

André Luiz Bomfim Ferreira

Araê Claudinei Lombardi

Carlos Mário Guedes de Guedes

Cássio Alves Pereira

Dione do Nascimento Torquato

Elisabeth Maria Cardoso

Ernesto Pereira Galindo

Fernando do Amaral Pereira

Franciléia Paula de Castro

Humberto Thome Pereira

Jéssica da Silva Brito

Leonardo Penafiel Pinho

Lidiane Taverny Sales

Luís Henrique Silva de Sousa

Michela Katuscia Calaça Alves dos Santos

Saiane Moreira dos Santos

Samuel de Albuquerque Carvalho

Sarah Luiza de Souza Moreira

Sebastião Machado Oliveira

Silvio Isoppo Porto

Valdir Mendes Barranco

### Colaboradores e colaboradoras

Acácio Zuniga Leite

Aline Oliveira da Silva

Allan Razera

Alonso Batista dos Santos

Ana Gabriela Moreira Pudenzi

Ana Maria dos Santos Guimarães

Analine Almeida Specht

Arthur Reis Rimoldi

Bárbara Loureiro Borges

Caio França

Camila Guimarães Guedes

Camila Batista Marins Carneiro

Cesar Fernando Schiavon Aldrighi

Cláudia de Souza

Clenio Nailto Pillon

Cristhiane Oliveira da Graça Amâncio

Daniel Turíbio Rech

Débora Nunes Lino da Silva

Élcio de Souza Magalhães

Ernesto Santana dos Reis

Geovanni Medeiros Costa

Gerson Teixeira

Gilson Alceu Bittencourt

Hur Ben Correa da Silva

Igor Teixeira

Isabelle Alline Lopes Picelli

Ivi Aliana Carlos Dantas

Ivo Lourenço da Silva Oliveira

Jeiéli Laís Borges dos Reis

João Daldegan Sobrinho

João Luiz Guadagnin

José Heder Benatti

Josilene Maria dos Santos Magalhães

Julia Dalla Costa

Kelvin Nicolas Soares Barbosa

Laura Lyrio Gonçalves

Leonardo Taveira Lemos de Oliveira

Letícia Rangel Tura

Lidiane Carvalho Amorim de Sousa Dourado

Loroana Coutinho de Santana

Ludmilla Luciano de Carvalho

Luis Roberto Carrazza

Luis Rodrigues

Luísa Martins Fernandes

Luiza Borges Dulci

Máira Lima Figueira

Manoel Vital de Carvalho Filho

Marcus Vinicius Boente do Nascimento

Marenilson Batista da Silva

Milton Bernardes

Nilton Luís Godoy Tubino

Patrícia Ravallet

Paula Tereza de Souza e Silva

Philipe Alves Rolemberg Caetano

Quener Chaves dos Santos

Rafael Dias

Raquel Gammardella Rizzi

Regilane Fernandes da Silva

Reginaldo Alves de Souza

Renata Leite

Ricardo Brambila Bressan

Rita Dicácia

Rogério Augusto Neuwald

Romário Farney Pinheiro de Oliveira  
 Ronaldo de Lima Ramos  
 Sandro Pereira Silva  
 Sany Mota Fontes  
 Sávio Silveira Feitosa  
 Selma Lúcia Lira Beltrão  
 Sérgio Antônio Görden  
 Tarcila Martins Portugal  
 Valter Bianchini  
 Vilênia Venâncio Porto Aguiar  
 Waldyr Stumpf Junior  
 Zaré Augusto Brum Soares

**Assessor Administrativo**

Diego Donizetti Gonçalves Machado

**Relatora**

Iracema Ferreira de Moura

**Assessor Jurídico**

Junior Divino Fideles

**Equipe de monitoramento**

**GRUPO TÉCNICO  
 DE DESENVOLVIMENTO  
 REGIONAL**

**Coordenação**

Senador Camilo Sobreira de Santana  
 Esther Bemerguy de Albuquerque  
 Governador Helder Zehluth Barbalho  
 Jonas Paulo de Oliveira Neres  
 Deputado Leandro Antônio Grass Peixoto  
 Senador Otto Roberto Mendonça de Alencar  
 Raimunda Nonata Monteiro  
 Senador Randolph Frederich Rodrigues Alves  
 Tânia Bacelar de Araújo

**Integrantes**

**Parlamentares**

Deputado Denis Bezerra  
 Deputado Dionilso Mateus Marcon  
 Deputado Gervásio Agripino Maia  
 Deputado José Ricardo Wendling  
 Deputado Júlio César de Carvalho Lima  
 Deputada Marília Valença Rocha Arraes de Alencar  
 Deputado Milton Coelho da Silva Neto  
 Deputado Newton Cardoso Júnior  
 Deputado Paulo José Carlos Guedes  
 Deputado Rafael Huete da Motta  
 Senador Rogério Carvalho Santos

**Colaboradores Permanentes**

Adão Francisco de Oliveira  
 Adolfo da Costa Oliveira Neto  
 Adriana Melo Alves  
 Carlos Jeha Kayath  
 Fernando de Aquino Fonseca Neto  
 Inácio Cavalcante Melo Neto  
 Inaldo Seixas Cruz

Irani Braga Ramos  
 José Ilário Gonçalves Marques  
 Júlio Flávio Gameiro Miragaya  
 Kátia Paulino dos Santos  
 Leandro Freitas Couto  
 Leonardo Leite de Souza  
 Luiz Euclides Barros Feio  
 Maurílio de Abreu Monteiro  
 Paulo Roberto Lamac Junior  
 Raphael Sodrê Cittadino  
 Sérgio Cadó Prado  
 Vanessa Graziotin  
 Viviane Moura Bezerra  
 Leonardo Leite de Souza

**Colaboradores Eventuais**

Adovaldo Dias de Medeiros Filho  
 Adroaldo Quintela Santos  
 Alexandre Resende Tofeti  
 Aline dos Santos Souza  
 Ana Júlia de Vasconcelos Carepa  
 Ana Luiza Pereira da Silva  
 Ana Maria Navaes da Silva  
 Antônio Luitgards Moura  
 Antonio Wilson Lelis Costa  
 Aristides Monteiro  
 Athadeu Ferreira da Silva  
 Bruno Ferreira da Paixão  
 Carlos Renato de Carvalho  
 Cassi Ladi Reis Coutinho  
 Célio Fernando Bezerra Melo  
 Dalgoberto Coelho de Araújo  
 Eliane Libânio Brasil de Matos  
 Geraldo Majella Bezerra Lopes  
 Gisela Damm Forattini  
 Glauber Piva Gonçalves  
 Guilherme Venancio Santana  
 Hildeberto Rodrigues da Silva  
 Ilário Marques  
 Inocêncio Renato Gasparim  
 Ivanildo Luciano da Luz  
 Jéssica Italoema da Silva Moura  
 Joaquim Cartaxo Filho  
 Jorge Abrahão de Castro  
 José Aildo Sabino de Oliveira Junior  
 José Alberto de Almeida  
 Jose Farias Gomes Filho  
 José Leonardo Costa Monteiro  
 José Wilson Galdino  
 Juliana Veríssimo Pacheco  
 Larissa Oliveira Constant Barros  
 Lautemyr Xavier Cavalcanti Canel  
 Leonardo Chequer Leão de Mello  
 Lidiane César Oliveira  
 Luiz Geraldo Sciam Bastos  
 Marcos Garcia Pinto  
 Marcus Aurelius Aragão Veras  
 Maria da Gloria Batista de Araujo

Maria Sílvia Rossi  
 Moema Pereira Rocha de Sá  
 Paulo Fernando de Moura Bezerra Cavalcanti Filho  
 Paulo Santos Pantoja Júnior  
 Pedro Paulo Zahluth Bastos  
 Plácido Cardoso de Melo Júnior  
 Raimundo Moreira de Almeida Neto  
 Raquel Cristina Batista Vieira Pontes  
 Rodolfo Araújo de Moraes Filho  
 Sergio Caetano Leite  
 Ubajara Berocan Leite  
 Tania Paula Santana  
 Teresa Maria Barbosa de Oliveira  
 Thiago Lima Oliveira

**Relator**

Ricardo Karam

**Assessor Administrativo**

Luciano Maduro Alves de Lima

**Assessor Jurídico**

João Paulo de Faria Santos

**Equipe de monitoramento**

Roberto Pojo

## GRUPO TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

**Coordenação**

André Quintão Silva  
 Isabela Giordano Gil Moreira  
 Márcia Helena Carvalho Lopes  
 Patrus Ananias  
 Simone Nassar Tebet  
 Reinaldo Takarabe  
 Renato Sérgio Jamil Maluf  
 Tereza Helena Gabrielli Barreto Campello

**Integrantes**

Adriana de Souza de Lima  
 Adriana Veiga Aranha  
 Ana Lúgia Gomes  
 Anna Karla da Silva Pereira  
 Bruna Cristina Neves Carnelossi  
 Carolina Gabas Stuchi  
 Clara Carolina de Sá  
 Denise Rartmann Colin  
 Edgilson Tavares de Araújo  
 Edneusa Oliveira  
 Eliane Aquino Custódio  
 Erick Brigante Del Porto  
 Eutalia Barbosa Rodrigues  
 Iêda Maria Nobre de Castro  
 Janine Mello dos Santos  
 José Crus  
 Jucimeri Isolda Silveira  
 Kenia Figueiredo  
 Laura Muller Machado

Leandro Teodoro Ferreira  
 Letícia Bartholo de Oliveira e Silva  
 Lilian dos Santos Rahal  
 Lurian da Silva  
 Márcia Regina de Carvalho Souza Gonçalves Muchagata  
 Marcílio Marquesini Ferrari  
 Marcos Aurélio Lopes Filho  
 Margarete Cutrim Vieira  
 Margareth Dalaruvera  
 Maria Aparecida Ramos de Meneses  
 Maria Luíza Amaral Rizzotti  
 Maria Valdênia Santos de Souza  
 Paulo Eduardo Nunes de Moura Rocha  
 Paulo Januzzi  
 Paulo Rocha  
 Raul Ristow Krauser  
 Renato Francisco dos Santos Paula  
 Rodrigo Moraes Lima Delgado  
 Rômulo Paes  
 Rosilene Rocha  
 Simone Aparecida Albuquerque  
 Shirley Samico  
 Telma Maranhos Gomes  
 Vinícius de Oliveira Botelho

**Grupo de Acompanhamento Parlamentar**

Ana Carolina Moura Melo Dartora  
 Dulce Ferreira Pagani Miranda  
 Tereza Nelma da Silva Porto Viana Soares  
 Washington Luiz Cardoso Siqueira

**Relatora**

Camile Marques Sahb

**Assessor Administrativo**

Vitor Leal Santana

**Assessor Jurídico**

João Paulo de Faria Santos

**Equipe de monitoramento**

Janira Borja

## GRUPO TÉCNICO DE DIREITOS HUMANOS

**Coordenação**

Eliane Aquino Custódio  
 Emídio de Souza  
 Janaina Oliveira  
 Luiz Alberto Melchert de Carvalho e Silva  
 Margarida Cristina de Quadros  
 Maria do Rosário Nunes  
 Maria Vitória Benevides  
 Rubens Linhares Mendonça Lopes  
 Sívio Luiz de Almeida

**Subgrupo técnico de criança e adolescente**

Ariel de Castro Alves  
 Isabella Henriques  
 Maria Luiza Moura Oliveira  
 Wellington Pereira da Silva

**Coordenação Executiva**

Maria do Rosário Nunes

**Relator**

Emídio de Souza

**Integrantes**

Ana Cristhina de Oliveira Brasil

Azilton Ferreira Viana

Bruno Renato Nascimento Teixeira

Carlos David Carneiro Bichara

Caroline Dias dos Reis

Denis Soares dos Santos

Duda Salabert Rosa

Eric Sousa Moura

Érica Pimentel de Sant'Ana Dourado

Gabriel dos Santos Rocha

Gil Ferreira da Silva Neto

João Alves de Souza Júnior

Juliet Neves Matos

Laíssa da Costa Ferreira

Luis Alberto Silva dos Santos

Marcelo Uchoa

Mary Celia Vaz Cruz

Maurício da Silva de Moraes Junior

Miriam Garcez Marroni

Neusa Pivatto

Nilmário de Miranda

Paulo Illes

Reimont Luiz Otoni Santa Barbara

Renato Simões

Rita Cristina de Oliveira

Taliria Petrone Soares

Tássia Rabelo de Pinho

Tathiane Aquino de Araújo

Vicente de Paula Faleiros

Vinicius de Lara Ribas

Rejane Ribeiro Dias

**Colaboradores Voluntários**

Alex Reinecke de Alvarenga

Andrey Roosevelt Chagas Lemos

Any Carmem de Ávila Moraes

Augusto Oliveira Pereira

Bruno da Rosa Lumertz

Bruno Monteiro

Carlos Cesar D'élia

Danilo Silva

Denis Rodrigues da Silva

Eduardo Martins Chixaro

Eli Maria Marques de Lara

Flávio de Sousa Silva

Gabriel Silva Ribeiro

Hiago Olendes Guimaraes

Ivanilda Figueiredo

Jackson Douglas Alves Feitosa

Julia Marinho Rodrigues

Juliana Leme Faleiros

Julio Pinheiro Cardia

Laura Fernanda Zacher

Leopoldo Vieira Teixeira

Luciana Trindade de Macedo

Luiz Fernando Alves Botelho

Marcela Münch de Oliveira e Silva

Marina Basso Lacerda

Maristella Victor de Matos

Michelle Guimarães dos Santos

Nadine Monteiro Borges

Priscila Pamela Cesário dos Santos

Sandra Sato

Symmy Larrat Brilho de Carvalho

Telia Negrão Tonhozi

**Assessor para Relatoria**

Maurício da Silva de Moraes Junior

**Assessora para Coordenação**

Tássia Rabelo de Pinho

**Assessor Jurídico**

Rodolfo

**Assessora Administrativa**

Teresa Labrunie Calmon Soares

**Assessor Jurídico**

Rodolfo de Carvalho Cabral

**Equipe de monitoramento**

Eugênio Andrade Vilela dos Santos

Gabriella Vieira Oliveira Gonçalves

**GRUPO TÉCNICO DE ECONOMIA****Coordenação**

André Lara Resende

Guilherme Santos Mello

Nelson Henrique Barbosa Filho

Pérsio Arida

**Relator**

Fábio Franco Barbosa Fernandes

**Assessora Administrativa**

Kathyana Dantas Machado Buonafina

**Assessores Jurídicos**

Fernanda Santiago

Gustavo Caldas

**Equipe de monitoramento**

Lucas Ramalho

**GRUPO TÉCNICO DE EDUCAÇÃO****Coordenação Executiva**

José Henrique Paim Fernandes

Luiz Cláudio Costa

Maria Teresa Leitão de Melo

**Coordenação**

Alexandre Alves Schneider

Alice Mazzuco Portugal

Ana Cristina de Lima Pimentel

Antonio Cesar Russi Callegari

Antônio Idilvan de Lima Alencar  
 Cláudia Maria Costin  
 Cláudio Alex Jorge da Rocha  
 Daniel Tojeira Cara  
 Danilo Jorge de Barros Cabral  
 Fátima Cleide Rodrigues da Silva  
 Getúlio Marques Ferreira  
 Heleno Manoel Gomes de Araújo Filho  
 José Clodoveu de Arruda Coelho Neto  
 Karin Adriane Hugo Lucas  
 Macaé Maria Evaristo dos Santos  
 Maria Alice Setúbal  
 Maria Aparecida da Silva Bento  
 Mônica Sapucaia Machado  
 Paulo Gabriel Soledad Nacif  
 Priscila Cruz  
 Reginaldo Veras Coelho  
 Ricardo Marcelo Fonseca  
 Rosa Neide Sandes de Almeida  
 Tabata Amaral

#### **Integrantes**

Alexandre André dos Santos  
 Alexandre Martins Vidor  
 Ana Cristina Gonçalves de Abreu Souza  
 Anita Gea Martinez Stefani  
 Carina Vitral Costa  
 Carlos Augusto Abicalil  
 Cláudia Pereira Dutra  
 Cleunice Matos Rehem  
 Danilo de Melo Souza  
 Diogo Jamra Tsukumo  
 Gastão Dias Vieira  
 Gregório Durlo Grisa  
 Irineu Mario Colombo  
 Jaana Flávia Fernandes Nogueira  
 João Bernardo Bringel  
 Jonas Dezidoro da Silva Filho  
 Juliana Daudt Brizola  
 Leonardo Osvaldo Barchini Rosa  
 Madalena Guasco Peixoto  
 Maria Amélia Gomes de Souza Reis  
 Maria Selma de Moraes Rocha  
 Marta Wendel Abramo  
 Rita de Cássia de Freitas Coelho  
 Rodrigo Connor Dindo  
 Walisson Maurício de Pinho Araújo  
 Yann Evanovick Leitão Furtado  
 Zara Figueiredo Tripodi

#### **Demais colaboradores**

Aléssio Trindade de Barros  
 Ana Estela Haddad  
 Ana Inoue  
 Ana Paula Pereira  
 Anna Helena Altenfelder  
 Caetano Siqueira  
 Cleber Pacheco  
 Cleuza Repulho

Daniel de Aquino Ximenes  
 Denis Mizne  
 Eliezer Pacheco  
 Gabriel Barreto Corrêa  
 Haroldo Corrêa Rocha  
 João Marcelo Borges  
 José Francisco Soares  
 Lara Simielli  
 Lucas Fernandes Hoogerbrugge  
 Luis Fernando Masonetto  
 Marcelo Bregagnoli  
 Mariza Abreu  
 Natacha Costa  
 Olavo Nogueira Filho  
 Paula Louzano  
 Ricardo Henriques  
 Rodrigo Luppi  
 Ronaldo Mota  
 Thiago Tobias  
 Vanderson Berbat  
 Vinicius Wu  
 Weber Sutti

#### **Relator**

Binho Marques

#### **Equipe de relatoria**

Anita Gea Martinez Stefani  
 Jaana Flávia Fernandes Nogueira  
 João Bernardo Bringel  
 Marta Wendel Abramo

#### **Assessora Administrativa**

Loyane de Sousa Tavares

#### **Assessor Jurídico**

Rodolfo de Carvalho Cabral

#### **Equipe de monitoramento**

Lucas Ramalho Maciel

## **GRUPO TÉCNICO DE ESPORTE**

#### **Coordenação**

Aliel Machado Bark  
 Ana Beatriz Moser  
 Edson Antônio da Silva (Edinho Silva) -  
 Coordenador Executivo  
 Gislene Alves do Amaral  
 José Luiz Ferrarezi  
 Leila Gomes de Barros Rego (Leila do Vôlei)  
 Marcelo Medeiros Carvalho  
 Maria Isabel Barroso Salgado Alencar (in  
 memoriam)  
 Marta de Souza Sobral  
 Mizael Conrado de Oliveira  
 Nádia Campeão  
 Raí Souza Vieira de Oliveira  
 Verônica Silva Hipólito

#### **Integrantes**

Emerson Márcio Vitalino

Fernando Marinho Mezzadri  
Flávio de Campos  
Isadora Louzada Hugueneu Lacava Delmont  
Shirley Torres de Araújo

**Relator**

Rogério da Veiga

**Colaboradoras e colaboradores voluntários**

Adilson Monteiro Alves  
Ailton Fernando Santana de Oliveira  
Alícia Klein  
ANATORG  
Augusto César Leiro Rios  
Cássia Damiani  
César Carrijo  
Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte  
FENAPAF  
Fórum dos Secretários Estaduais de Esporte  
Gabinete do Deputado Aliel Back  
Gabinete da Senadora Leila Barros  
Lino Castellani  
Luiz Felipe Santoro  
Marcos de Souza e Silva  
Observatório da Discriminação Racial no Futebol  
Ricardo Leyser  
Vicente Costa Pithon Barreto

**Assessor Administrativo**

José Armando Fraga Diniz Guerra

**Assessor Jurídico**

Guilherme Benages Alcantara

**Equipe de monitoramento**

Gabriella Vieira Oliveira Gonçalves

## GRUPO TÉCNICO DE IGUALDADE RACIAL

**Coordenação colegiada**

Douglas Belchior  
Givânia Maria da Silva  
Iêda Leal de Souza  
Janice Ferreira da Silva (Preta Ferreira)  
Martvs das Chagas  
Nilma Lino Gomes  
Thiago Tobias  
Yuri Santos Jesus da Silva

**Coordenadora executiva**

Nilma Lino Gomes

**Integrantes**

Daiana Santos  
Dandara Tonantzin Silva Castro  
Eloi Ferreira de Araújo  
Gabriela Cruz da Silva Lima  
Henrique Cardoso Oliveira  
Isabelle Aline Lopes Picelli  
Lívia Duarte Puty  
Luis Gustavo Magnata Silva

Maria Inês da Silva Barbosa  
Matilde Ribeiro  
Nestor José Maria Neto  
Maria Olivia Santana  
Roberto Carlos da Silva Borges  
Tiago Cantalice da Silva Trindade  
Valneide Nascimento dos Santos  
Valéria de Oliveira

**Relator**

Artur Sinimbu Silva

**Colaboradoras e colaboradores voluntários**

Altair Lira  
Artur Antônio dos Santos Araujo  
Bárbara Oliveira Souza  
Carmen Cira Lustosa da Costa  
Clara Marinho Pereira  
Dalila Fernandes de Negreiros  
Daniella de Souza Vasconcelos  
Elton Bandeira  
Eugênio Vilela  
João Cláudio Pompeu  
José Pedro da Silva Neto  
Juliana César Nunes  
Laura Aparecida da Silva Santos  
Luana Lazzeri Arantes  
Lucas de Lima Guimarães  
Magali Silva Santos Naves  
Marcos Willian Bezerra de Freitas  
Maria Isabel da Silva Sales  
Mário Lisboa Theodoro  
Rafael Rocha Viana  
Renísia Cristina Garcia Filice  
Ronaldo Crispim Sena Barros  
Roseli Oliveira e Silva  
Rui Leandro da Silva Santos  
Sales Augusto dos Santos  
Sheila Cristina Tolentino Barbosa  
Silvany Euclênio Silva  
Tarcízio Roberto da Silva  
Tatiana Dias Silva  
**Assessor Administrativo**  
Maria Aparecida Chagas Ferreira  
**Assessor Jurídico**  
Fernanda Cimbra Santiago  
**Equipe de monitoramento**  
Gabriella Vieira Oliveira Gonçalves

## GRUPO TÉCNICO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS

**Coordenador Executivo**

Mauro Borges Lemos

**Coordenação**

André Ceciliano  
André Passos Cordeiro

Domingos Leonelli  
Eduardo Serrano  
Fernando Pimentel  
Germano Rigotto  
Jackeline Rocha  
Jackson Schneider  
José Cerqueira de Santana Neto  
José Henrique da Silva  
Luciano Coutinho  
Marcelo Ramos  
Mariano Laplane  
Paulo Feldmann  
Paulo Okamoto  
Rafael Lucchesi  
Sidney Ricardo de Oliveira Leite  
Tatiana Conceição Valente  
Uallace Moreira Lima  
Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos

#### **Integrantes**

Denis Scaramussa Pereira  
Felipe Augusto Machado  
Fernando Lourenço Nunes Neto  
João Alberto de Negri  
Margarete Maria Gandini  
Rafael de Sá Marques  
Samy Kopit Moscovitch

#### **Voluntários**

Gustavo Antônio Galvão dos Santos  
Pedro Garrido da Costa Lima

#### **Relatora**

Carolina Martins de Aragão

#### **Assessora Administrativa**

Viviane Aparecida da Silva Varga

#### **Assessor Jurídico**

Gustavo Caldas

#### **Equipe de monitoramento**

Lucas Ramalho

## **GRUPO TÉCNICO DE INFRAESTRUTURA**

#### **Coordenação Executiva**

Miriam Belchior

Maurício Muniz Barreto de Carvalho

#### **Coordenação**

Alexandre Silveira de Oliveira

Fernandha Batista da Silva

Gabriel Muricca Galípolo

José Geraldo Torres da Silva

Marcus Benício Foltz Cavalcanti

Maria do Carmo Rebouças da Cruz

Maurício Muniz Barreto de Carvalho

Miriam Belchior

Paulo Roberto Severo Pimenta

Vinícius Marques de Carvalho

#### **Integrantes**

Acir Marcos Gugarcz

Alexandre Cesar Discioli  
André Almeida Morais  
Andréa Vieira Andreis  
Arilson Maroldi Chiorato  
Carlos Antônio Rocha de Barros  
Edilázio Gomes da Silva Júnior  
Eduardo Dutra Brandão Cavalcante  
Fábio Vasconcellos  
Francisco Martins  
Henrique Fontana Júnior  
Hermes Lomanto Vaz Sampaio  
Hideraldo Luiz Caron  
João Paulo Bittar Hamú Nogueira  
José Augusto da Fonseca Valente  
José Benito Priante Júnior  
Mauro Santos Silva  
Ogarito Borgias Linhares  
Roberto Nami Garibe Filho  
Sebastião Ignácio de Oliveira Júnior

#### **Relatora**

Miriam Belchior

#### **Assessor Administrativo**

André Luiz Lara Resende Saraiva

#### **Assessor Jurídico**

André Luís Macagnan Freire

#### **Equipe de monitoramento**

Roberto Seara Machado Pojo Rego

## **GRUPO TÉCNICO DE INTELIGÊNCIA ESTRATÉGICA**

#### **Coordenação**

Andrei Augusto Passos Rodrigues

#### **Integrantes**

Andrei Augusto Passos Rodrigues

Antonio Felipe de Almeida Gonçalves

Clesio Leão de Carvalho

Vladimir de Paula Brito

Oficial de Inteligência Matrícula 909092

Oficial de Inteligência Matrícula 909107

Oficial de Inteligência Matrícula 910152

#### **Equipe de monitoramento**

Janira Trípodi Borja

Grupo Técnico de Justiça e Segurança Pública

#### **Coordenação-Executiva**

Flávio Dino de Castro e Costa

#### **Relator-Geral**

Marivaldo de Castro Pereira

#### **Relatorias**

Andrei Augusto Passos Rodrigues

Camila Caldeira Nunes Dias

Caroline Proner

Cristiano Zanin Martins

Gabriel de Carvalho Sampaio

Jacqueline Sinhoretto



Márcio Fernando Elias Rosa  
 Marco Aurélio de Carvalho  
 Marivaldo de Castro Pereira  
 Marta Rodriguez de Assis Machado  
 Luiz Paulo Teixeira Ferreira  
 Pierpaolo Cruz Bottini  
 Sheila Santana de Carvalho  
 Tamires Gomes Sampaio  
 Wadih Nemer Damous Filho

#### **Parlamentares**

Senador Fabiano Contarato  
 Senador Omar Aziz  
 Deputada Adriana Accorsi  
 Deputado Fábio Trad  
 Deputado Jones Barbosa de Moura  
 Deputado Tadeu Alencar  
 Deputado Valtenir Pereira

#### **Integrantes**

Abdael Ambruster  
 Alberto Cantalice  
 Benedito Domingos Mariano  
 Bruna Roberta Wessner Longen  
 Daniel Henrique Costa de Barros  
 Elizeu Soares Lopes  
 Estela Aranha  
 Fabricio Silva Rosa  
 Flavio Emiliano Moreira Damiano Soares  
 Isabel Seixas de Figueiredo  
 Jaqueline de Oliveira Muniz  
 João Octacilio Silva Neto  
 Lênio Luiz Streck  
 Luciano Antonio da Silva  
 Paris Borges Barbosa  
 Patricia Nunes  
 Pedro Paulo Chaves Mattos  
 Reinaldo Monteiro da Silva  
 Renato Oliveira Ramos  
 Roberto Uchôa de Oliveira Santos  
 Rodrigo Farias  
 Ronaldo Teixeira da Silva  
 Sílvia Alyne Soares de Sousa  
 Silvio Serrano Nunes

#### **Consultores, colaboradores voluntários e autores de propostas**

Ademir Dias Cardoso Junior  
 Adriana Cristina Duarte de Vasconcelos  
 Alberto Kopittke  
 Alberto Toron  
 Alessandra Teixeira  
 Amanda Pimentel  
 Ana Helena de Oliveira Pessoa  
 Ana Luiza Villela de Viana Bandeira  
 Ana Valeska Duarte  
 André Giamberardino  
 Antônio Carlos de A. Castro (Kakay)  
 Antonio Felipe de Almeida Gonçalves  
 Antonio Henrique Campello

Arnobio Rocha  
 Arthur Prado  
 Bárbara Diniz Caldeira  
 Bárbara Suelen Coloniese  
 Bheron Rocha  
 Bruno Langeani  
 Bruno Rotta Almeida  
 Bruno Salles Pereira Ribeiro  
 Caio Henrique de Mendonça Incrocci  
 Carolina Ricardo  
 Cláudio Pereira de Souza Neto  
 Clesio Leão de Carvalho  
 Christiane Russomano Freire  
 Conrado Gontijo  
 Conselho Estadual de Defesa de Direitos Humanos do Ceará (CEDDH)  
 Cristiano Maronna  
 Daniel Hirata  
 Daniel Josef Lerner  
 Daniela Teixeira  
 Danilo Santa Cruz Coelho  
 Dayo de Araújo Silva Côrbo  
 Diego Barbosa da Silva  
 Djéff Amadeus  
 Dora Cavalcanti  
 Dudu Ribeiro  
 Eliakin Tatsuo Yokosawa Santos  
 Eric Souza Moura  
 Érica Meireles  
 Fernando Hideo I. Lacerda  
 Fabrício Silva Brito  
 Filipe Lopes  
 Gabrielle Nascimento  
 Gilson Chagas  
 Giovanna Paliarin Castellucci  
 Gisela Simona Viana de Souza  
 Gleidy Braga Ribeiro  
 Graziela Rocha  
 Gregório Antonio F. de Andrade  
 Helder Ferreira  
 Helena de Rezende  
 Helena Rodrigues  
 Humberto Freire de Barros  
 Ingrid Farias  
 Izadora Gama Brito  
 Joana Monteiro  
 João Marcos Buch  
 João Vitor Rodrigues Loureiro  
 Joel Luiz Costa  
 José Maria Vieira Junior  
 José Vitor Pereira Neto  
 Julia Maia Goldani  
 Juliana Pereira  
 Karine Vargas  
 Laboratório de Gestão de Políticas Penais do Depto de Gestão de Políticas Públicas da UnB (LabGEPEN)

Laila Ferreira Hossain  
 Leo Pinho  
 Leon de Souza Lobo Garcia  
 Leonardo Augusto Silva Fontes  
 Leonardo Racy  
 Lorena Tamanini Rocha Tavares  
 Luciana do Amaral Alonso Martins  
 Luisa Ferreira  
 Luiz Augusto Pessoa Nogueira  
 Luiz Eduardo Navajas Telles Pereira  
 Luiz Flávio Franco Silva  
 Luiz Roberto Ungaretti de Godoy  
 Luzia Paula Moraes Cantal  
 Manuela da Silva Amorim  
 Marcela Cardoso  
 Marcelo Feller  
 Marcelo Gomes Sodré  
 Marcelo Turbay  
 Márcio Moreno  
 Marcos Rolim  
 Marcus Edson de Lima  
 Margarete Pedroso  
 Maria Carolina Schlittler  
 Mariangela Sarrubbo Fragata  
 Marília Fernandes R. de Macedo  
 Marina Dias  
 Marina Lacerda e Silva  
 Marlene Inês da Rosa  
 Matheus de Barros  
 Mauricio Fiore  
 Mayara de Souza Gomes  
 Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate  
 à Tortura – MNPCT  
 Michele dos Ramos  
 Miriam Balestro  
 Núcleo de Apoio à Política Pública da Fundação  
 Perseu Abramo (NAPP)  
 Nara de Araújo  
 Nathália Oliveira  
 Nuredin Allan  
 Orlando Batista da Silva Neto  
 Pastoral Carcerária Nacional  
 Patrícia Gabia  
 Patrick Mariano  
 Pedro Martínez  
 Priscila Pamela C. dos Santos  
 Priscilla Rocha  
 Rafael Schincariol  
 Renata Deiró  
 Renato Afonso Gonçalves  
 Renato Campos de Vítto  
 Renato Sérgio de Lima  
 Ricardo Morishita  
 Rinaldo de Souza  
 Ritienne Karina Soglio  
 Rivana Ricarte  
 Roberta Fernandes

Roselle Adriane Soglio  
 Rubens Casara  
 Santiago Tobón  
 Sidnelly Aparecida de Almeida  
 Sílvia Amélia Fonseca De Oliveira  
 Sílvia Virginia Silva de Souza  
 Sofia Bordin Rolim  
 Spencer Chainey  
 Tiago de Lima Almeida  
 Valdecy Urquiza Júnior  
 Vanessa Menegueti  
 Vânia Lúcia Ribeiro Vieira  
 Vera Lucia Araújo  
 Victor Lugan Rizzon Chen  
 Walkiria Zambrzycki Dutra  
 Walter José Faiad de Moura  
**Assessores Administrativos**  
 Fabiane Azevedo Guimarães  
 Ricardo Lins Horta  
**Assessora Jurídica**  
 Carolina Yumi de Souza  
**Equipe de monitoramento**  
 Janira Trípodí Borja

## GRUPO TÉCNICO DE JUVENTUDE

### Coordenadora

Nádia Beatriz Martins Garcia

### Relator

Jiberlandio Miranda Santana

### Integrantes

Bruna Chaves Brelaz  
 Bruna Paola Castro Lima  
 Camila Bazachi Jara  
 Flávio Eduardo da Silva Assis  
 Gabriel Medeiros de Miranda  
 Gustavo Henrique Lobo da Gama  
 Helena Wendel Abramo  
 Jessy Dayane Silva Santos  
 Kelly dos Santos Araújo  
 Luiza Foltran Aquino  
 Marcus Vinícius Barão Rocha  
 Miguel Ângelo Monteiro Andrade  
 Neilson Amaral Marques  
 Nilson Florentino Júnior  
 Sabrina Oliveira Santos  
 Tiago Augusto Morbach

### Colaboradores

Alberto Albino dos Santos  
 Aline Passos de Oliveira  
 Ana Jade Beatriz Martins  
 Ana Júlia Pires Ribeiro  
 André Luiz da Silva Sobrinho  
 Beatriz Calheiro  
 Daniel Augusto Araújo Gonçalves Holanda  
 Daniel Pontes

Daniella Monteiro da Silva  
 Diogo Magno Rocha Santana  
 Eliane Ribeiro Andrade  
 Fabrícia Goetsch Barbosa  
 Gabriel Medina  
 Giovana Mondardo  
 Giovani Culau  
 Guilherme Bianco  
 Henrique Sabino  
 Jailma Lopes Dutra Serafim  
 Jefferson Ferreira Lima  
 João Filipe Santos da Silva Xavier  
 Júlio Brizzi Neto  
 Laura Soares Sito Silveira  
 Lucas Ferreira do Nascimento  
 Lucas Pretti Cypreste  
 Lucileine da Silva Souza  
 Marcone Ribeiro do Nascimento Filho  
 Mayara Oliveira torres da Silva  
 Mayara Raquel Alves Fernandes  
 Mônica Bufon Augusto  
 Murilo Parrino Amateeks  
 Murilo Pina Bluma  
 Nádia Beatriz Martins Garcia Pereira  
 Ninã Victor Ferreira Cardoso  
 Pablo Junio Alves Vitalino  
 Paulo Ovídio Andrade De Melo Júnior  
 Pedro Vellinho Corso Duval  
 Regina Célia Reyes Novaes  
 Renan Lira Matos Cadais  
 Rennan Leta da Silva Pereira  
 Robson Araújo Batista  
 Rodrigo Poletto  
 Rogean Vinicius Santos Soares  
 Ronald Luiz dos Santos  
 Samuel Staczewski  
 Severine Carmem Macedo  
 Tatiana de Jesus Pereira Ferreira  
 Verônica Michelle Gonçalves  
 Victor Ricciardi Rocha  
 Yann Evanovick  
**Assessor Administrativo**  
 Fábio Kobil Fornazari  
**Assessor Jurídico**  
 Rodolfo Cabral  
**Equipe de monitoramento**  
 Gabriella Oliveira

## GRUPO TÉCNICO DE MEIO AMBIENTE

### Coordenação

Jorge Ney Viana Macedo Neves

### Integrantes

Alessandro Lucciola Molon

Alexandre Araújo Costa

Alexandre Silva Saraiva

Ana Paula Leite Prates  
 Arnaldo Jordy Figueiredo  
 Bruno Pagnoccheschi  
 Carlos Alberto Araújo Netto  
 Carlos Minc Baumfeld  
 Célio Studart Barbosa  
 Clarissa Costalonga e Gandour  
 Cricielle Aguiar Muniz  
 Edel Nazaré Santiago de Moraes  
 Fernando Antônio Lyrio Silva  
 Francisco Gaetani  
 Gabriel Henrique Lui  
 Gilberto Câmara  
 Humberto Luciano Schloegl  
 Isabela Rahal Rodas Messias  
 Izabella Mônica Vieira Teixeira  
 Jair Schmitt  
 João Carlos Paolilo Bacelar Filho  
 João Paulo Capobianco  
 Jorge Gomes de Oliveira Brand  
 José Carlos Lima da Costa  
 Marcos Paulo Barbosa Tavares  
 Maria Osmarina Marina Silva Vaz de Lima  
 Marilene Corrêa da Silva Freitas  
 Marcus Vinicius da Silva Alves  
 Mauro Oliveira Pires  
 Naiara Raiol Torres  
 Nilto Ignácio Tatto  
 Paulo Emílio Dantas Nazaré  
 Raul Silva Telles do Valle  
 Renata Soares Piazzon  
 Roberto Cabral Borges  
 Rodrigo Antonio de Agostinho Mendonça  
 Silvana Vitorassi  
 Suely Mara Vaz Guimarães de Araújo  
 Tânia Maria de Souza  
 Tasso Rezende de Azevedo  
 Vanessa Negrini  
 Wellington Lourenço de Almeida  
**Relator**  
 Pedro Ivo de Souza Batista  
**Assessor Administrativo**  
 Henrique de Vilhena Portella Dolabella  
**Assessora Jurídica**  
 Mariana Barbosa Cirne  
**Equipe de monitoramento**  
 Lucas Ramalho Maciel

## GRUPO TÉCNICO DE MINAS E ENERGIA

### Coordenação Executiva

Maurício Tolmasquim

### Relatores

Rodrigo Leão (Relator Geral)

Giles Azevedo (Relator de Minas)

Jean Paul Prates (Relator de Petróleo, Gás e Biocombustíveis)  
Nelson Hubner (Relator de Energia Elétrica)

#### **Integrantes**

Anderson Adauto  
Cristian Raul Juchum  
Deyvid Bacelar  
Delvechio de Sousa Pereira  
Fernando Ferro  
Guto Quintela  
Ícaro Chaves  
Isabela Martins  
Luciano Boico  
Magda Chambriard  
Robson Sebastião Fórmica  
Sinésio Campos  
Telton Correia  
William Nozaki

#### **Colaboradores**

Adhemar Palocci  
Aurélio Pavão de Farias  
Carlos Zarattini  
Denilvo de Moraes  
João Ramis  
José Sergio Gabrielli de Azevedo  
José Maria Rangel  
Luis Fernando Paroli Santos  
Odair Cunha  
Wagner Cabral  
Danilo Ferreira da Silva  
Edna Martins

#### **Assessor Administrativo**

Carlos Hoffman

#### **Assessor Jurídico**

André Luis Macagnan Freire

#### **Equipe de monitoramento**

Roberto Pojo

## **GRUPO TÉCNICO DE MULHERES**

#### **Coordenação**

Aava Santiago  
Anielle Franco  
Anne Moura  
Aparecida Gonçalves  
Daniela Mote de Souza Carneiro  
Eleonora Menicucci de Oliveira  
Erika Kokay  
Lídice da Mata  
Maria Helena Guarezi  
Roberta Eugênio  
Roseli Faria  
Sandrali de Campos Bueno  
Vilma Reis

#### **Integrantes**

Ana Paula Siqueira

Analine Almeida Specht  
Auxiliadora Maria Pires Siqueira da Cunha  
Camila Fidelis Maia  
Camila Rocha Firmino  
Cristiana Santos de Araújo Almeida  
Déborah Amorim de Souza Carvalhido  
Edneide Arruda Pereira  
Elaine de Melo Xavier  
Gabriela Oliveira de Andrade  
Irina Abigail Teixeira Storni  
Loreny Mayara Caetano Roberto  
Marcelle Decothe da Silva  
Maria José Moraes Costa  
Miguelina Vechio  
Misiara Cristina Oliveira  
Niego Pavani Rodrigues  
Olgamir Amancia Ferreira  
Renata Leite  
Vera Lucia Lemos Soares  
Vivian Oliveira Mendes

#### **Relatora**

Ana Clara Ferrari Nascimento

#### **Voluntárias**

Clara Carolina de Sá  
Giovanna Pinto Lemos da Silva  
Irieny Lopes  
Janaína Oliveira  
Luana Pinheiro  
Ludmilla Lima Barreto  
Maria do Carmo Godinho

#### **Assessora Administrativa**

Eliana Graça

#### **Assessora Jurídica:**

Fernanda Cimbra Santiago

#### **Equipe de monitoramento**

Gabriella Vieira Oliveira Gonçalves

## **GRUPO TÉCNICO DA PESCA**

#### **Coordenação**

Altemir Gregolin  
Antônia do Socorro Pena da Gama  
Carlos Alberto da Silva Leão  
Carlos Alberto Pinto dos Santos  
Cristiano Wellington Noberto Ramalho  
Ederson Pinto da Silva  
Flávia Lucena Frédou  
João Felipe Nogueira Matias

#### **Integrantes**

Adayse Bossolani  
Agnaldo Hilton dos Santos  
Carlos Cesar de Mello Junior  
Carolina Doria  
Danielle de Bem Luiz  
Dauro Leme do Prado  
Edvando Soares de Araujo

Enox de Paiva Maia  
 Fábio Bernardino  
 Flávio Diniz Gaspar Lontro  
 Francisco Medeiros  
 Josana Pinto da Costa  
 José Airton Félix Cirilo  
 Luís Gustavo Cardoso  
 Maria José Pacheco  
 Mario Luis Gomes Soares  
 Marizélia Carlos Lopes  
 Marly Lucia da Silva Ferreira  
 Nilmar Silva da Conceição  
 Nilton Rodrigues  
 Regis Portari

#### **Relator**

João Felipe Nogueira Matias

#### **Voluntárias**

Antônio José Mota Bentes  
 Antonio Marco de Jesus dos Santos  
 Apoliano Oliveira do Nascimento  
 Beatrice Padovani  
 Catia Antonia da Silva  
 Clarindo Pereira dos Santos  
 Cleberon Carneiro Zavaski  
 Cleusa dos Remédios Rocha  
 Dioniso de Souza Sampaio  
 Felipe Weber  
 Gustavo Goulart Moreira Moura  
 Josafa Maciel  
 José Carlos Tavares Silva  
 José Edinaldo Rocha da Silva  
 Kena Azevedo Chaves  
 Lúcio Ângelo  
 Marcus Vinicius Boente do Nascimento  
 Natália Tavares de Azevedo  
 Paulo Travassos  
 Rafael Paiva de Oliveira Diaz  
 Sérgio Winckler da Costa  
 Samela Cristina da Silva Bonfim  
 Tatiana Walter

#### **Assessor Administrativo**

Rafael Martins Dias

#### **Assessora Jurídica**

Mariana Cirne

#### **Equipe de monitoramento**

Lucas Maciel

## **GRUPO TÉCNICO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO**

#### **Coordenação**

Antônio Correia de Lacerda  
 Élvio Lima Gaspar  
 Esther Dweck  
 Enio Verri

Márcio Gimene  
 Márcio Pochmann

#### **Relator**

Rodrigo Alves Teixeira

#### **Parlamentares**

Carlos Mauro Benevides Filho  
 Israel Matos Batista  
 Pedro Paulo Carvalho Teixeira  
 Renildo Vasconcelos Calheiros

#### **Integrantes**

Adauto Modesto Junior  
 Alexandre Ribeiro Motta  
 Barbara Marina de Oliveira  
 Camila Porto Fasolo  
 Carlos Kléber de Souza Chaves  
 Celina Pereira  
 Cilair Rodrigues de Abreu  
 Ciro Avelino  
 Clara Maria Guimarães Marinho Pereira  
 Cláudio Alberto Castelo Branco Puty  
 Cristina Kiomi Mori  
 Eduardo Rodrigues da Silva  
 Edy Cesar dos Passos Junior  
 Elvio Lima Gaspar  
 Emílio Chernavsky  
 Felipe Drumond  
 Francisco Gaetani  
 Helena Wajnman Lima  
 José Luiz Oreiro  
 Juliane Espírito Santo  
 Juliano Pimentel Duarte  
 Leandro Couto  
 Luanna Sant'Anna Roncaratti  
 Lúcio Fábio Araújo Guerra  
 Manuel Bonduki  
 Marcela Coelho Monteiro  
 Marilene Ferrari Lucas Alves Filha  
 Míriam Barbuda Fernandes Chaves  
 Paulo Marques  
 Pedro Helena Pontual Machado  
 Rodrigo Ortiz D'Avila Assumpção  
 Virgínia Bracarense

#### **Assessora Administrativa**

Núbia Nette Alves Oliveira de Castilhos

#### **Assessora Jurídica**

Patrícia Lima Sousa

#### **Equipe de monitoramento**

Roberto Seara Machado Pojo Rego

## **GRUPO TÉCNICO DE POVOS INDÍGENAS**

#### **Coordenação**

Ailson dos Santos  
 Antônio Fernandes de Jesus Vieira  
 Benki Piyáko  
 Célia Nunes Corrêa

Davi Kopenawa Yanomami  
 Eunice Antunes  
 João Pedro Gonçalves da Costa  
 Joenia Batista de Carvalho  
 Juliana Cardoso  
 Kleber Luiz Santos dos Santos - Coordenador  
 Executivo  
 Luiz Henrique Eloy Amado  
 Márcio Augusto Freitas de Meira  
 Marivelton Rodrigues Barroso  
 Ricardo Weibe Nascimento Costa  
 Sônia Bone de Souza Silva Santos  
 Tapi Yawalapiti

#### **Integrantes**

Adriana Soares Carvalho  
 Alvaro Luiz Travassos de Azevedo  
 Brulina Aurora  
 Clovis Moreira Saldanha  
 Cristiano Marioto  
 Dionedison Demecio Cândido  
 Elaine Jacome dos Santos Labes  
 Eliésio da Silva Vargas Marubo  
 Eriverto Vargas (Beto Marubo)  
 Hone Riquison Pereira Sobrinho  
 Jerry Adriane Santos de Jesus  
 Juliana Tupinambá  
 Leonardo Lenin Covezzi do Val dos Santos  
 Luzia Silva Matos  
 Marcos dos Santos  
 Marcos Vesolosquzi  
 Maria Augusta Assirati  
 Naldo Tembê  
 Paulino Montejo Silvestre  
 Quenes Silva Gonzaga  
 Raimundo Nonato Pereira Silva  
 Tani Rose Ribeiro  
 Tereza Arapium  
 Ubirajara Sompré

#### **Relatora**

Lucia Alberta Andrade de Oliveira

#### **Colaboradores**

Adriana Fernandes Carajás  
 Ana Paula Sabino  
 Andrea Bavaresco  
 Andrea Bitencourt Prado  
 Arthur Nobre Mendes  
 Felipe Labruna  
 Fernando Viana  
 Flávio Leão Bastos  
 Frederico Augusto Barbosa da Silva  
 Isabella Cristina Lunelli  
 Janete Carvalho  
 Leila Saraiva  
 Leonardo Otero  
 Lohana Chaves  
 Lucas Cravo

Luciene Gallo Guarani Kaiowá  
 Maira Smith  
 Marcela Menezes  
 Marta Azevedo  
 Maurício Serpa Terena  
 Miranda Zoppi  
 Mônica Machado Carneiro  
 Nathali Germano  
 Pedro Duarte  
 Ricardo Verdum  
 Roberta Amanajás  
 Sara Gaia  
 Vera Oliveira

#### **Assessora Administrativa**

Luana Machado de Almeida

#### **Assessores Jurídicos**

Carlos Gondim  
 Junior Fideles

#### **Equipe de monitoramento**

Gabriella Oliveira

## **GRUPO TÉCNICO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL**

#### **Coordenação**

Eduardo Fagnani – coordenador  
 Alessandro Antônio Stefanutto  
 Fabiano Silva dos Santos  
 Jane Lucia Wilhelm Berwanger  
 José Barroso Pimentel  
 Luiz Antônio Adriano da Silva

#### **Integrantes**

Alberto Carlos Freitas Alegre  
 Deomar Adriano Gmach  
 Deputada Federal (eleita) Maria Arraes  
 Deputado Federal Ricardo Silva  
 Evandro José Morello  
 Filipe Nogueira da Gama  
 Francisco José Freire Ribeiro  
 Gustavo Beirão Araujo  
 José Ricardo Pontes Borges  
 Leandro Brito Lemos  
 Luiz Antônio Adriano da Silva  
 Paulo Vitor Nazario Sermann  
 Pedro Luis Totti  
 Renata Gomes Alcoforado  
 Ricardo Pena Pinheiro  
 Sérgio Augusto da Rosa Montardo  
 Sérgio Roberto Hall Brum de Barros  
 Tiago Adami Siqueira  
 Tonia Andrea Inocentini Galletti

#### **Relatora**

Jane Lucia Wilhelm Berwanger

#### **Assessora Administrativa**

Natália Ferreira Weber

**Assessora Jurídica**

Aline Veloso dos Passos

**Equipe de monitoramento**

Gabriella Oliveira

## GRUPO TÉCNICO DE RELAÇÕES EXTERIORES

**Coordenação**

Aloysio Nunes Ferreira

Audo Faleiro

Celso Amorim

Cristovam Buarque

Mônica Valente

Pedro Abramovay

Romênio Pereira

**Integrantes**

Adriana Abdenur

Alessandra Nilo

Ana Lobato

Arlindo Chinaglia

Fátima Mello

Karine de Souza Silva

Maria Elisa Teófilo de Luna

Maria Regina Soares de Lima

Maria Sílvia Portela de Castro

Michel Szurkalo

Pedro Silva Barros

Saulo Kalunga

Sílvio Albuquerque

**Apoio Técnico**

Antonio Cottas de Jesus Freitas

Bruno Henrique Neves Silva

Bruno Santos de Oliveira

Ciro Eduardo Ferreira

Fabiana Radtke Schwarz

Frederico Assis

Juliana Cardoso Benedetti

Juliana de Moura Gomes

Livia Oliveira Sobota

Marcelo Almeida Cunha Costa

Marcelo Costa

Marcelo Zero

Pedro Marcos de Castro Saldanha

Rafaela Rodrigues

Roberta Maria Lima Ferreira

Victoria Balthar de Souza Santos

**Relator**

Audo Faleiro

**Assessor Administrativo**

Frederico de Morais Andrade Coutinho

**Assessora Jurídica**

Isabela Marques Seixas

**Equipe de monitoramento**

Janira Borja

## GRUPO TÉCNICO DE SAÚDE

**Coordenação**

Arthur Chioro

**Integrantes**

Alexandre Rocha Santos Padilha

Ana Paula de Souza Lima

Arthur Chioro

Bruno Souza Farias

Daniel Ricardo Soranz Pinto

Dimas de Paiva Gadelha Júnior

Fernando Zasso Pigatto

Francisco José D'Angelo Pinto

Humberto Sérgio Costa Lima

Ismael Alexandrino Junior

Jorge Jose Santos Pereira Solla

José Eduardo Pereira da Costa

José Gomes Temporão

Lúcia Regina Florentino Souto

Luciano Ducci

Ludhmila Abrahão Hajjar

Maria do Socorro de Souza

Miguel Srougi

Nísia Verônica Trindade Lima

Regina Fatima Feio Barroso

Roberto Kalil Filho

Weliton Fernandes Prado

**Relator**

José Gomes Temporão

Adriano Massuda (co-relator)

**Equipe de apoio**

Adriano Massuda

Alethele de Oliveira Santos

Allan Nuno Alves de Sousa

Alzira Jorge

Ana Estela Haddad

Ana Lucia Pontes

Ana Paula Menezes Soter

Andrea Ventura

Angelita da Rosa

Antonio Alves de Sousa

Carla Domingues

Eduardo Jorge

Elaine Giannotti

Eliane Aparecida da Cruz

Fausto Pereira dos Santos

Fabiana Damasip

Felipe Proença

Florentino Junio Araujo Leonidas

Giliate Cardoso Coelho Neto

Hêider Aurélio Pinto

Helaine Carneiro Capucho

Heloísa Guzzi

Hermano Albuquerque de Castro

Ilano Barreto

Jean Uema

Janaina Pontes  
 Karen Costa  
 Ivo Bucareski  
 Lenildo Dias de Moraes  
 Liliane Penello  
 Lumena Almeida Castro Furtado  
 Márcia Aparecida do Amaral  
 Marcia Castro  
 Maria Abritta  
 Mozart Salles  
 Nésio Fernandes de Medeiros Junior  
 Patrícia Jaime  
 Paulo Bonilha  
 Paulo de Tarso Ribeiro de Oliveira  
 Pedro Ivo Sebba Ramalho  
 Rafaela Pacheco  
 Roberta Barreto  
 Wanderson Kleber de Oliveira  
 Silvana Souza da Silva Pereira  
 Thiago Lopes Cardoso Campos  
 Vinícius Ximenes

#### **Assessor Administrativo**

Leandro Safatle

#### **Assessora Jurídica**

Aline Veloso

#### **Equipe de monitoramento**

Roberto Pojo

## **GRUPO TÉCNICO DE TRABALHO**

#### **Coordenação**

Adilson Araújo  
 André Bojikian Calixtre  
 Clemente Ganz Lúcio  
 Fausto Augusto Júnior  
 Laís Wendel Abramo  
 Miguel Eduardo Torres  
 Patrícia Vieira Trópia  
 Ricardo Patah  
 Sandra Márcia Chagas Brandão  
 Sérgio Aparecido Nobre

#### **Integrantes**

Afonso Antunes da Motta  
 Alessandra Silva Gadelha  
 Antonio Fernandes dos Santos Neto  
 Daniel da Silva Bento Teixeira  
 Daniel Gomes de Almeida  
 Davi Zaia  
 Davidson de Magalhães Santos  
 Edson Carneiro Da Silva  
 Eneida Vinhaes Bello Dultra  
 José Gozze  
 José Ribeiro  
 Marcelo de Oliveira Panella  
 Marilane Oliveira Teixeira  
 Manoel Messias Nascimento Melo

Moacyr Roberto Tesch Auersvald  
 Nilza Pereira De Almeida  
 Rogério Correia de Moura Baptista  
 Tatiana Dias Silva  
 Vicente Paulo da Silva

#### **Relator**

Sandra Márcia Chagas Brandão

#### **Equipe Consultiva**

Adriana Barbosa  
 Adriana Marcolino  
 Alessandro Rodrigues da Silva  
 Álvaro Egea  
 Ana Carolina Moura  
 Ana Flávia Marx  
 Ana Nice Martins  
 Antônio Almerico Biondi Lima  
 Antônio Lisboa  
 Antônio Megale  
 Artur Henrique da Silva Santos  
 Bia Gasud  
 Beatriz Pereira dos Santos  
 Bruna Matos de Carvalho  
 Caio Magri  
 Carlos Fábio  
 Carolina Tokarski  
 Cesar Mello  
 Claudia Patah  
 Clovis Scherer  
 Creuza Maria Oliveira  
 Darlene Testa  
 Denize Campello  
 Eduardo Maia  
 Eduardo Martinho Rodrigues  
 Elaine Neves  
 Fabio Tibiriçá Bom  
 Fernanda Giorgi  
 Fernando Augusto Moreira Lopes  
 Fernando Caldas Giorgi  
 Francisco Canindé Pegado  
 Gabriel Monteiro  
 Gilberto Alvarez Giusepone Júnior  
 Giselle dos Anjos  
 Helena Abramo  
 João Cayres  
 José Dari Krein  
 José Eymard Loguércio  
 Juliana Benedetti  
 Léa Marques  
 Leonardo Penafiel Pinho  
 Lidiane Araújo  
 Luana Pinheiro  
 Luciana Barretto  
 Luciano de Oliveira Toledo  
 Luiza Batista Pereira  
 Madalena Margarida da Silva  
 Magda Barros Biavaschi  
 Magnus Henrique de Medeiros Farkatt



Marcelo Prado Ferrari Manzano  
 Marcelo Weishaupt Proni  
 Marcos Periotto  
 Maria Maeno  
 Mario Rogério  
 Matilde Ribeiro  
 Mércia Consolação Silva  
 Nasser Ahmad Allan  
 Neide Aparecida  
 Neuriberg Dias  
 Nilton Vasconcelos  
 Patrícia Toledo Pelatieri  
 Paula Montagner  
 Paulo Oliveira  
 Ramiro Castro  
 Rita Pinheiro  
 Rodolfo Vilela  
 Sandro Lunard  
 Sandro Pereira Silva  
 Silvana Abramo M. Ariano  
 Sílvia Portela  
 Solange Sanches do Prado  
 Tasciano Solari  
 Vitor Araújo Filgueiras

#### **Assessor Administrativo**

Alessandro Ferreira dos Passos

#### **Assessor Jurídico**

Mônica de Oliveira Casartelli

#### **Equipe de monitoramento**

Lucas Ramalho Maciel

## **GRUPO TÉCNICO DE TRANSPARÊNCIA, INTEGRIDADE E CONTROLE**

#### **Coordenação**

Ailton Cardozo da Silva Júnior  
 Antônia Eliana Pinto  
 Cláudia Aparecida de Souza Trindade  
 Clécio Santos Nunes  
 Eugênio José Guilherme de Aragão  
 Jorge Rodrigo Messias (Coordenador Executivo)  
 Juliano José Breda  
 Luiz Augusto Fraga Navarro de Britto Filho  
 Luiz Carlos da Rocha  
 Manoel Caetano Ferreira Filho  
 Mauro de Azevedo Menezes (Relator)  
 Paulo Henrique Saraiva Câmara  
 Vânia Lúcia Ribeiro Vieira.

#### **Integrantes**

Alencar Santana Braga  
 Bernardo Antonio Machado Mota  
 Bruno Espiñeira Lemos  
 Carlos Camilo Góes Capiberibe

Diogo Luiz da Silva  
 Elvira Mariane Schulz  
 Flávio Rezende Dematté  
 Henrique Balduino Machado Moreira  
 Lais de Figueiredo Lopes  
 Luciana Hoff  
 Marcio Camargo Cunha Filho  
 Raphael Sodré Cittadino  
 Rui Magalhães Piscitelli  
 Sebastião Helvecio Ramos de Castro.

#### **Colaboradores eventuais**

Leopoldo Vieira Teixeira  
 Ivan Tuyosii Mori Kakimoto

#### **Relator**

Mauro de Azevedo Menezes

#### **Assessor Administrativo**

Diogo Luiz da Silva

#### **Assessores Jurídicos**

Francisco Alexandre Colares Melo Carlos  
 Mariana Barbosa Cirne

#### **Equipe de monitoramento**

Janira Trípodi Borja

## **GRUPO TÉCNICO DE TURISMO**

#### **Coordenação**

Luiz Eduardo Pereira Barretto Filho  
 Marcelo Ribeiro Freixo

#### **Integrantes**

Arialdo de Mello Pinho  
 Carina Thomaz Camara  
 Luiz Eduardo Pereira Barretto Filho  
 Marcelo Ribeiro Freixo  
 Marta Teresa Smith de Vasconcellos Suplicy  
 Orsine Oliveira Junior  
 Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto

#### **Parlamentares**

André Carlos Alves de Paula Filho  
 Felipe Augusto Lyra Carreras  
 Luis Henrique de Oliveira Resende  
 Wolney Queiroz Maciel  
 José Carlos Becker de Oliveira e Silva

#### **Frente Ampla**

Alexandre Pereira Silva  
 Paulo Roberto Lamac Junior  
 Toni Sando de Oliveira  
 Vicente José de Lima Neto

#### **Relator**

Jaqueline Gil

#### **Assessor Administrativo**

Eva Patrícia Alvares Lopes

#### **Assessor Jurídico**

André Dantas

#### **Equipe de monitoramento**

Roberto Pojo

## SERVIDORES DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Alessandra Pinto de Andrade  
 Alexandre Silva Almeida  
 Aline Aparecida P. Silva  
 Andréia da Silva de Almeida  
 Antonio Jose de Sena Bomfim  
 Bruna Renata Cavalcante de Barros  
 Brunna Bonino Barbosa Nunes  
 Cleidson Antônio Pacheco Silva  
 Clovis Doberstein de Magalhães  
 Débora Ribeiro Mendes Teixeira  
 Denise Aparecida Xavier Dos Santos  
 Donato Pereira Das Virges  
 Edilene Gomes da Rocha  
 Elaine Monteiro Alvarez  
 Eliane de Fátima Lisboa Martins  
 Elmo Jose de Alburquerque  
 Fabiana Conceicao Bezerra Silva  
 Fernanda Gomes Carneiro  
 Fernando Pereira Faria  
 Gabriella Nascimento Santos  
 Georgia Evelin Sales  
 Gianne Amorim Pereira Portugal  
 Glayce Maria Fernandes Paiva  
 Guilherme de Souza Rocha  
 Hernando Soares Araujo  
 Laís Regina Ghelere Martins Fortes  
 Lilian Teles Ferreira  
 Lívia Maria Pontes Vieira Loli  
 Lizana Maria Strazer Lima  
 Lucimar Maria da Silva  
 Marcelina da Silva Rezende  
 Marcio Greick Borges da Silva  
 Marco Mendonça Becker  
 Maria Feitosa de Meneses  
 Mariana Prado Franceschi de Andrade  
 Marlene Antonelli  
 Rebeca Pires de Miranda Araujo  
 Rejane Bião Ramalho  
 Renata Souza Santos  
 Rosângela Patrício da Silva  
 Sebastião Carlos de Souza Lima  
 Sheila Maria Soares Fernandes  
 Simone Nascimento  
 Tarcísio Lucas Soares Paiva  
 Tatiana Torres Mello  
 Victor Wakim Baptista  
 Viviane Madureira Serra  
 Wellington Costa Teixeira

## EQUIPE DE APOIO

### Recepcionistas

Cladys Pereira Gomes  
 Esvanilda Martins Costa

Geralice Guedes de Souza  
 Guiomara dos Santos Vieira  
 Jonatha Nunes Laurindo  
 Marilene da Silva Sousa  
 Rejane Moreira da Silva Xavier Endrgio  
 Renata Lopes de Oliveira

### Garçons

Ana Cassia Borges da Silva  
 Antonio José Santos Junior  
 Diego Rodrigues de Sousa  
 Douglas da Silva Machado  
 Edson Ramos dos Santos  
 Geovane Oliveira Brito  
 Lourivaldo de Medeiros Barros  
 Nicolas Ferreira da Silva  
 Pedro da Silva Almeida  
 Romulo José de Paula  
 Ronivaldo da Silva Costa  
 Valdir Martins da Mota

### Copeiras

Franciney Maciel de Sousa  
 Ilcia Chagas dos Santos  
 Jesuina Teixeira da Silva  
 Maria do Livramento Macedo dos Santos  
 Rafael Nycolas de Lima Vasconcelos  
 Wesley Alexandre Gomes da Silva

## POLÍCIA FEDERAL

### Coordenação

Andrei Augusto Passos Rodrigues

Ademir Dias Cardoso Junior  
 Adriana Cristina Duarte de Almeida Vasconcelos  
 Antonio Felipe de Almeida Gonçalves  
 Clesio Leao de Carvalho  
 Eduardo Navajas  
 Guilherme Monseff de Biagi  
 Gustavo Paulo Leite de Souza  
 Helena de Rezende  
 Humberto Freire de Barros  
 Laila Ferreira Hossain  
 Luciana do Amaral Alonso Martins  
 Luiz Eduardo Navajas Telles Pereira  
 Orlando Batista da Silva Neto  
 Rinaldo de Souza  
 Roberto Reis Monteiro Neto  
 Rodrigo Moraes Fernandes  
 William Marcel Murad

## BANCO DO BRASIL

### Vice-Presidente do BB

Enio Mathias Ferreira

### Assessora de Vice-Presidente

Viviana Maciel Vieira Bastiani

**Diretor de Infraestrutura**

Gustavo Garcia Lelis

**Coordenadora de Infraestrutura**

Luciana Elias Rezende

**Coordenador de Segurança**

Marcos Alexandrino

**Engenharia**

Marcos Vinholi  
 Vladimir Gomes  
 Richard Anderson de Souza  
 Elias Nogueira  
 Fernanda Mendonça  
 Jonatas Gurgel  
 Aline Mendes  
 Erica Mendonça  
 Fabricia Santiago  
 Marcos Vianna  
 Samuel Jesus  
 Diego RODrigues  
 Ary Lex  
 Frederico Zuppa  
 Hogueio Carvalho  
 Inácio de Araujo  
 Richard Sousa  
 Tiago Henrique  
 Thales de Oliveira  
 Wendell Medeiros  
 Alessandra Freire  
 Djanara Silva  
 Robson Rocha

**Diretor de TI**

Rodrigo Mulinari

**Coordenador de TI**

Ubirajara de Albuquerque Melo e Leite

**TI**

Celso da Silva Franco  
 Celso da Silva Franco  
 Demetrius Nery Correa;  
 Antônio Mozela  
 Giovanni Briani  
 Luciano Moreira Mattão  
 Renato Lago  
 Daniel Bento dos Santos  
 Leidson Gomes de Souza

**Comunicação**

Giovani Nobile Dias

**Gerente Geral CCBB**

Fernanda Gasque

**Administração CCBB**

Bárbara Costa  
 Bárbara Burnier  
 Joana Darc Beserra dos Santos  
 Matheus Gregorio Vinhal e Silva

**Equipe de Segurança do CCBB**

Adinelson Rodrigues Gomes  
 Ado da Silva Couto  
 Alexandre Luiz Ribeiro  
 Alexandro Mendes Brasileiro  
 Alvino de Paiva Machado  
 Ana Paula de Jesus  
 Anderson Madeira Schreiner  
 Antonio Soares Santos Neto  
 Carlos de Oliveira Lima  
 Carlos Eunizio Magalhaes Pereira  
 Carlos Pereira de Oliveira  
 Carlos Sérgio Silva Pinto  
 Claudia Mara Oliveira Santos  
 Cristiano Martins Vargas  
 Diana Cristina Dias dos Anjos  
 Diomar Pereira Guimaraes  
 Edmar Pereira Braga  
 Eduardo Pereira de Sousa  
 Erick Silva de Paiva  
 Flavia Rodrigues Coelho  
 Flávio Antônio da Silva  
 Geraldo Ferreira Silva  
 Gilberto de Jesus Dos Santos  
 Janilson Cirilo de Oliveira  
 João Joaquim Caires  
 Joleydes Sousa Nascimento  
 José de Sousa Nascimento  
 Jose Harinodo Alves Vieira  
 Josivaldo Jose dos Santos  
 Junior Ribeiro da Silva  
 Leandro Binacett  
 Marcelo dos Anjos Aguiar Maia  
 Marcos Aurélio Vieira de Carvalho  
 Mikaella Pereira da Silva  
 Raphael da Cunha Coelho  
 Renato Maurício Queiroz  
 Samuel Rodrigues  
 Tiago Danilo de Souza Pereira

**Equipe de Manutenção e Limpeza do CCBB**

Alexandre Pereira da Silva  
 Adabio Oliveira da Silva  
 Adao de Moura Sobrinho  
 Ademar Souza da Rocha  
 Adriana Martins Fraga  
 Antonio Anderson Abreu de Carvalho  
 Ariane de Almeida Silva  
 Aucy de Jesus Macedo  
 Daniela Gonzaga da Silva

Eliene Pereira Reis  
Elimar Oliveira Rosa  
Elizabeth Felix da Silva  
Eugenio Tavares da Corte Neto  
Flavia Moura Bastos  
Floraci dos Santos Alexandre  
Francinete da Silva Alves  
Francisca Das Chagas Pinto Vale  
Gilvan Tavares da Corte  
Igor Lima de Oliveira  
Ivoneide Dias Ribeiro  
Jailma Rodrigues de Oliveira  
Jair Almeida da Silva  
Jennifer da Gama Leite  
Juliana de Jesus Lisboa  
Kassya Gabriella Lima Soares  
Leonila de Araujo Mendes  
Lucilene Alves Pereira  
Lucineide Rodrigues  
Luiz Romario da Silva  
Marcia Andreia de Melo Costa  
Marcia Gregorio da Silva  
Marcos Flavio de Aquino Lima  
Maria dos Anjos de Nunes de Araujo  
Maria Angelica Almeida da Cunha  
Maria Betania Costa E Silva  
Maria Das Dores Catarina da Silva  
Maria de Lourdes Oliveira dos Santos  
Maria de Lourdes Silva  
Maria Luciene Ribeiro da Silva  
Marta Aurelia Arruda Das Chagas  
Milton Prospero de Sousa  
Renata Pereira da Silva  
Rodrigo Cavalcante de Loiola  
Roseni Souza Pacheco  
Sebastiana Pereira da Conceicao  
Silvio Santos Nascimento  
Solange Pereira dos Santos Lauro  
Sonia Maria Albuquerque  
Tatiane Marques de Araujo  
Teresa Maria da Silva  
Ulysses da Costa Cardoso  
Welerson de Souza Sampaio Costa  
William dos Santos Confessor  
Willian Bezerra da Silva

**Projeto gráfico e editoração eletrônica**

Caco Bisol

**Revisão**

Rogério Chaves